LIV AZEVEDO SARMENTO

**A GESTAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO E SEUS DESAFIOS NO
DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Titular Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2019

LIV AZEVEDO SARMENTO

**A GESTAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO E SEUS DESAFIOS NO
DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração em Direito Internacional, sob orientação do Prof. Titular Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2019

Serviço de Processos Técnicos da Biblioteca da

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

SARMENTO, Liv Azevedo

A gestação de substituição e seus desafios no Direito Internacional Privado / Liv Azevedo Sarmento. – São Paulo: L. A. Sarmento, 2019.

163 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2019.

Orientador: Prof. Titular Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco.

Notas de rodapé.

Inclui bibliografia

1. Direito internacional privado. 2. Direito de família. 3. Gestação de substituição. 4. Conferência da Haia de direito internacional privado. 5. Projeto filiação/maternidade substituição. I. Monaco, Gustavo Ferraz de Campos. II. Título.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, pela saúde e pelas incontáveis graças de todos os dias. A Gustavo Ferraz de Campos Monaco, orientador e mestre, que me acolheu já ao longo da caminhada e acreditou no meu trabalho quando eu mesma já tinha descreditado. A Paulo Borba Casella, professor e mestre, pelos conselhos, orientações e por tantos livros durante os anos de mestrado. A André de Carvalho Ramos, pela preciosa ajuda na escolha do tema e nas primeiras lições. A Luís Renato Vedovato, pelos ensinamentos e amizade.

A Laís, minha amada irmã, por todos os sorrisos e choros, pelo abraço mais caloroso e apoio incessante, desde o começo dessa jornada. Por vibrar nas vitórias e me encorajar nas derrotas. Pela presença única, mesmo tão distante. A Antonio Carlos, meu querido pai, pelas orações e pela torcida, pela serenidade nas palavras que me fizeram recuperar o ânimo sempre que precisei. A Bernard, cunhado-irmão, por trazer mais alegria e amor à família. Obrigada pela torcida diária.

A todos os meus AMIGOS, de diferentes cantos do mundo, que me ajudaram às vezes sem saber, com um simples gesto em forma de ligações, mensagens, energias, conselhos e oração, caminhando ao meu lado. Em especial a Nathalia Duccini, Guilherme Fernandes, Bruna Nowak, Renan Teles, Gabriela Werner, Clodoaldo Anunciação, David Carvalho, Kelly Ferreira e Dario Fonseca. A Carlos Eduardo Carreira, por todas as noites de trabalho na escrita, na revisão, no conselho, nas ideias... enfim, no ânimo inacabável.

A Lucas, meu amado filho, pelos copos de água que apareciam na mesa de trabalho, seguidos de um beijo e lanchinhos da noite, por entender tão bem esse longo período, principalmente quando não podia sair no fim de semana ou brincar até tarde. A Henrique, meu futuro marido, pelo amor diário e incondicional, pelo companheirismo infundável e por cuidar da nossa família nas minhas ausências.

Por fim, a Vera Lúcia, minha mãe, que me encorajou a realizar esse sonho – como fez a vida inteira – e viveu todos esses anos ao meu lado, na montanha-russa de emoções acadêmicas. Por ser o meu porto seguro e por ter abdicado de tudo para que eu pudesse caminhar. Pelos valores e princípios humanos ensinados, pelas orações diárias, pelos puxões de orelha, pelo colo nas lágrimas e pelo abraço consolador. Sem ela, isso nunca teria sido possível.

A Lucas,
meu melhor fruto.

RESUMO

SARMENTO, Liv Azevedo. A gestação de substituição e seus desafios no Direito Internacional Privado. 2019. 163 fl. Mestrado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

O presente trabalho tem como objetivo analisar o tema da gestação de substituição em sede de Direito Internacional Privado e suas implicações jurídicas, sobretudo pela inexistência de regras uniformes que normatizem as práticas e as modalidades existentes da técnica. Para tal, faz-se necessário breves apontamentos sobre o Direito Internacional Privado, campo no qual se insere o Direito de Família, perpassando pelas recentes mudanças e pelos avanços sociais e normativos. É importante, ainda, levar em consideração a posição da gestação de substituição no Direito comparado, notadamente nas legislações que possuem conexão histórica com o Brasil. Por fim, ressalta-se a importância da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, desde o seu histórico até os recentes campos de atuação, com destaque nos trabalhos desenvolvidos nas reuniões da Conferência, na tentativa de encontrar um instrumento de cooperação internacional, notadamente na conclusão do projeto intitulado Filiação/Maternidade de substituição.

Palavras-chave: Direito Internacional Privado. Direito de Família. Gestação de substituição. Conferência da Haia de Direito Internacional Privado. Projeto filiação/maternidade de substituição.

RÉSUMÉ

SARMENTO, Liv Azevedo. La gestation pour autrui et ses défis dans le Droit International Privé. 2019. 163 fl. Master – Faculté de Droit, Université de São Paulo, São Paulo, 2019.

Le travail ci-présent a pour objectif l'analyse du thème de la gestation pour autrui dans le domaine du Droit International Privé et ses conséquences juridiques, en raison de l'absence d'un règlement uniforme à l'égard des pratiques et des techniques. Pour cela, il est nécessaire de composer de brefs commentaires à propos du Droit International Privé, domaine sur lequel se trouve le Droit de Famille, en passant par les changements récents et par les évolutions sociales et juridiques. Il est important, en plus, d'envisager la gestation pour autrui au Droit comparé, notamment dans le cadre des conventions qui possèdent une connexion historique avec le Brésil. Enfin, il convient de mettre en évidence le rôle de la Conférence de la Haye de Droit International Privé depuis son historique jusqu'à ses dernières recherches, surtout aux travaux développés lors des réunions de la Conférence, dont le but serait de trouver un instrument de coopération internationale, principalement à l'achèvement du projet intitulé Filiation/Maternité de Substitution.

Mots-clés : Droit International Privé. Droit de Famille. Gestation pour autrui. Conférence de la Haye de Droit International Privé. Projet filiation/maternité de substitution.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
 CAPÍTULO I – DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: ASPECTOS DE FAMÍLIA.....	13
1.1 Direito Internacional Privado Geral e a Família.....	13
1.2 Temas atuais do Direito de Família.....	24
 CAPÍTULO II – GESTAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO: SEUS DESAFIOS E ATUAL PANORAMA.....	29
2.1 Gestação de Substituição e o Brasil: técnica, normas e desafios.....	29
2.1.1 Aspectos técnicos.....	29
2.1.2 Normas brasileiras.....	35
2.1.3 Desafios econômicos: turismo procriativo.....	43
2.2 Gestação de Substituição: aspectos em Direito Comparado.....	49
2.2.1 Situação portuguesa.....	50
2.2.2 Situação espanhola.....	52
2.2.3 Situação italiana.....	52
2.2.4 Caso Baby Gammy.....	53
 CAPÍTULO III – GESTAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO E O DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: DO CONFLITUALISMO AO (NOME DO PROJETO) DA CONFERÊNCIA DA HAIA DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO.....	57
3.1 Resolução de situações jurídicas através do Conflitualismo do Direito Internacional Privado: possibilidades.....	57
3.2 Aspectos históricos da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado...63	63
3.3 Filiação/Maternidade de Substituição, o Projeto da Conferência da Haia de Direito Internacional.....	68
3.4 Instrumento multilateral: necessidade de uma cooperação internacional?.....	75
 CONCLUSÃO.....	78
BIBLIOGRAFIA.....	81
ANEXOS.....	88
Anexo 1: Resolução n. 2.168/2017 do Conselho Federal de Medicina.....	88
Anexo 2: Relatório da reunião ocorrida em janeiro/fevereiro de 2019 do grupo de especialistas do Projeto.....	98
Anexo 3: Resposta brasileira aos questionários sobre as questões de direito internacional privado relativas ao status das crianças, sobretudo as oriundas das normativas de gestação de substituição em caráter internacional.....	110

INTRODUÇÃO

O Direito, tal como ciência, passou por importantes transformações nas últimas décadas. A sociedade é mutável e dessa característica surgem novas relações entre pessoas de diferentes origens e de distintos sistemas legislativos, já que a mobilidade humana cresce exponencialmente. Diante dessa nova conjuntura, observa-se que o Direito Internacional ganha progressivamente mais espaço nos debates jurídicos e, de forma mais específica, revisita-se os conceitos clássicos do Direito Internacional Privado com o intuito de adequá-los aos novos paradigmas e às diferentes facetas da sociedade contemporânea.

Um dos ramos do Direito cujas regras se apresentam amplamente confrontadas com as constantes mudanças é o Direito de Família, afinal, o termo evolui na medida que a sociedade, os costumes e as relações interpessoais se remodelam. Segundo BENABENT¹, a família pode ser definida, no Direito, como um grupo de pessoas cuja conexão reside nos laços fundados sobre a aliança e as relações de parentesco.

Na concepção tradicional, ela é baseada no casamento e na filiação; uma simples afeição, portanto, mesmo que haja uma vida em comum, não seria o suficiente para configurar tal conceito. Entretanto, como bem verifica MURAT², as muitas combinações afetivas possíveis não formam automaticamente uma família, mas se torna insuficiente à nossa época pensar que a definição de família pode ser reduzida a um grupo de pessoas unidas por relações de parentesco ou de aliança.

Além dos conceitos, a formatação das famílias encara modificações, quebrando paradigmas outrora engessados na legislação. De famílias formadas apenas por genitores e filhos, nas últimas décadas, o número de famílias monoparentais aumentou consideravelmente³, sem contar a crescente escolha do futuro responsável em adotar ou recorrer às técnicas de reprodução assistida (TRA).

Adiciona-se às transformações sociais a facilidade das comunicações e dos deslocamentos, advindos no mundo globalizado, já que, mediante a intensificação dos deslocamentos humanos, os indivíduos tendem a ser cada vez mais *internacionais*, dando origem, portanto, a *famílias internacionais*. Verifica-se com mais intensidade, sobretudo a partir do século XXI, o aumento no número de famílias plurinacionais, ou seja, a

¹ BENABENT, A. **Droit de la famille**. 3. ed. LGDJ, 2014, p. 1, n° 1.

² MURAT, P. **Les sources du droit de la famille**. 6. ed. Paris:Dalloz, 2013, n°01.12.

³ Sobre o assunto na reportagem publicada pelo site Globo.com, disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/em-10-anos-brasil-ganha-mais-de-1-milhao-de-familias-formadas-por-maes-solteiras.ghtml>>.

existência de pelo menos um membro do núcleo familiar com nacionalidade distinta dos demais.

No âmbito legal, o ordenamento do Direito de Família vem sendo confrontado por um novo panorama que nos compele a repensar e a reconstruir conceitos que, outrora, eram considerados de difícil mutação. Tanto no Direito Nacional quanto no Direito Internacional Privado, as diversas mudanças pelas quais as relações familiares passaram e continuam passando merecem análise adequada, desde as suas constituições até os efeitos jurídicos nelas produzidos.

Retomando mais atentamente a questão da filiação, atualmente, não se pode afirmar que a mãe é unicamente a pessoa que deu à luz a criança. Isso porque as diversas técnicas que auxiliam na fertilização – as chamadas técnicas de reprodução assistida (TRA) – também permitem a implantação de um embrião de um terceiro em uma mulher, que o gestará durante o tempo necessário ao parto. A essa situação, configura-se a gestação de substituição⁴.

Popularmente conhecida como barriga de aluguel, a gestação de substituição (no francês, *gestation pour autrui*; no inglês, *surrogacy*) se tornou uma das alternativas mais frequentes aos indivíduos que buscam soluções para seus problemas de fertilidade ou mesmo uma conveniência. Ademais, mesmo encontrando resistências ou proibições em seus países de origem, a mobilidade da vida moderna e o acesso à possibilidade de se deslocar mais rapidamente possibilitam a essas pessoas a ida a um país estrangeiro, com o intuito de ter acesso às técnicas de reprodução e aos arranjos jurídicos, momento em que se configura o fenômeno chamado turismo procriativo. Assim, não somente no plano interno, os efeitos jurídicos originados dessa técnica são de caráter internacional.

A importância da pesquisa apresentada neste trabalho referente à gestação de substituição advém do fato de que essa questão se encontra desprovida de qualquer norma no ordenamento jurídico brasileiro, assistida apenas pela resolução 2.168 de 2017, do Conselho Federal de Medicina (CFM) – destinada às Técnicas de Reprodução Assistida

⁴ As pesquisas e os trabalhos já publicados no Brasil acerca do tema costumam usar indistintamente os termos gestação de substituição, maternidade por substituição ou maternidade por sub-rogação. Neste trabalho, optou-se por utilizar o termo gestação de substituição, uma vez que o Direito de Família brasileiro entende a maternidade como um vínculo muito além do campo biológico, logo, mais amplo do que o ato de gestar. Ademais, a Resolução 2.168 de 2017 do Conselho Federal de Medicina (CFM) designa o termo gestação de substituição para tratar sobre o tema, como veremos no decorrer do trabalho. Porém, o entendimento é apenas a título de uniformização das expressões nesta pesquisa e, em nenhum momento, crítica a escolha de outros autores ou afirma que os demais termos incorrem em erro.

(TRA) – que revogou a Resolução 2.121 de 2015, do referido órgão⁵. Importante ressaltar que, mesmo o Conselho possuindo o *status* de autarquia federal e, portanto, competente para regulamentar a deontologia da profissão médica no Brasil, a resolução mencionada acaba por reger indiretamente as relações jurídicas relativas à gestação de substituição, mesmo diante de lacunas. Assim, há forte discussão acerca da legitimidade do CFM para tal, que em muito extrapolaria a competência que lhe é assegurada pela Constituição Federal de 1988⁶.

As regras de Direito Internacional Privado brasileiras estão formalizadas, em sua maioria, no Decreto-Lei 4.657/1942 – antiga Lei de Introdução ao Código Civil, posteriormente chamada Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) por força do que dispôs a Lei 12.377/2010. Especificamente, o artigo 7º é o único aplicável ao direito de família e elegeu o critério de domicílio para reger todas as questões acerca do tema⁷. O presente trabalho retoma os elementos de conexão importantes ao Direito Internacional Privado, pois visa à comparação da prática no Brasil com a de outros países, notadamente os membros da União Europeia, além de ter como base a Conferência da Haia sobre o Direito Internacional Privado e casos emblemáticos à discussão.

Para tratar do assunto, faz-se necessário compreender as mudanças pelas quais o Direito Internacional Privado e o Direito de Família transitaram nas últimas décadas, a forma com a qual seus conceitos têm evoluído, a complexidade das relações privadas no Direito, além da facilidade de maior circulação de pessoas nos países – fator já mencionado – o que favorece um maior acesso às práticas diversas de seus países de domicílio ou de origem.

Baseando-se nessa realidade, optou-se por focalizar a pesquisa na conceptualização da gestação de substituição, os desafios que a ela se impõem, bem como os efeitos jurídicos nacionais e internacionais inerentes à prática. Ademais, é

⁵ A Resolução 2.168 de 2017 adota as normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida – sempre em defesa do aperfeiçoamento das práticas e da observância aos princípios éticos e bioéticos que ajudarão a trazer maior segurança e eficácia a tratamentos e procedimentos médicos – tornando-se o dispositivo deontológico a ser seguido pelos médicos brasileiros e revogando a Resolução CFM nº 2.015/2015. Ambas as Resoluções se encontram disponíveis em: <https://cebid.com.br/legislacoes/resolucoes-do-cfm/>.

⁶ Sobre as autarquias federais, ver o art. 37, XIX da Constituição Federal de 1988: “somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação [...]”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

⁷ Sobre o artigo 7º da LINDB: “A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del4657compilado.htm>.

imprescindível a análise de alguns casos ocorridos no Brasil e em outros países, notadamente os que constituem a União Europeia, nos quais diferentes aspectos se fizeram objeto de discussão por parte dos órgãos julgadores.

Considerar-se-á a evolução do Direito Internacional Privado e do Direito Internacional de Família através de paradigmas recentemente estabelecidos, sobretudo pela crescente mobilidade internacional de pessoas nas últimas décadas e pela evolução na configuração das famílias e das relações de parentesco.

Nesse sentido, também, a presente pesquisa visa a atentar à necessidade de acompanhar os trabalhos realizados até a presente data pela Conferência da Haia, no intuito de determinar parâmetros para, possivelmente, um tratado internacional de caráter multilateral, que considere analisar e resguardar juridicamente não só a opção pela gestação de substituição como também os direitos inerentes às crianças advindas desse método, no tocante aos laços de parentesco e à nacionalidade.

Ainda, permanece o questionamento sobre o direito à contratação de uma gestação de substituição: há limites? Poderia ser regulamentado através de um instrumento legal – nacional e/ou internacional – que crie princípios básicos a serem respeitados pelos Estados, levando em consideração, evidentemente, suas particularidades internas?

É imprescindível considerar as diferentes realidades nas quais os Estados se encontram e suas práticas decorrentes da permissão ou proibição das técnicas de reprodução assistida. Portanto, as regras internacionais de caráter uniforme, em particular as da gestação de substituição, devem ser pensadas de maneira a abarcar o maior número de detalhes possível, a fim de evitar violações futuras ou mesmo um baixo número de adesão por parte dos Estados.

No primeiro capítulo, expõe-se brevemente o contexto contemporâneo em que se inserem o Direito Internacional Privado e o Direito de Família, explicando as principais transformações sofridas ao longo do tempo por esses dois ramos importantes das relações internacionais interpessoais. É necessário entender os novos desafios do Direito Internacional Privado, bem como as dinâmicas sociais que moldam constantemente novos conceitos. No Direito de Família, o conceito de entidade familiar evolui na medida em que novas formas de configuração se apresentam, como as uniões homoafetivas e a família monoparental, influenciando diretamente conceitos como a maternidade e a gestação.

No segundo capítulo, procura-se conceituar a gestação de substituição, apresentar a Resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM), que determina os parâmetros para

realizar a técnica, e relatar brevemente os casos já encontrados no Brasil e como os Tribunais nacionais entenderam por decidi-los. Frisa-se, ainda, alguns desafios, como o turismo procriativo e a crescente demanda por um mercado comercial de gestação de substituição.

Na sequência, fez-se importante análise do assunto em matéria de Direito Comparado, sobretudo por países onde se tem acesso à legislação e ao pensamento sobre a questão. Esse capítulo é essencial para se compreender a importância do tema e da interpretação dos legisladores frente à existência ou ausência de normas específicas, bem como a forma com a qual o tema é entendido em outros ordenamentos jurídicos.

O terceiro e último capítulo traça um breve histórico sobre a Conferência da Haia de Direito Internacional Privado e acompanha os trabalhos e avanços das reuniões até então realizadas sobre o tema. Em seguida, analisa as questões relativas ao Direito Internacional Privado, por meio das normativas brasileira e estrangeira e, por fim, discute a possibilidade de um instrumento multilateral para regulamentar a técnica e suas implicações.

Há, portanto, a necessidade de encontrar pontos de convergência comuns aos Estados, questionando a melhor maneira de chegar a uma regulamentação da questão no plano internacional, tendo como base os relatórios e estudos já realizados por especialistas nas reuniões da Conferência. Expõe-se, então, a importância das ações até aqui encaminhadas, a atual situação dos projetos e os constantes desafios a serem considerados, tanto por parte dos Estados, quanto da Conferência da Haia.

CONCLUSÃO

As diversas e constantes mudanças no Direito, tal como ciência, permitem novas análises em temas importantes, como o Direito de Família. Por ser parte das relações privadas, esse ramo do Direito vem passando por mudanças de paradigmas inerentes à nova composição da sociedade e das interações entre pessoas. Nesse sentido, o conceito de família evolui à medida em que, como primeira imagem do indivíduo, reflete a evolução das próprias escolhas individuais; dentre elas, destaca-se o acesso às técnicas de reprodução assistida (TRA), sobretudo a da gestação de substituição.

Como demonstrado neste trabalho, por ser um tema de grande complexidade e recente aparição no Direito Internacional Privado, ele demanda uma análise mais específica acerca das consequências oriundas de sua realização, sobretudo no momento em que se está diante de um problema cuja solução não está prevista em lei. Os países não podem ignorar o crescimento da procura por essa técnica e precisam dar mais atenção à forma com a qual seus nacionais decidem praticá-la.

Evidente concluir, então, que proibir terminantemente a prática promoveria ainda mais a opção de recorrer ao turismo procriativo, o que facilita a existência de conflitos futuros, seja em relação ao cumprimento do contrato ou à contrapartida financeira ou, mais grave, a situação da criança. Isto porque, em jurisdições diferentes, o reconhecimento à filiação, à nacionalidade, à relação parental, não se dá de forma única e pode causar grandes problemas, como no caso descrito do casal brasileiro que firmou contrato de gestação de substituição no México.

Há limites a serem respeitados, principalmente em relação ao direito da criança e à possibilidade de comercialização. Havendo conflito negativo ou positivo de maternidade, o juiz deverá privilegiar o superior interesse da criança, porém a forma com a qual ele é aplicado ainda é discutível, como no caso inglês descrito no último capítulo. Pelo relato, a decisão da referida Corte não foi acertada, pois não fez cumprir o acordo firmado entre as partes, deixando muito além de uma perda financeira ao casal do projeto parental.

Sobre a comercialização e o embate que a cerca, notadamente no campo do Biodireito e da ética, já que se está tratando de indivíduos e não de objetos, também merece atenção. Possivelmente, nos contratos, os deveres e direitos sejam mais claros e há a previsão de sanções para as partes que os descumprirem. Entretanto, não se pode olhá-los friamente, ou seja, cada caso deverá ser alvo de uma fina análise, justamente por

seu objeto e pelas particularidades que se apresentam.

Pelo exposto neste trabalho, as situações são as mais variadas possíveis e ainda não há respostas internacionalmente coesas. Daí a importância fundamental da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, quando iniciou seus trabalhos em sede de reuniões a fim de se debruçar sobre o tema e entende-lo melhor, na tentativa de criar princípios de base a serem seguidos pelos Estados quando legislarem internamente sobre a matéria.

No Brasil, como mencionado em respectivo capítulo, a existência de uma previsão legal para se proceder ao registro civil da criança que nasceu em sede de gestação de substituição em nome do projeto parental é recente (2017), porém é uma enorme conquista, já que os casos levados ao Poder Judiciário, até então conhecidos, versavam exatamente sobre essa situação.

Enquanto não há um mecanismo internacional capaz de responder aos dilemas que se apresentam cotidianamente, os Estados tendem a seguir seus costumes e tradições. A Conferência da Haia de Direito Internacional Privado busca, assim, a criação de um instrumento de cooperação entre autoridades centrais, considerando princípios em comum à comunidade internacional.

Uma parte desse instrumento deverá ser dedicada à preocupação com a criança, no sentido de garantir a proteção que lhe é cabível, como o direito à filiação, à nacionalidade, a conhecer suas origens, dentre outros, de acordo com a Convenção da ONU sobre os direitos da criança. De toda forma, é natural que se busque o superior interesse da criança como resultado, evitando assim um conflito negativo de maternidade.

Os recentes relatórios das reuniões da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado indicam que o intuito de criação é o de privilegiar o direito material, ou seja, estabelecer regras uniformes para evitar futuros conflitos. No entanto, caso se opte por incluir o conflito de leis, esse instrumento também deverá destinar uma parte importante a possíveis problemas entre os direitos da gestante substituta e do projeto parental.

Por fim, como exposto ao longo da pesquisa, fica claro que ainda há muito trabalho pela frente, mas a necessidade de se prever uma solução de cunho internacional é pertinente e urgente. Não significa, todavia, que todas as questões acerca do tema poderiam ser resolvidas apenas com esse instrumento. Pode-se prever que, a partir dos princípios nele contidos, os Estados possam regulamentar ou limitar a matéria de acordo com cada direito interno e os costumes.

Esses pontos ajudam a prevenir abusos e ilegalidades, além de possibilitar não só a proteção aos direitos das partes envolvidas, como também a promoção da prática da gestão de substituição em caráter internacional através de regras uniformes. Enfim, se o que se busca é uma via justa, de respeito entre os princípios fundamentais e as preocupações causadas a partir dessa realidade, o desafio merece ser considerado e enfrentado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCIOLY, Hildebrando; NASCIMENTO E SILVA, Geraldo Eulálio; CASELLA, Paulo Borba. **Manual de direito internacional público**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 521-522.

ALBORNOZ, María Mercedes e GONZÁLEZ, Francisco López. *Marco normativo de la gestación por sustitución en México: desafíos internos y externos*. **Revista del instituto de ciencias jurídicas de Puebla**, v. 11, n. 39, jan-jun 2017, p. 9-23. Disponível em: <<https://revistas-colaboracion.juridicas.unam.mx/index.php/rev-inst-ciencias-juri-puebla/article/view/31741/28730>> Acesso em 14 set. 2018.

All families are equal Act (Parentage and Related Registrations Statute Law Amendment). Section 10. 2016. Disponível em: <<https://www.ontario.ca/laws/statute/S16023>>. Acesso em 20 fev. 2019.

ARAUJO, Nadia de., VARGAS, Daniela; MARTEL, Letícia. **Gestação de substituição: Regramento no Direito Brasileiro e seus Aspectos de Direito Internacional Privado**.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Bioética e direitos humanos: direitos constitucionais gerais e específicos. Teoria geral da família. Direito constitucional de família. Jurisprudência constitucional. Processualidade constitucional. In: GUERRA, Arthur Magno e Silva (Coord.). **Biodireito e bioética: Uma introdução crítica**. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2005.

BATIFFOL, Henri. Existence et spécificité du droit de la famille. In **Réformes du droit de la famille, Archives de philosophie du droit**. Paris: Sirey, 1975.

BENABENT, A. **Droit de la famille**. 3. ed. Paris: LGDJ, 2014.

BOTTEGA, Clarissa. **Reflexos do Biodireito no Direito das Famílias**. p. 53-57. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/reflexos_do_biodireito.pdf>. Acesso em 10 fev. 2019.

CALEB, Marcel. **Essai sur le principe de l'autonomie de la volonté en droit international privé**. Paris: Sirey, 1927.

CALZOLAIO, Ermmano. *La décision étrangère reconnaissant le statut de parent au conjoint du père biologique d'un enfant né d'une GPA est-elle conforme à l'ordre public italien?* **Revue Juridique Personnes & Famille**. 2018.

CHEREM II, Gerson. Inseminação artificial heteróloga a mãe: a determinação da maternidade em face da cessão de útero. **Revista da Academia Judicial**, Edição Comemorativa, Ano I, n. 0, dez. 2010, p.189-203;

Conferência da Haia de Direito Internacional Privado. **Estatuto**. Disponível em: <<https://assets.hcch.net/docs/c54c6d90-c653-4b9e-b936-2e0b8a80dced.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

Conferência da Haia de Direito Internacional Privado. **Legislativos**. Disponível em: <<https://www.hcch.net/fr/projects/legislative-projects/parentage-surrogacy>> Acesso em 20 fev. 2019.

DIAS, Maria Berenice. **A democratização do casamento**. 30 jun. 2011. Disponível em: <[http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2_620\)a_democratizacao_do_casamento.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_620)a_democratizacao_do_casamento.pdf)>. Acesso em: 22 dez. 2018, *online*.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 5. ed. São Paulo: RT, 2009.

DOLINGER, Jacob. **Direito Internacional Privado: Parte Geral**. 6. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

DOLINGER, Jacob; TIBURCIO, Carmen. **Direito Internacional Privado**. 13. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

FACHIN, Luiz Edson. Mudanças sociais no Direito de Família. In: ALVIM, Arruda; CÉSAR, Joaquim Portes de Cerqueira; ROSAS, Roberto (coord.). **Aspectos controvertidos do novo Código Civil**: escritos em homenagem ao Ministro José Carlos Moreira Alves. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

FARMER, Karen. **International Surrogacy Choices**. Disponível em: <<http://ezinearticles.com/?International-Surrogacy-Choices&id=2538590>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

Federação Russa. **Código de Família**. Disponível em: <<http://www.jafbase.fr/docEstEurope/RussianFamilyCode1995.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

FREEMAN, Michael. *Is Surrogacy Exploitative?* In: McLEAN Sheila (Ed.). **Legal Issues in Human Reproduction**. Dartmouth Publishing, 1989.

FRIEDRICH, Tatyana Scheila. Uma introdução contemporânea ao Direito Internacional Privado. In CARVALHO RAMOS, André de (Org.). **Direito Internacional Privado: Questões Controvertidas**. Belo Horizonte: Arraes, 2015.

FRISON-ROCHE, M. A. *Une famille à sa main, La Famille en mutation*. **Archives de Philosophie du Droit**, tome 57, 2014.

FULCHIRON, Hugues. *La lutte contre le tourisme procréatif: vers un instrument de coopération internationale?* **Journal du Droit International**, n. 2, abr.-maio-jun. 2014, p. 566-588.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **A nova filiação: o biodireito e as relações parentais de acordo com o novo Código Civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

GOLDSCHMIDT, Werner. **Derecho Internacional Privado: derecho de la tolerancia basado en la teoria pluralista del mundo jurídico**. 3. ed. atual. Buenos Aires: Depalma, 1977.

GRANDINO RODAS, João; MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. **A Conferência da Haia de Direito Internacional Privado: a participação do Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

GUERRA, Arthur Magno e Silva. Humanismo Constitucional no Brasil: Os reflexos da bioética no contexto constitucional brasileiro, fundado no paradigma da dignidade humana, em questões de manipulação genética. *In*: GUERRA, Arthur Magno e Silva (Coord.). **Biodireito e bioética: Uma introdução crítica**. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2005.

HABERMAS, Jürgen. **O futuro da natureza humana**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HILT, Patrice. **Le couple et la Convention européenne des droits de l'homme: analyse du droit français**. Aix-en-Provence: PUAM, 2004.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Famílias Paralelas. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, v. 108, p. 199-219, jan./dez. 2013, p. 200.

HUBER, Ulrich. *De conflictu legum diversarum diversis imperiis* in HUBER, Ulrich; MENCKE, Lüderus; THOMASIUS, Christianus. **Praelectiones Juris Romani et Hodierni Pars II**. Lipsiae Gleditschius, 1735.

LA HOUGUES, Claire; PUPPINCK, Grégor. **La gestation pour autrui, une violation des droits de l'homme et de la dignité**. Conselho da Europa. Texto de Conferência. 2012. Disponível em : <<https://www.ieb-eib.org/en/pdf/gestation-pour-autrui.pdf>>. Acesso em: 26 de nov. 2018.

LAGARDE, V.P. *La gestation pour autrui: problèmes de droit interne et de DIP*. **Revue Hellénique de Droit International**, 2009.

Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111105.htm>. Acesso em: 25 nov. 2018.

LÔBO, Paulo. **Código Civil Comentado XVI**. Direito de Família. Relações de Parentesco. Direito Patrimonial. Artigos 1.591 a 1.693. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Famílias**. São Paulo: Saraiva, 2010.

LOUSSOUARN, Yvon e BOUREL, Pierre. **Droit International Privé**. 2. ed. Paris: Dalloz, 1980.

MACHADO, João Baptista. **Lições de Direito Internacional Privado**. 3. ed. Coimbra: Almedina, 1985.

MANCINI, Pasquale Stanislao. Relatório para o Instituto de Direito Internacional. **Journal du droit international privé et de la Jurisprudence comparée**, jul-ago., 1874, p. 221-239.

MONACO, Gustavo Ferraz de Campo. **Conflitos de Lei no Espaço e Lacunas (Inter)Sistêmicas**. Tese de Titularidade. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FD-USP). 2018.

_____. **A declaração universal dos direitos da criança e seus sucedâneos internacionais**. Coimbra: 2004.

_____. **Guarda Internacional de Crianças**. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

MURAT, P. **Les sources du droit de la famille**. 6. ed. Paris : Dalloz, 2013.

NEVARES, Ana Luiza Maia. Entidades Familiares na Constituição: críticas à concepção hierarquizada. *In*: RAMOS, Carmen Lucia Silveira (et al.). **Diálogos sobre Direito Civil: Construindo a racionalidade contemporânea**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

ONU. **Convenção sobre o direito das crianças**. Disponível em:
<<https://www.unric.org/html/portuguese/humanrights/Crianca.pdf>>

OTERO, Marcelo Truzzi. **Contratação de barriga de aluguel gratuita e onerosa: legalidade, efeitos e o melhor interesse da criança**. **Direito e Sociedade: Revista de Estudos Jurídicos Interdisciplinares**. Catanduva, v.5, n. 1, jan./dez. 2010.

PÉREZ GIRALDA, Aurélio. *La Conferencia de La Haya de Derecho Internacional Privado: indicios de una nueva orientación*. **Revista Española de Derecho Internacional**. Madrid, v. XXXIV, n. 1, p. 139-152, enero/junio, 1982.

RENUCCI, J.-F. **Droit européen des droits de l'homme, Traité de droit européen des droits de l'homme**. 2. ed. Paris: LGDJ, 2012.

República Federativa do Brasil. **Código Civil (2002)**. Disponível em
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 10 fev. 2019.

República Federativa do Brasil. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05 dez. 2018.

República Federativa do Brasil. **Decreto n. 3.087/1999**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3087.htm> Acesso em 21 jan. 2019.

República Federativa do Brasil. **Decreto n. 3.413/2000**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3413.htm> Acesso em 21 jan. 2019.

República Federativa do Brasil. **Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm>, Acesso em 25 out. 2018.

República Federativa do Brasil. Conselho da Justiça Federal. **Enunciado 104**. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/735>>. Acesso em 10 fev. 2019.

República Federativa do Brasil. Conselho da Justiça Federal. **Enunciado 105**. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/736>> Acesso em 10 fev. 2019.

República Federativa do Brasil. Conselho da Justiça Federal. **Enunciado 106**. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/737>>. Acesso em 10 fev. 2019.

República Federativa do Brasil. Conselho da Justiça Federal. **Enunciado 107**. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/738>>. Acesso em 10 fev. 2019.

República Federativa do Brasil. Conselho da Justiça Federal. **Enunciado 257**. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/505>>. Acesso em 10 fev. 2019.

República Federativa do Brasil. Conselho da Justiça Federal. **Enunciado 258**. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/506>> Acesso em: 10 fev. 2019.

República Federativa do Brasil. **Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del4657compilado.htm>. Acesso em: 17 jan. 2019.

República Federativa do Brasil. Conselho Nacional de Justiça. **Provimento n.63**. 14 de novembro de 2017. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3380>>. Acesso em 18 fev. 2019.

República Francesa. **Código Civil**. Disponível em: <https://www.cjoint.com/doc/19_01/IALiYLtxabh_codecivil2019.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2019.

RODRÍGUEZ, Luis P. *Dimensión consular de la gestación por sustitución en derecho internacional privado*. CDT, v.10, n.2. Madri: 2018. Disponível em: <<https://e-revistas.uc3m.es/index.php/CDT/article/view/4391>>. Acesso em 23 nov. 2018.

SÁ, Maria de Fátima Freire de; NAVES, Bruno Torquato de Oliveira. **Manual de Biodireito**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

SANCHÉZ LORENZO, Sixto A. *Postmodernismo y derecho internacional privado*. **Revista Española de Derecho Internacional**. Madrid, v. 46, n. 2, p. 557-585, 1994, p.581.

SAVIGNY, Friedrich Carl. **Sistema do Direito Romano Atual**: Volume VIII. Ijuí: Editora Unijuí, 2004.

SCHWENZER, Ingeborg. **Model Family Code**: from a Global Perspective. Antwerpen: Intersentia, 2006.

SIEW-GUILLEMIN, Anne-Dophie. **La famille à l'épreuve des droits fondamentaux**. 2017. Tese (Doutorado em Direito) – Université Côte d'Azur, 2017. Disponível em: <<https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-01730697/document>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

SIMÃO, José Fernando; BELTRÃO, Silvio Romero. **Direito Civil**: estudos em homenagem a José de Oliveira Ascensão. Atlas: São Paulo, 2017.

STEENHOFF, G. *Asser et la fondation de la Conférence de la Haye de droit international privé*. **Revue Critique de Droit International Privé**. Paris, v. 83, n. 2, p. 297-315, avr./juin., 1994.

STEINER, Renata C. A autonomia (privada) no Direito Internacional das Famílias. In MONACO, Gustavo Ferraz; FULCHIRON, Hugues (Org.). **Famílias Internacionais: Seus Direitos, Seus Deveres**. São Paulo: Intelecto, 2016.

STORY, Joseph. *Commentaries on the Conflict of Laws, Foreign and Domestic, in Regard to Contracts, Rights, and Remedies, and Especially in Regard to Marriages, Divorces, Wills, Successions, and Judgments*. Boston: Hilliard, Gray and Company, 1834.

STRENGER, Irineu. **Autonomia da vontade em Direito Internacional Privado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1968.

Supremo Tribunal Federal. **ADPF 132 e ADI 4.277**. 2011. Rel. Min. Ayres Britto. Disponível em:

<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628633>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

SVITNEV, Konstantin. *Legal regulation of assisted reproduction treatment in Russia*. **Reproductive BioMedicine**: 2010. v. 20. p. 892-894. Disponível em:

<[https://www.rbmojournal.com/article/S1472-6483\(10\)00174-4/pdf](https://www.rbmojournal.com/article/S1472-6483(10)00174-4/pdf)>. Acesso em: 24 out. 2018.

The International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans And Intersex Association. **Sexual orientation laws in the world – recognition**. Geneve: [s.n.], 2017. Disponível em: <https://ilga.org/downloads/2017/ILGA_WorldMap_ENGLISH_Recognition_2017.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2018.

The Yogyakarta principles: principles on the application of international human rights law in relation to sexual orientation and gender identity. Yogyakarta: [s.n.], 2006. Disponível em: <www.yogyakartaprinciples.org/principles_en.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2018, p. 27.

TRIMMINGS, Katarina e BEAUMONT, Paul. *International surrogacy arrangements: an urgent need for legal regulation at the International level*. **Journal of Private International Law**, v. 7, n. 3, 2011, p. 627-647.

UNCITRAL. Disponível em: <<https://uncitral.un.org/en/about>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

UNIDROIT. Disponível em: <<https://www.unidroit.org/about-unidroit/overview>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

VALLADÃO, Haroldo. **Direito Internacional Privado**. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1974, p.85, v. 1.

VAN LOON, Hans. *The Hague Conference on Private International Law*. **Hague Justice Journal**, The Hague, v. 2, n. 2, 2007.

VICENTE, Dario Moura. **Direito Comparado: introdução, sistemas jurídicos em geral**. v. 1. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Almedina. 2018. p. 18.

VIEIRA, Hugo Otavio Tavares. As Ordenações Filipinas: O DNA do Brasil. **Revista dos Tribunais**. São Paulo, vol. 958, ano 104, p. 317-327, ago. 2015.

RESOLUÇÃO CFM nº 2.168/2017

Publicada no D.O.U. de 10 nov. 2017, Seção I, p. 73

Adota as normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida – sempre em defesa do aperfeiçoamento das práticas e da observância aos princípios éticos e bioéticos que ajudam a trazer maior segurança e eficácia a tratamentos e procedimentos médicos –, tornando-se o dispositivo deontológico a ser seguido pelos médicos brasileiros e revogando a [Resolução CFM nº 2.121](#), publicada no D.O.U. de 24 de setembro de 2015, Seção I, p. 117.

O **CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA**, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, alterada pela Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, e pelo Decreto nº 6.821, de 14 de abril de 2009, e associada à Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, e ao Decreto nº 8.516, de 10 de setembro de 2015,

CONSIDERANDO a infertilidade humana como um problema de saúde, com implicações médicas e psicológicas, e a legitimidade do anseio de superá-la;

CONSIDERANDO o aumento das taxas de sobrevida e cura após os tratamentos das neoplasias malignas, possibilitando às pessoas acometidas um planejamento reprodutivo antes de intervenção com risco de levar à infertilidade;

CONSIDERANDO que as mulheres estão postergando a maternidade e que existe diminuição da probabilidade de engravidarem com o avanço da idade;

CONSIDERANDO que o avanço do conhecimento científico já permite solucionar vários casos de problemas de reprodução humana;

CONSIDERANDO que o pleno do Supremo Tribunal Federal, na sessão de julgamento de 5 de maio de 2011, reconheceu e qualificou como entidade familiar a união estável homoafetiva;

CONSIDERANDO a necessidade de harmonizar o uso dessas técnicas com os princípios da ética médica; e

CONSIDERANDO, finalmente, o decidido na sessão plenária do Conselho Federal de Medicina realizada em 21 de setembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Adotar as normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida, anexas à presente resolução, como dispositivo deontológico a ser seguido pelos médicos.

Art. 2º Revogar a [Resolução CFM nº 2.121](#), publicada no D.O.U. de 24 de setembro de 2015, Seção I, p. 117 e demais disposições em contrário.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de setembro de 2017.

CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA
Presidente

HENRIQUE BATISTA E SILVA
Secretário-Geral

NORMAS ÉTICAS PARA A UTILIZAÇÃO DAS TÉCNICAS DE REPRODUÇÃO ASSISTIDA

I – PRINCÍPIOS GERAIS

1. As técnicas de reprodução assistida (RA) têm o papel de auxiliar na resolução dos problemas de reprodução humana, facilitando o processo de procriação.

2. As técnicas de RA podem ser utilizadas na preservação social e/ou oncológica de gametas, embriões e tecidos germinativos.

3. As técnicas de RA podem ser utilizadas desde que exista probabilidade de sucesso e não se incorra em risco grave de saúde para o(a) paciente ou o possível descendente.

§ 1º A idade máxima das candidatas à gestação por técnicas de RA é de 50 anos.

§ 2º As exceções a esse limite serão aceitas baseadas em critérios técnicos e científicos fundamentados pelo médico responsável quanto à ausência de comorbidades da mulher e após esclarecimento ao(s) candidato(s) quanto aos riscos envolvidos para a paciente e para os descendentes eventualmente gerados a partir da intervenção, respeitando-se a autonomia da paciente.

4. O consentimento livre e esclarecido será obrigatório para todos os pacientes submetidos às técnicas de RA. Os aspectos médicos envolvendo a totalidade das circunstâncias da aplicação de uma técnica de RA serão detalhadamente expostos, bem como os resultados obtidos naquela unidade de tratamento com a técnica proposta. As informações devem também atingir dados de caráter biológico, jurídico e ético. O documento de consentimento livre e esclarecido será elaborado em formulário especial e estará completo com a concordância, por escrito, obtida a partir de discussão bilateral entre as pessoas envolvidas nas técnicas de reprodução assistida.

5. As técnicas de RA não podem ser aplicadas com a intenção de selecionar o sexo (presença ou ausência de cromossomo Y) ou qualquer outra característica biológica do futuro filho, exceto para evitar doenças no possível descendente.

6. É proibida a fecundação de oócitos humanos com qualquer outra finalidade que não a procriação humana.

7. Quanto ao número de embriões a serem transferidos, fazem-se as seguintes determinações de acordo com a idade: a) mulheres até 35 anos: até 2 embriões; b) mulheres entre 36 e 39 anos: até 3 embriões; c) mulheres com 40 anos ou mais: até 4 embriões; d) nas situações de doação de oócitos e embriões, considera-se a idade da doadora no momento da coleta dos oócitos. O número de embriões a serem transferidos não pode ser superior a quatro.

8. Em caso de gravidez múltipla decorrente do uso de técnicas de RA, é proibida a utilização de procedimentos que visem a redução embrionária.

II – PACIENTES DAS TÉCNICAS DE RA

1. Todas as pessoas capazes, que tenham solicitado o procedimento e cuja indicação não se afaste dos limites desta resolução, podem ser receptoras das técnicas de RA, desde que os participantes estejam de inteiro acordo e devidamente esclarecidos, conforme legislação vigente.

2. É permitido o uso das técnicas de RA para relacionamentos homoafetivos e pessoas solteiras, respeitado o direito a objeção de consciência por parte do médico.

3. É permitida a gestação compartilhada em união homoafetiva feminina em que não exista infertilidade. Considera-se gestação compartilhada a situação em que o embrião obtido a partir da fecundação do(s) oócito(s) de uma mulher é transferido para o útero de sua parceira.

III – REFERENTE ÀS CLÍNICAS, CENTROS OU SERVIÇOS QUE APLICAM TÉCNICAS DE RA

As clínicas, centros ou serviços que aplicam técnicas de RA são responsáveis pelo controle de doenças infectocontagiosas, pela coleta, pelo manuseio, pela conservação, pela distribuição, pela transferência e pelo descarte de material biológico humano dos pacientes das técnicas de RA. Devem apresentar como requisitos mínimos:

1. Um diretor técnico (obrigatoriamente um médico registrado no Conselho Regional de Medicina de sua jurisdição) com registro de especialista em áreas de interface com a RA, que será responsável por todos os procedimentos médicos e laboratoriais executados;
2. Um registro permanente (obtido por meio de informações observadas ou relatadas por fonte competente) das gestações, dos nascimentos e das malformações de fetos ou recém-nascidos provenientes das diferentes técnicas de RA aplicadas na unidade em apreço, bem como dos procedimentos laboratoriais na manipulação de gametas e embriões;
3. Um registro permanente dos exames laboratoriais a que são submetidos os pacientes, com a finalidade precípua de evitar a transmissão de doenças;
4. Os registros deverão estar disponíveis para fiscalização dos Conselhos Regionais de Medicina.

IV – DOAÇÃO DE GAMETAS OU EMBRIÕES

1. A doação não poderá ter caráter lucrativo ou comercial.
2. Os doadores não devem conhecer a identidade dos receptores e vice-versa.

3. A idade limite para a doação de gametas é de 35 anos para a mulher e de 50 anos para o homem.
4. Será mantido, obrigatoriamente, sigilo sobre a identidade dos doadores de gametas e embriões, bem como dos receptores. Em situações especiais, informações sobre os doadores, por motivação médica, podem ser fornecidas exclusivamente para médicos, resguardando-se a identidade civil do(a) doador(a).
5. As clínicas, centros ou serviços onde são feitas as doações devem manter, de forma permanente, um registro com dados clínicos de caráter geral, características fenotípicas e uma amostra de material celular dos doadores, de acordo com legislação vigente.
6. Na região de localização da unidade, o registro dos nascimentos evitará que um(a) doador(a) tenha produzido mais de duas gestações de crianças de sexos diferentes em uma área de um milhão de habitantes. Um(a) mesmo(a) doador(a) poderá contribuir com quantas gestações forem desejadas, desde que em uma mesma família receptora.
7. A escolha das doadoras de oócitos é de responsabilidade do médico assistente. Dentro do possível, deverá garantir que a doadora tenha a maior semelhança fenotípica com a receptora.
8. Não será permitido aos médicos, funcionários e demais integrantes da equipe multidisciplinar das clínicas, unidades ou serviços participar como doadores nos programas de RA.
9. É permitida a doação voluntária de gametas, bem como a situação identificada como doação compartilhada de oócitos em RA, em que doadora e receptora, participando como portadoras de problemas de reprodução, compartilham tanto do material biológico quanto dos custos financeiros que envolvem o procedimento de RA. A doadora tem preferência sobre o material biológico que será produzido.

V – CRIOPRESERVAÇÃO DE GAMETAS OU EMBRIÕES

1. As clínicas, centros ou serviços podem criopreservar espermatozoides, oócitos, embriões e tecidos gonádicos.
2. O número total de embriões gerados em laboratório será comunicado aos pacientes para que decidam quantos embriões serão transferidos *a fresco*, conforme determina esta Resolução. Os excedentes, viáveis, devem ser criopreservados.
3. No momento da criopreservação, os pacientes devem manifestar sua vontade, por escrito, quanto ao destino a ser dado aos embriões criopreservados em caso de divórcio ou dissolução de união estável, doenças graves ou falecimento de um deles ou de ambos, e quando desejam doá-los.
4. Os embriões criopreservados com três anos ou mais poderão ser descartados se esta for a vontade expressa dos pacientes.
5. Os embriões criopreservados e abandonados por três anos ou mais poderão ser descartados.

Parágrafo único: Embrião abandonado é aquele em que os responsáveis descumpriram o contrato pré-estabelecido e não foram localizados pela clínica.

VI – DIAGNÓSTICO GENÉTICO PRÉ-IMPLANTACIONAL DE EMBRIÕES

1. As técnicas de RA podem ser aplicadas à seleção de embriões submetidos a diagnóstico de alterações genéticas causadoras de doenças – podendo nesses casos ser doados para pesquisa ou descartados, conforme a decisão do(s) paciente(s) devidamente documentada em consentimento informado livre e esclarecido específico.
2. As técnicas de RA também podem ser utilizadas para tipagem do sistema HLA do embrião, no intuito de selecionar embriões HLA-compatíveis com algum irmão já afetado

pela doença e cujo tratamento efetivo seja o transplante de células-tronco, de acordo com a legislação vigente.

3. O tempo máximo de desenvolvimento de embriões *in vitro* será de até 14 dias.

VII – SOBRE A GESTAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO (CESSÃO TEMPORÁRIA DO ÚTERO)

As clínicas, centros ou serviços de reprodução assistida podem usar técnicas de RA para criarem a situação identificada como gestação de substituição, desde que exista um problema médico que impeça ou contraindique a gestação na doadora genética, em união homoafetiva ou pessoa solteira.

1. A cedente temporária do útero deve pertencer à família de um dos parceiros em parentesco consanguíneo até o quarto grau (primeiro grau – mãe/filha; segundo grau – avó/irmã; terceiro grau – tia/sobrinha; quarto grau – prima). Demais casos estão sujeitos à autorização do Conselho Regional de Medicina.

2. A cessão temporária do útero não poderá ter caráter lucrativo ou comercial.

3. Nas clínicas de reprodução assistida, os seguintes documentos e observações deverão constar no prontuário da paciente:

3.1. Termo de consentimento livre e esclarecido assinado pelos pacientes e pela cedente temporária do útero, contemplando aspectos biopsicossociais e riscos envolvidos no ciclo gravídico-puerperal, bem como aspectos legais da filiação;

3.2. Relatório médico com o perfil psicológico, atestando adequação clínica e emocional de todos os envolvidos;

3.3. Termo de Compromisso entre o(s) paciente(s) e a cedente temporária do útero (que receberá o embrião em seu útero), estabelecendo claramente a questão da filiação da criança;

3.4. Compromisso, por parte do(s) paciente(s) contratante(s) de serviços de RA, de tratamento e acompanhamento médico, inclusive por equipes multidisciplinares, se necessário, à mãe que cederá temporariamente o útero, até o puerpério;

3.5. Compromisso do registro civil da criança pelos pacientes (pai, mãe ou pais genéticos), devendo esta documentação ser providenciada durante a gravidez;

3.6. Aprovação do cônjuge ou companheiro, apresentada por escrito, se a cedente temporária do útero for casada ou viver em união estável.

VIII – REPRODUÇÃO ASSISTIDA *POST-MORTEM*

É permitida a reprodução assistida *post-mortem* desde que haja autorização prévia específica do(a) falecido(a) para o uso do material biológico criopreservado, de acordo com a legislação vigente.

IX – DISPOSIÇÃO FINAL

Casos de exceção, não previstos nesta resolução, dependerão da autorização do Conselho Regional de Medicina da jurisdição e, em grau recursal, ao Conselho Federal de Medicina.

CARLOS VITAL TAVARES CORRÊA LIMA

Presidente

HENRIQUE BATISTA E SILVA

Secretário-Geral

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA RESOLUÇÃO CFM nº 2.168/2017

No Brasil, até a presente data, não há legislação específica a respeito da reprodução assistida (RA). Tramitam no Congresso Nacional, há anos, diversos projetos a respeito do assunto, mas nenhum deles chegou a termo.

O Conselho Federal de Medicina (CFM) age sempre em defesa do aperfeiçoamento das práticas e da obediência aos princípios éticos e bioéticos, que ajudam a trazer maior segurança e eficácia a tratamentos e procedimentos médicos.

O uso das técnicas de reprodução assistida para preservação social e oncológica de gametas, embriões e tecidos germinativos amplia as oportunidades de aplicação no sentido de propiciar melhor planejamento reprodutivo.

A preservação social diz respeito a pessoas saudáveis, sem indicação médica para assistência à fertilidade, no sentido de promover congelamento dos seus gametas, possibilitando a condição reprodutiva posterior.

A permissão da doação de oócitos além dos casos compartilhados contempla a questão da isonomia de gêneros.

A Lei de Biossegurança ([Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005](#)) permitiu a utilização para pesquisa de embriões congelados há três anos ou mais, na data da publicação da Lei (28.03.2005). Assim, por analogia, a alteração passa de cinco para três anos o período de descarte de embriões.

Os aspectos médicos envolvendo a totalidade das circunstâncias da aplicação da reprodução assistida foram detalhadamente expostos nesta revisão, realizada pela Comissão de Revisão da [Resolução CFM nº 2.121/2015](#) em conjunto com representantes da Sociedade Brasileira de Reprodução Assistida, da Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia, da Sociedade Brasileira de Reprodução Humana e da Sociedade Brasileira de Genética Médica, sob a coordenação do conselheiro federal José Hiran da Silva Gallo.

Esta é a visão da comissão formada que trazemos à consideração do plenário do Conselho Federal de Medicina.

Brasília-DF, 21 de setembro de 2017.

JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO

Coordenador da Comissão para Revisão da Resolução CFM nº 2.121/2015

Conseil sur les affaires générales et la politique de la Conférence – mars 2019

Document	Document préliminaire ☒ Document d'information ☐	No 2 A d'octobre 2018
Titre	Rapport du Groupe d'experts sur le projet Filiation / Maternité de substitution (réunion du 25 au 28 septembre 2018)	
Auteur	Groupe d'experts sur le projet Filiation / Maternité de substitution	
Point de l'ordre du jour	Point III.2	
Mandat	C&R Nos 6 et 7 du Conseil sur les affaires générales et la politique de la Conférence de La Haye de mars 2018	
Objectif	Présenter un rapport sur la quatrième réunion du Groupe d'experts, en particulier sur les progrès réalisés dans le cadre du projet Filiation / Maternité de substitution dans le domaine de la filiation en général	
Mesure(s) à prendre	Pour approbation ☐ Pour décision ☒ Pour information ☐	
Annexes	Liste des participants à la quatrième réunion du Groupe d'experts sur la Filiation/ Maternité de substitution	
Document(s) connexe(s)	<ul style="list-style-type: none"> - Doc. prélim. No 3A de février 2015, 3B et 3C de mars 2014 et C&R No 5 du Conseil sur les affaires générales et la politique de mars 2015 - Doc. prélim. No 3 de février 2016 et C&R No 15 du Conseil sur les affaires générales et la politique de mars 2016 - Doc. prélim. No 2 de février 2017 et C&R Nos 8 à 10 du Conseil sur les affaires générales et la politique de mars 2017 	

Churchillplein 6b, 2517 JW The Hague - La Haye | The Netherlands - Pays-Bas
 ☎ +31 (70) 363 3303 📠 +31 (70) 360 4867 | secretariat@hcch.net | www.hcch.net

Regional Office for Asia and the Pacific (ROAP) - Bureau régional pour l'Asie et le Pacifique (BRAP)
 S.A.R. of Hong Kong - R.A.S. de Hong Kong | People's Republic of China - République populaire de Chine | ☎ +852 2858 9912
 Regional Office for Latin America and the Caribbean (ROLAC) - Bureau régional pour l'Amérique latine et les Caraïbes (BRALC)
 Buenos Aires | Argentina - Argentine | ☎ +54 (11) 4371 1809

RAPPORT DU GROUPE D'EXPERTS SUR LE PROJET FILIATION / MATERNITÉ DE SUBSTITUTION

(RÉUNION DU 25 AU 28 SEPTEMBRE 2018)

A. INTRODUCTION

1. Du 25 au 28 septembre 2018, le Groupe d'experts sur le projet Filiation /Maternité de substitution (ci-après, le « Groupe ») s'est réuni à La Haye ; 21 experts, un observateur et des membres du Bureau Permanent de la Conférence de La Haye de droit international privé (ci-après, la « HCCH ») ont participé à cette quatrième réunion. Les experts représentaient 20 États de diverses régions. La liste des participants est présentée en annexe.
2. La réunion s'est tenue conformément aux Conclusions et Recommandations adoptées lors de la dernière réunion du Conseil sur les affaires générales et la politique de la Conférence (ci-après, le « Conseil ») en mars 2018. Lors de cette réunion, le Conseil s'est félicité du Rapport du Groupe et des recommandations que celui-ci a formulées à l'issue de sa troisième réunion en février 2018. De plus, le Conseil est convenu de la nécessité de convoquer une quatrième réunion consacrée aux questions de droit international privé relatives à la filiation en général et une cinquième réunion portant spécifiquement sur la filiation résultant de conventions de maternité de substitution à caractère international¹.
3. Le Groupe s'est penché, au cours de sa quatrième réunion, sur les questions suivantes :
 - a) la possibilité d'accepter des actes publics étrangers sur la filiation ;
 - b) la possibilité de reconnaître la filiation établie à l'étranger en l'absence de décision judiciaire ;
 - c) la nécessité et, le cas échéant, la possibilité de parvenir à un accord sur des règles uniformes concernant la loi applicable en matière de filiation, y compris la manière dont celles-ci s'appliqueraient aux actes publics ; et
 - d) le perfectionnement de dispositions concernant la reconnaissance transfrontière, de plein droit, des décisions judiciaires étrangères portant sur la filiation.
4. La réunion n'a pas couvert les questions relatives aux conventions de maternité de substitution à caractère international étant donné que celles-ci seront abordées lors de la prochaine cinquième réunion.
5. Le Groupe a évoqué les questions susmentionnées au vu des évolutions juridiques récentes en matière de filiation et de conventions de maternité de substitution aux niveaux national, régional et international.

B. NÉCESSITÉ DE SOLUTIONS COMMUNES

6. Le Groupe a rappelé que l'absence de règles uniformes de droit international privé en matière de filiation peut mener à des filiations bancales d'un pays à l'autre dans un certain nombre de situations et peut créer des problèmes significatifs pour les enfants² et les familles. Le Groupe a en outre rappelé que des règles uniformes de droit international privé peuvent aider les États à résoudre ces conflits et peuvent introduire des garanties pour la prévention

Tous les documents de la HCCH sur le projet Filiation / Maternité de substitution mentionnés dans ce rapport sont disponibles sur le site web de la HCCH, à l'adresse : < www.hcch.net >, sous la rubrique « Filiation / Maternité de substitution ».

¹ Voir « Conclusions et Recommandations du Conseil sur les affaires générales et la politique de la Conférence (du 13 au 15 mars 2018) », C&R Nos 6 et 7, disponibles sur le site web de la HCCH, à l'adresse : < www.hcch.net >, sous les rubriques « Gouvernance » puis « Conseil sur les affaires générales et la politique ».

² Les experts sont convenus qu'un éventuel futur instrument devrait s'appliquer à toute personne (Rapport du Groupe d'experts sur le projet Filiation / Maternité de substitution (réunion du 6 au 9 février 2018), para. 7). Toutefois, afin d'éviter tout malentendu, le terme « enfant » est utilisé dans le présent rapport pour désigner la personne dont la filiation est en cours de détermination. Le terme « enfant », lorsqu'il désigne uniquement les enfants de moins de 18 ans, est précisé dans les cas où le contexte l'exige aux fins de clarté.

de la fraude en matière d'actes publics, tout en veillant à ce que les diverses règles matérielles des États en matière de filiation soient respectées. Il convient que tout nouvel instrument vise à assurer la prévisibilité, la sécurité et la continuité de la filiation dans les situations transfrontières pour toutes les personnes concernées, en tenant compte de leurs droits fondamentaux, de la *Convention des Nations Unies relative aux droits de l'enfant* et en particulier de l'intérêt supérieur des enfants. Le Groupe a reconnu que tout instrument international devrait être élaboré en vue de compléter les Conventions de La Haye relatives au droit de la famille existantes et d'attirer autant d'États que possible.

7. Le Groupe a confirmé que les trois principales méthodes d'établissement de la filiation dans la plupart des États sont les suivantes : 1) de plein droit ; 2) à l'initiative d'une ou de plusieurs personnes³ ; et 3) par décision d'une autorité étatique (généralement judiciaire)⁴.

8. Comme dans la majorité des situations la filiation n'est pas établie par décision judiciaire, le Groupe a examiné des méthodes possibles afin de faciliter la continuité de la filiation lorsqu'elle survient de plein droit ou à l'initiative d'une ou de plusieurs personnes. Il convient que toute méthode envisagée dans un éventuel futur instrument soit aussi simple que possible afin d'apporter une valeur ajoutée aux familles et soit facile à mettre en œuvre par les États. Les experts sont également convenus qu'une combinaison de différentes méthodes pourrait être plus efficace.

C. MÉTHODES ÉVENTUELLES POUR ASSURER LA CONTINUITÉ TRANSFRONTIÈRE DE LA FILIATION EN L'ABSENCE DE DÉCISION JUDICIAIRE

1. En l'absence de règles uniformes concernant la loi applicable dans un éventuel futur instrument

9. Le Groupe a examiné deux méthodes éventuelles pour assurer la continuité transfrontière de la filiation en l'absence de règles uniformes concernant la loi applicable dans un éventuel futur instrument et en l'absence de décision d'une autorité étatique (généralement judiciaire).

a) Acceptation d'un acte public comme preuve réfragable de la filiation consignée dans cet acte (avec ou sans conditions d'acceptation)

10. Le Groupe a indiqué la possibilité d'adopter une méthode dans un éventuel futur instrument international qui garantirait qu'un acte public (généralement un acte de naissance ou un acte de reconnaissance de filiation) consignait⁵ la filiation d'un enfant, délivré par un État, soit accepté par tous les États contractants⁶ à l'éventuel instrument comme *preuve* de la filiation. Cette preuve de la filiation pourrait être réfutée par la présentation de preuves contraires, et la procédure de contestation du contenu de l'acte serait régie par le droit de l'État contractant requis, c'est-à-dire le droit de cet État, y compris ses règles de droit international privé en matière d'établissement et de contestation de la filiation.

11. Cette méthode contribuerait à la réalisation d'un objectif général de simplification des formalités administratives afin de faciliter et d'améliorer l'acceptation d'actes publics. La simplification des conditions de présentation dans un État d'actes publics délivrés dans un autre État devrait apporter des avantages tangibles aux enfants. En outre, cela peut fournir un cadre plus structuré en cas de doute raisonnable, en particulier si des mécanismes de coopération sont inclus dans un éventuel futur instrument.

³ Généralement, une reconnaissance de filiation.

⁴ Rapport du Groupe d'experts sur le projet Filiation / Maternité de substitution (réunion du 15 au 18 février 2016), para. 8.

⁵ Dans le cadre de ce projet, le terme « consigner » (en tant que verbe) signifie uniquement que le document contient une référence à l'identité des parents d'un enfant.

⁶ La question de savoir s'il devrait s'agir d'un État contractant ou s'il pourrait également s'agir d'un État non contractant n'a pas été déterminée à ce stade par le Groupe. Ce système pourrait être limité aux relations entre États contractants ou pourrait fonctionner de manière universelle (*erga omnes*).

12. Le Groupe a estimé que cette méthode constituerait, pour de nombreux États, une codification de la pratique existante et, à cet égard, ne répondrait pas aux objectifs fondamentaux des travaux du Groupe déjà identifiés : en particulier, elle n'assurerait pas la continuité de la filiation d'un pays à l'autre et n'améliorerait pas sensiblement la situation actuelle.

13. Le Groupe a également indiqué la possibilité d'une alternative à la méthode de l'acceptation décrite ci-dessus, dans laquelle l'autorité compétente de l'État requis devrait vérifier que certaines conditions sont remplies avant que l'acte public étranger puisse être accepté comme preuve de la filiation. Le respect de ces conditions offrirait une plus grande sécurité pour l'État requis. Certains experts ont suggéré que le processus pourrait être facilité si ces conditions étaient formulées plutôt comme des motifs de non-acceptation. Le Groupe a toutefois souligné que cette alternative ne résoudrait pas les problèmes fondamentaux posés par la méthode de l'acceptation définie au paragraphe 12 susmentionné. En outre, sa mise en œuvre pourrait s'avérer fastidieuse.

14. Le Groupe est convenu que même si cette méthode (avec ou sans conditions d'acceptation) pouvait être mise en œuvre dans la pratique, elle n'atteindrait pas en soi les objectifs fixés. Certains experts étaient d'avis que cette méthode pourrait néanmoins être utile si elle est associée aux méthodes abordées ci-après.

b) Reconnaissance transfrontière de la filiation établie de plein droit ou à l'initiative d'une ou de plusieurs personnes

15. L'éventuelle reconnaissance transfrontière de la filiation établie de plein droit ou à l'initiative d'une ou de plusieurs personnes ⁷ a également fait l'objet de discussions au sein du Groupe.

16. Selon la « méthode de reconnaissance » proposée, l'État procédant à la reconnaissance ne déterminerait pas si la filiation existe selon ses propres règles concernant la loi applicable, mais déterminerait plutôt si la relation juridique valablement établie à l'étranger peut être reconnue de plein droit dans l'État requis sous réserve de garanties.

17. Afin de reconnaître la filiation, l'État requis aurait besoin de la confirmation selon laquelle la filiation a été valablement établie dans l'État d'origine. Un moyen de faciliter la reconnaissance pourrait être que l'établissement valable de la filiation soit confirmé et certifié par une autorité compétente de l'État d'origine, soit sous une forme choisie par cet État, soit par un tampon standard ou une autre forme de validation des documents existants convenus dans un éventuel futur instrument international. Par ailleurs, un nouveau type de document standard, tel qu'un certificat international de filiation, pourrait être élaboré pour confirmer que la filiation a été valablement établie dans l'État d'origine ; celui-ci pourrait empêcher toute confusion avec les actes publics existants et ne pas porter préjudice au poids actuellement accordé à ceux-ci. Cet acte pourrait être facultatif et disponible uniquement sur demande moyennant des frais appropriés. Certains experts ont suggéré que chaque État devrait avoir toute latitude afin de désigner ses autorités compétentes et décider de la procédure à suivre pour délivrer cet acte, pour autant que l'application par l'État respecte les exigences d'un instrument.

18. Certains experts ont souligné les avantages de cette méthode du point de vue de sa simplicité et en ce qu'elle permettrait d'atteindre les objectifs d'un éventuel futur instrument. Le Groupe a également précisé que cette méthode fournirait un mécanisme de reconnaissance de la filiation sans décision judiciaire ni règles uniformes concernant la loi applicable.

19. Certains experts ont identifié les difficultés liées à cette méthode :

- Il conviendrait de réfléchir aux règles de compétence (directe ou indirecte), de sorte qu'il y ait un accord sur l'État (ou les États) compétent(s) pour déterminer la filiation. Certains experts ont admis qu'il était plus facile de se mettre d'accord sur des chefs de compétence indirecte. D'autres experts ont toutefois souligné les avantages des chefs

⁷ Sans l'intervention active d'une autorité compétente décisionnelle.

de compétence directe, éventuellement combinés avec des règles uniformes concernant la loi applicable, pour éviter que diverses déterminations ne créent des filiations bancales.

- Le Groupe a considéré qu'en vertu de cette méthode de reconnaissance, la filiation pourrait encore faire l'objet d'une contestation conformément à la loi applicable en matière de filiation de l'État requis.
- Certains experts étaient d'avis que cette méthode pourrait nécessiter des changements substantiels dans les pratiques actuelles de certains États.

20. Certains experts se sont inquiétés que la délivrance de ce certificat international n'entraîne de nouvelles exigences pour les autorités compétentes. La mise en œuvre de cette méthode a donc été examinée sans le recours à ce certificat.

21. Le Groupe a identifié un certain nombre de questions qui devraient faire l'objet d'une analyse plus approfondie, en particulier les critères de compétence appropriés et les motifs de refus de la reconnaissance. Certains experts ont suggéré qu'une règle de reconnaissance combinée à des règles uniformes concernant la loi applicable faciliterait plus efficacement la continuité de la filiation.

22. Certains experts ont estimé que cette méthode serait bénéfique, éventuellement en étant associée à une méthode d'acceptation concernant les actes publics (voir ci-dessus), à un nouveau certificat international de filiation, et / ou à des règles uniformes concernant la loi applicable. Toutefois, les avis étaient partagés quant à la faisabilité de cette méthode.

Validité formelle des actes publics

23. Le Groupe est convenu qu'il n'était pas possible de déterminer s'il fallait prévoir des règles concernant la validité formelle des actes publics dans un éventuel futur instrument avant de connaître plus en détail le contenu de cet instrument. Néanmoins, le Groupe a fait remarquer l'importance de la légalisation / Apostille dans la lutte contre la fraude et la falsification. Le Groupe a également examiné la possibilité d'avoir recours à des formulaires modèles multilingues pour faciliter la traduction des actes publics étrangers, et il a été généralement convenu que même si ces formulaires pourraient être utiles dans un éventuel futur instrument (selon la méthode qui sera finalement adoptée), il convient de ne pas les rendre obligatoires.

2. Avec des règles uniformes concernant la loi applicable dans un éventuel futur instrument

24. Avec une méthode uniforme concernant la loi applicable, les États qui sont amenés à se pencher sur la filiation appliqueraient la loi applicable convenu pour déterminer qui est / sont le(s) parent(s) légal(aux) de l'enfant. Le Groupe a estimé que cette méthode contribuerait à assurer la continuité de la filiation d'un pays à l'autre.

25. Le Groupe a débattu de la question de savoir si différentes règles concernant la loi applicable seraient nécessaires selon :

- la méthode utilisée pour établir la filiation, c'est-à-dire de plein droit ou par un acte de reconnaissance de filiation ; et
- le moment où la question de la filiation se pose dans la vie de l'enfant, à savoir au moment de la naissance ou ultérieurement.

26. En ce qui concerne la loi qui devrait s'appliquer à la question de la filiation découlant de plein droit, le Groupe est convenu que les éléments de rattachement suivants méritaient un examen plus approfondi :

- a) L'État de naissance de l'enfant :
Le Groupe a estimé que l'avantage principal de cet élément de rattachement était que, dans la majorité des situations, il a un lien étroit à la fois avec l'enfant et avec le ou les parents légaux putatifs (car il s'agit généralement de l'État de la résidence habituelle de la famille et éventuellement de l'État de nationalité du ou des parents légaux putatifs et / ou de l'enfant). Par ailleurs, il a été noté que tous les États conviennent

d'enregistrer les enfants immédiatement après leur naissance et qu'il pourrait être utile d'établir une concordance entre cet État et la loi qui est appliqué pour établir la filiation⁸. Ainsi, l'application de la loi de l'État de naissance à la question de la filiation de l'enfant signifierait que les autorités de l'État pourraient appliquer leur propre loi (et non une loi étrangère) à la question de la filiation de l'enfant. En outre, le Groupe a constaté que cet élément de rattachement était certain, clair et immuable.

Le principal inconvénient de cet élément de rattachement a été identifié comme étant le fait que si une question de filiation se pose plus tard dans la vie d'une personne, elle peut ne plus avoir de lien étroit avec l'État de naissance. En outre, le Groupe a précisé que dans une minorité de situations, même au moment de la naissance de l'enfant, cet État peut ne pas avoir de lien étroit avec l'enfant et / ou le ou les parents légaux putatifs. Cela peut se produire, par exemple, en cas de *forum shopping* ou de naissance lors d'un séjour à l'étranger.

- b) L'État de la résidence habituelle de l'enfant au moment de sa naissance :
Le Groupe a noté que cet élément de rattachement pourrait contribuer à assurer un lien suffisant entre l'enfant et l'État dont la loi sur la filiation est appliquée. Toutefois, il peut être difficile de déterminer la résidence habituelle d'un nouveau-né. Étant donné l'absence d'interprétation uniforme sur cette question, cela peut donner lieu à des incertitudes pour déterminer la loi applicable (si différents États dégagent des conclusions différentes sur la question de la résidence habituelle de l'enfant).
- c) L'État avec lequel l'enfant a un lien réel et étroit :
Certains experts ont suggéré l'État avec lequel l'enfant avait un lien réel et étroit, avec l'utilisation possible de présomptions, comme élément de rattachement possible. Cet élément de rattachement pourrait être utile lorsque l'État de naissance ou de résidence habituelle de l'enfant est inconnu ou ne peut être déterminé ; ou si l'État de naissance est choisi comme principal élément de rattachement et que l'enfant est né dans cet État accidentellement ou dans d'autres circonstances exceptionnelles dans le cadre desquelles l'État de naissance ne semble pas être un lien suffisant. Certains experts ont évoqué le risque d'imprévisibilité dans l'application d'un tel élément de rattachement.

27. Le Groupe a souligné que, dans la grande majorité des situations, l'État de naissance de l'enfant est généralement l'État de sa résidence habituelle et qu'il n'est donc pas nécessaire d'attacher trop d'importance à la distinction entre ces deux éléments de rattachement. À cet égard, plusieurs experts ont fait observer qu'il pourrait être possible de combiner ces éléments de rattachement de manière que la loi de l'État de naissance de l'enfant puisse être appliquée à condition qu'elle soit également celle de l'État de la résidence habituelle de l'enfant⁹ (pour assurer un lien suffisant et atténuer tout problème de *forum shopping*). Si ces deux éléments ne coïncidaient pas, un élément de rattachement différent (éventuellement subsidiaire) pourrait s'appliquer (par ex. la loi de l'État de la résidence habituelle de la personne qui a donné naissance à l'enfant ou la loi de l'État avec lequel l'enfant a un lien réel et étroit).

28. Il a été convenu qu'il faudrait examiner davantage la question de savoir si la même règle concernant la loi applicable s'appliquerait au moment de la naissance de l'enfant ainsi qu'à l'établissement ultérieur de la filiation.

29. En ce qui concerne la filiation découlant de l'initiative d'une ou de plusieurs personnes, les experts ont débattu de la nécessité éventuelle de règles uniformes concernant la loi applicable quant à la validité matérielle d'un acte et à sa validité formelle. Le Groupe a examiné les éléments de rattachement possibles, notamment l'État de résidence habituelle ou la nationalité de la personne ayant pris l'initiative. Plusieurs experts ont recommandé le

⁸ Cela résulte de « l'obligation claire faite aux États parties à de multiples instruments internationaux relatifs aux droits de l'homme d'enregistrer tous les enfants immédiatement après leur naissance » (voir l'« Étude sur la filiation juridique et questions découlant des conventions de maternité de substitution à caractère international », Doc. prélim. No 3 C de mars 2014 à l'attention du Conseil d'avril 2014 sur les affaires générales et la politique de la Conférence, para. 3 à 10 et 67 à 68). Cela peut également se produire par la suite dans l'État de nationalité des parents légaux putatifs et / ou de l'enfant.

⁹ Ou peut-être sous réserve qu'il s'agisse également de la loi de l'État de la résidence habituelle de la personne qui a donné naissance (pour éviter les préoccupations concernant l'établissement de la résidence habituelle d'un enfant (nouveau-né)).

même élément de rattachement que celui qui est retenu pour la filiation établie de plein droit afin d'éviter l'application de lois différentes au même moment.

30. Les experts se sont penchés sur la nécessité d'ajouter des garanties et des réserves à toute règle uniforme concernant la loi applicable et ont considéré qu'un éventuel futur instrument comporterait une exception d'ordre public.

31. Le Groupe a identifié les difficultés suivantes liées à l'utilisation des règles concernant la loi applicable :

- Le fait que certains États n'ont pas l'habitude d'appliquer la loi étrangère à la question de la filiation (appliquant actuellement la *lex fori*). Le Groupe a estimé que cette contestation pourrait être atténuée dans une certaine mesure en choisissant un élément de rattachement qui aboutirait à l'application de la *lex fori* dans la grande majorité des situations (par ex. en utilisant la loi de l'État de naissance). Il a également été noté que d'autres Conventions de La Haye (par ex. la Convention de La Haye de 1996 sur la protection des enfants) avaient surmonté ces difficultés.
- Comment ces règles s'appliqueraient aux actes publics et si l'on peut se fier à ces actes en combinaison avec des règles uniformes concernant la loi applicable. Il a été fait référence ici à la Convention de La Haye de 1978 sur le mariage comme source d'inspiration.
- La question de savoir si l'exclusion du renvoi contribuerait à assurer la prévisibilité et la sécurité dans l'établissement de la filiation.
- Certains experts étaient d'avis que cette méthode nécessiterait des changements substantiels dans les pratiques actuelles de certains États.

32. Le Groupe a également relevé qu'il faudrait examiner davantage la question de savoir si la même règle concernant la loi applicable serait également appliquée en cas de contestation de la filiation.

33. Certains experts ont estimé que des règles uniformes concernant la loi applicable seraient bénéfiques, éventuellement si elles sont associées à une méthode d'acceptation concernant les actes publics (voir la section C.1.a) ci-dessus), un nouveau certificat international de filiation et / ou la reconnaissance de la filiation établie de plein droit ou à l'initiative d'une ou de plusieurs personnes (voir section C.1.b) ci-dessus). Néanmoins, les avis étaient partagés quant à la faisabilité de cette méthode.

D. MÉTHODES ÉVENTUELLES POUR ASSURER LA CONTINUITÉ TRANSFRONTIÈRE DE LA FILIATION ÉTABLIE PAR DÉCISION JUDICIAIRE

1. Reconnaissance des décisions judiciaires étrangères portant sur la filiation : perfectionnement de dispositions

34. Le Groupe a rappelé ses discussions précédentes et a précisé qu'il y avait un accord général sur la faisabilité d'élaborer un instrument multilatéral contraignant traitant de la reconnaissance des décisions judiciaires étrangères portant sur la filiation¹⁰. Ce régime devrait être appliqué de plein droit, sous réserve de conformité à certains chefs de compétence indirecte dans l'État dans lequel la décision a été rendue.

a) Critères de compétence

35. Le Groupe est convenu que d'autres chefs de compétence indirecte seraient bénéfiques et réalisables.

¹⁰ Les situations concernant les conventions de maternité de substitution à caractère international seront examinées lors de la cinquième réunion et n'ont pas fait l'objet d'un examen spécifique mais il est évident que cette méthode devra être examinée en tenant compte de ces situations.

36. Le Groupe a identifié les chefs de compétence éventuels suivants :

- l'enfant ou la personne faisant l'objet de la procédure avait sa résidence habituelle dans l'État dans lequel la décision a été rendue ; ou
- le défendeur avait sa résidence habituelle dans l'État dans lequel la décision a été rendue.

37. Ces deux chefs de compétence éventuels peuvent ne pas être suffisants pour traiter toutes les situations et un autre chef de compétence a donc été proposé : un « lien réel et étroit » entre le défendeur ou l'objet de la procédure et l'État dans lequel la décision a été rendue. Le Groupe a constaté que la nature discrétionnaire de ce chef de compétence pourrait éventuellement réduire la clarté et la sécurité requises.

38. Les experts ont examiné d'autres chefs de compétence indirecte : lorsqu'un défendeur s'est soumis à la compétence soit expressément, soit en défendant le fond de l'affaire sans contester la compétence lorsque l'occasion lui en a été offerte pour la première fois, et lorsqu'il y a eu accord écrit sur la compétence entre les parties. Certains experts ont estimé qu'à la lumière de l'objet de la procédure (filiation) qui porte sur une question essentielle de statut personnel et d'identité, ce chef de compétence pourrait ne pas convenir.

39. Le Groupe s'est ensuite demandé si les éléments de rattachement identifiés pouvaient être utilisés comme chefs de compétence directe. Certains experts ont indiqué que, si le Groupe consentait à avoir des règles uniformes concernant la loi applicable pour compléter un régime de reconnaissance, les chefs de compétence directe sembleraient plus appropriés. Il a également été souligné que les chefs de compétence directe empêcheraient la répétition des litiges et seraient particulièrement appropriés dans le contexte de la contestation de la filiation. Cette question devra être examinée davantage une fois que la structure générale, la forme et le champ d'application d'un éventuel futur instrument auront été arrêtés.

b) Champ d'application matériel

40. Le Groupe a réaffirmé son point de vue selon lequel diverses matières telles que les aliments, les questions successorales, la nationalité et d'autres questions couvertes par les Conventions de La Haye existantes devraient être exclues du champ d'application d'un éventuel futur instrument.

41. Un premier débat a eu lieu sur la possibilité d'inclure les adoptions nationales (lorsque l'enfant et les (futurs) parents adoptifs résident habituellement dans le même État),¹¹ y compris les adoptions par le deuxième parent. La plupart des experts sont convenus qu'il serait approprié de reconnaître ces adoptions dans le cadre d'un éventuel futur instrument sur la filiation. Par ailleurs, certains experts ont recommandé que si la reconnaissance des adoptions nationales était incluse, elle devrait être fondée sur des motifs de non-reconnaissance / conditions de reconnaissance correspondant aux garanties fondamentales de la procédure d'adoption.

42. Certains experts ont évoqué la possibilité d'inclure les adoptions internationales lorsqu'un ou les deux États ne sont pas Parties à la Convention de La Haye de 1993 sur l'adoption internationale, mais les experts ont exprimé des avis divergents quant à l'opportunité de traiter de cette question dans un éventuel futur instrument. Le Groupe a toutefois réaffirmé qu'il était crucial que la Convention de La Haye de 1993, et ses objectifs de veiller à ce que les adoptions aient lieu dans l'intérêt supérieur de l'enfant et de prévenir les pratiques illicites, ne soient en aucune manière entravés par un nouvel instrument. Il est crucial qu'un nouvel instrument ne puisse pas servir à contourner les garanties prévues par la Convention de La Haye de 1993 et qu'il ne décourage pas les États d'en devenir Parties. Il a

¹¹ Dans le présent rapport, les adoptions nationales doivent être comprises par rapport à l'adoption internationale telle qu'elle est définie à l'art. 2 de la Convention de La Haye de 1993 sur l'adoption internationale (« un enfant résidant habituellement dans un État contractant a été, est ou doit être [adopté] par des époux ou une personne résidant habituellement dans l'État d'accueil »). Pour plus d'informations à ce sujet, voir HCCH, *Résidence habituelle et champ d'application de la Convention de La Haye de 1993 sur la protection des enfants et la coopération en matière d'adoption internationale*, La Haye, 2018 et le *Rapport de la HCCH sur la reconnaissance transfrontière des adoptions nationales* qui sera publié, en principe, avant fin 2018 sur le site web de la HCCH.

été convenu que cette question fasse l'objet de discussions plus approfondies et d'un examen attentif.

c) Motifs de refus de la reconnaissance

43. En ce qui concerne l'exception d'ordre public, le Groupe a examiné comment celle-ci pourrait éventuellement fonctionner dans le cadre d'un éventuel futur instrument. Un accord général s'est dégagé sur la nécessité d'inclure une clause d'ordre public. Elle devrait être formulée conformément aux Conventions de La Haye antérieures relatives au droit de la famille en ce sens qu'elle devrait être exprimée de manière à tenir compte de l'intérêt supérieur de l'enfant. Le Groupe a discuté du fait que l'application de l'exception d'ordre public peut avoir pour conséquence que l'enfant se retrouve sans parents dans certaines circonstances et a estimé que cette préoccupation pourrait être traitée dans un Rapport explicatif accompagnant un éventuel futur instrument plutôt que dans le libellé de l'exception d'ordre public d'un éventuel futur instrument. Un consensus s'est également dégagé sur le fait que l'ordre public comprend des principes d'équité procédurale. Certains experts ont suggéré que le fait de ne pas donner à l'enfant la possibilité d'être entendu devrait constituer un motif distinct. D'autres experts ont estimé que cette question serait couverte par l'exception générale d'ordre public et qu'en tant que telle, elle pourrait être traitée dans un Rapport explicatif accompagnant un éventuel futur instrument.

44. Il a été convenu que d'autres motifs de refus de la reconnaissance (tels que la fraude, les jugements incompatibles ou les procédures parallèles) devraient encore être examinés.

d) Questions incidentes

45. Il a généralement été convenu que les questions incidentes devraient être comprises dans le champ d'application d'un éventuel futur instrument que si :

- la décision sur la question incidente est une décision judiciaire portant sur la filiation ; et
- la décision judiciaire a un effet *erga omnes* en vertu de la loi de l'État contractant dans lequel la décision a été rendue.

e) Dispositions éventuelles concernant la coopération

46. Le Groupe a examiné d'éventuelles dispositions concernant la coopération visant à faciliter la reconnaissance de plein droit des décisions judiciaires portant sur la filiation. Certains experts ont constaté que les Profils d'État seraient utiles pour fournir des informations concernant la loi et les procédures d'un État sous réserve que les États tiennent ces profils à jour. Un certain nombre d'experts ont indiqué que les communications judiciaires directes pourraient également constituer un mécanisme utile pour appuyer le fonctionnement pratique de tout instrument multilatéral, en particulier dans les situations où il existe un recours qui pourrait conduire à la non-reconnaissance. Le Groupe a par ailleurs estimé qu'une fois le champ d'application global de tout éventuel futur instrument déterminé, il conviendrait, à ce moment-là, d'envisager d'éventuels types de coopération.

E. CONCLUSIONS ET RECOMMANDATIONS

47. Le Groupe se réunira pour la cinquième fois du 29 janvier au premier février 2019 afin de discuter de la possibilité de travaux futurs relatifs à la filiation dans les situations concernant les conventions de maternité de substitution à caractère international et / ou de techniques de procréation assistée.

48. Le Groupe réserve ses conclusions et recommandations finales sur les travaux futurs en attendant l'issue de cette réunion.

ANNEXE

i

PARENTAGE / SURROGACY PROJECT

(Provisional edition pending
completion of the French version)

October 2018

**FOURTH MEETING OF THE EXPERTS' GROUP
ON THE PARENTAGE / SURROGACY PROJECT**

From 25 to 28 September 2018

Final List of Participants

MEMBERS / MEMBRES

ARGENTINA

Ms Nieve RUBAJA, Professor of Private International Family Law and Researcher, University of Buenos Aires, Buenos Aires

AUSTRALIA

The Honourable Mr John PASCOE, AC CVO, Chief Justice, Family Court of Australia, Canberra

CANADA

Ms Marie RIENDEAU, Counsel, Constitutional, Administrative and International Law Section, Department of Justice, Ottawa

CHINA, PEOPLE'S REPUBLIC OF

Ms Yingying WU, China University of Political Science and Law, Beijing

FRANCE

Ms Sophie MAITRE, *Bureau du droit des personnes et de la famille (C1), Direction des affaires civiles et du Sceau*, Ministry of Justice, Paris

GERMANY

Mr Rolf WAGNER, *Ministerialrat*, Head of Division for Private International Law, *Bundesministerium der Justiz und für Verbraucherschutz*, Berlin

INDIA

Ms K.C. SOWMYA, Senior Legal Officer, Legal & Treaties Division, Ministry of External Affairs, New Delhi

Dr. Luther RANGREJI, Counsellor (Legal), Embassy of India, The Hague

ISRAEL

Excusé / unable to attend

ANNEXE

ii

ITALY

Ms Laura CARPANETO, Associate Professor of European Law, University of Genoa, Genoa (*via videoconference*)

JAPAN

Ms Yuko NISHITANI, Professor of Private International Law, Kyoto University, Kyoto

MEXICO

Ms María Mercedes ALBORNOZ, External Adviser to the Office of the Legal Adviser, Ministry of Foreign Affairs; Professor, Department of Legal Studies, *Centro de Investigación y Docencia Económicas (CIDE)*, Mexico City

NETHERLANDS

Ms Susan RUTTEN, Professor on Islamic Family Law in European context and Associate Professor of Private International Law, Faculty of Law, Maastricht University, Maastricht

NEW ZEALAND

Ms Margaret CASEY, Q.C., Auckland

PHILIPPINES

Ms Elizabeth AGUILING-PANGALANGAN, Professor of Private International Law; Director, Institute of Human Rights, University of the Philippines, College of Law, Quezon City

RUSSIAN FEDERATION

Prof. Olga A. KHAZOVA, Faculty of Law, The Moscow School of Social and Economic Sciences; Faculty of Law, National Research University "Higher School of Economics"; Vice-Chair of the Committee on the Rights of the Child, Moscow (*via videoconference – attending Wednesday 26 September*)

SOUTH AFRICA

Excusé / unable to attend

SPAIN

Ms Cristina GONZÁLEZ BEILFUSS, Professor of Private International Law, Universidad de Barcelona, Barcelona

SWEDEN

Mr Michael HELLNER, Professor of Private International Law, Stockholm University, Faculty of Law, Stockholm (*attending Tuesday 25 and Wednesday 26 September*)

SWITZERLAND

Ms Joëlle SCHICKEL-KÜNG, Co-Head of the Private International Law Unit, Federal Office of Justice (OFJ), Berne (**Chair of the Fourth meeting of the Experts' Group**)

ANNEXE

iii

UKRAINE

Mrs Lyudmyla RUDA, Head of the Unit on the Conclusion of International Treaties on Legal Assistance, Deputy Head of Division on International Legal Assistance, Department of International Law, Ministry of Justice, Kyiv

UNITED KINGDOM OF GREAT BRITAIN AND NORTHERN IRELAND

Ms Natalie BERRY, Policy Advisor - International Law, British Embassy, The Hague (*attending Thursday 27 September*)

UNITED STATES OF AMERICA

Ms Lisa VOGEL, Attorney Adviser, US Department of State, Overseas Citizens Services, Office of Legal Affairs, Washington, DC

INTERGOVERNMENTAL AND NON-GOVERNMENTAL ORGANISATIONS**COUNCIL OF EUROPE**

Excusé / unable to attend

INTERNATIONAL ACADEMY OF FAMILY LAWYERS (IAFL)

Ms Anne-Marie HUTCHINSON, OBE, QC (HON), Partner, Dawson Cornwell, Solicitors, London

INTERNATIONAL SOCIAL SERVICE (ISS)

Excusé / unable to attend

PERMANENT BUREAU OF THE HCCH

Hague Conference on Private
International Law
Churchillplein 6 B
2517 JW THE HAGUE
The Netherlands
Tel: +31 (70) 363 3303
Fax: +31 (70) 360 4867

Mr Christophe BERNASCONI, Secretary General

Ms Laura MARTÍNEZ-MORA, Principal Legal Officer

Ms Capucine PAGE, Legal Officer

Ms Hannah BAKER, Consultant to the Permanent Bureau (remotely)

Mr Keith LOKEN, Secondment to the Permanent Bureau

Mr Michael WELLS-GRECO, Consultant to the Permanent Bureau

Ms Coline LOPEZ, Intern

Ms Mathilde PRÉNAS, Senior Administrative Assistant

Mr Willem VAN DER ENDT, General Services Officer

AFFAIRES GÉNÉRALES ET POLITIQUE
GENERAL AFFAIRS AND POLICY

Doc. prélim. No 3
Prel. Doc. No 3

avril / April 2013

**QUESTIONNAIRE SUR LES QUESTIONS DE DROIT INTERNATIONAL PRIVÉ RELATIVES AU
STATUT DES ENFANTS, NOTAMMENT CELLES DÉCOULANT DES CONVENTIONS DE
MATERNITÉ DE SUBSTITUTION À CARACTÈRE INTERNATIONAL**

établi par le Bureau Permanent

* * *

**QUESTIONNAIRE ON THE PRIVATE INTERNATIONAL LAW ISSUES
SURROUNDING THE STATUS OF CHILDREN, INCLUDING ISSUES ARISING FROM
INTERNATIONAL SURROGACY ARRANGEMENTS**

drawn up by the Permanent Bureau

*Document préliminaire No 3 d'avril 2013 à l'attention
du Conseil d'avril 2014 sur les affaires générales et la politique de la Conférence*

*Document préliminaire No 3 of April 2013 for the attention
of the Council of April 2014 on General Affairs and Policy of the Conference*

Permanent Bureau | *Bureau Permanent*
6, Scheveningseweg 2517 KT The Hague | *La Haye* The Netherlands | *Pays-Bas*
telephone | *téléphone* +31 (70) 363 3303 fax | *télécopieur* +31 (70) 360 4867
e-mail | *courriel* secretariat@hcch.net site Internet | *site internet* <http://www.hcch.net>

**QUESTIONNAIRE SUR LES QUESTIONS DE DROIT INTERNATIONAL PRIVÉ RELATIVES
AU STATUT DES ENFANTS, NOTAMMENT CELLES DÉCOULANT DES CONVENTIONS DE
MATERNITÉ DE SUBSTITUTION À CARACTÈRE INTERNATIONAL**

établi par le Bureau Permanent

* * *

**QUESTIONNAIRE ON THE PRIVATE INTERNATIONAL LAW ISSUES
SURROUNDING THE STATUS OF CHILDREN, INCLUDING ISSUES ARISING FROM
INTERNATIONAL SURROGACY ARRANGEMENTS**

drawn up by the Permanent Bureau

INTRODUCTION

Ce Questionnaire est adressé aux Membres de la Conférence de La Haye et aux autres États intéressés, conformément au mandat confié par le Conseil sur les affaires générales et la politique de la Conférence (« le Conseil ») en avril 2012 après étude du Document préliminaire No 10 de mars 2012¹. Le Conseil a chargé le Bureau Permanent de « poursuivre le travail tel que mandaté par le Conseil de 2011. Il [l'a également invité] à préparer et distribuer un Questionnaire afin d'obtenir des informations plus détaillées sur l'étendue et la nature des questions de droit international privé rencontrées en ce qui concerne les accords de maternité de substitution à caractère international, ainsi que par rapport à la filiation juridique de manière plus large. Le Questionnaire devra solliciter les divers points de vue sur les besoins à aborder et sur les approches à adopter. Le Bureau Permanent est invité à présenter son Rapport final au Conseil en 2014². »

La chronologie précise de la genèse de ce projet est disponible sur le site de la Conférence de La Haye, à l'adresse < www.hcch.net >, sous les rubriques « projet filiation /maternité de substitution », puis « Chronologie du projet (et documents correspondants). »

Ce Questionnaire est structuré en **cinq parties** :

- La **Partie I** regroupe les questions portant sur le droit interne en matière d'établissement et de contestation de la filiation juridique dans les États membres et les États intéressés ;
- La **Partie II** examine les règles de droit international privé (« DIP ») et de coopération relatives à l'enregistrement des naissances ainsi qu'à l'établissement, à la reconnaissance et à la contestation de la filiation juridique ;
- La **Partie III** aborde les difficultés propres aux conventions de maternité de substitution à caractère international³ (« CMSI ») ;
- La **Partie IV** examine les instruments bilatéraux et multilatéraux qui existent dans ce domaine ; et
- La **Partie V** sollicite votre point de vue sur d'éventuels travaux dans ce domaine.

Veuillez noter que dans ce Questionnaire, le Bureau Permanent emploie la terminologie présentée dans le **Glossaire** annexé au Document préliminaire No 10 de mars 2012. Ce Glossaire est disponible sur la page web consacrée au projet sous les rubriques « projet filiation /maternité de substitution », puis « Chronologie du projet (et documents correspondants) » et « 2011 – 2013 ».

Le Bureau Permanent vous invite à répondre au Questionnaire (en anglais ou en français) au plus tard le **1^{er} août 2013** afin de lui laisser suffisamment de temps pour étudier les réponses et établir le Rapport final demandé par les Membres pour le Conseil de 2014. Les réponses sont à envoyer par courrier électronique à < secretariat@hcch.net > en précisant l'objet suivant : « Questionnaire – Filiation / Maternité de substitution – [nom du Membre, de l'État ou, le cas échéant, de l'unité territoriale] ».

Le Bureau Permanent reconnaît que ce Questionnaire est détaillé et qu'en raison de leur situation juridique, certains Membres et États intéressés peuvent ne pas être en mesure de répondre à toutes les questions. Le Bureau Permanent vous remercie vivement de tous les éléments d'information que vous pourrez lui communiquer. Il espère également que les informations précises apportées dans les réponses seront utiles aux Membres au-

¹ Doc. prélim. No 10 de mars 2012, « Rapport préliminaire sur les problèmes découlant des conventions de maternité de substitution à caractère international », établi par le Bureau Permanent. Voir aussi Doc. prélim. No 11 de mars 2011, « Questions de droit international privé concernant le statut des enfants, notamment celles résultant des accords de maternité de substitution à caractère international », également établi par le Bureau Permanent.

² Conclusions et Recommandations du Conseil sur les affaires générales et la politique de la Conférence, 17-20 avril 2012, para. 21. Le mandat mentionné ici figure aux para. 17 à 20 des Conclusions et Recommandations du Conseil sur les affaires générales et la politique de la Conférence, 5-7 avril 2011.

³ Voir le **Glossaire** annexé au Doc. prélim. No 10 de mars 2012 (voir note 1) pour la définition des termes employés ici.

4

delà de ce projet, par exemple si une législation interne est envisagée, maintenant ou ultérieurement dans un des domaines examinés ci-après.

Nota bene : sauf demande contraire expresse, le Bureau Permanent compte publier les réponses à ce Questionnaire sur le site de la Conférence de La Haye.

Identification

Nom de l'État (ou le cas échéant, de l'unité territoriale) : **BELGIQUE**

Informations pour les besoins du suivi

Nom et fonction de la personne à contacter : TACQ Alain, Conseiller

Nom de l'Autorité / du Bureau : SPF JUSTICE

Numéro de téléphone : 02/542.67.10

Adresse électronique : alain.tacq@just.fgov.be

QUESTIONNAIRE

Note : dans la mesure du possible, nous vous prions de communiquer le texte des lois, des règlements et de la jurisprudence mentionnés dans vos réponses ou un lien vers un site sur lequel ils peuvent être consultés et une traduction anglaise ou française.

Partie I : Droit interne en matière d'établissement et de contestation de la filiation juridique

A. Enregistrement des naissances

1. Indiquez les autorités qui sont responsables, dans votre État, de l'enregistrement des naissances :

L'officier de l'état civil de la commune où la naissance a eu lieu est habilité à recevoir la déclaration et à dresser l'acte (articles 55, 56, et 57 du Code civil).

Conformément à l'article 57 du Code civil, l'acte de naissance énonce :

1° le jour, l'heure, le lieu de la naissance, le sexe, le nom et les prénoms de l'enfant; Pour les enfants souffrant d'ambiguïté sexuelle, le sexe de l'enfant peut être déclaré par le père ou la mère ou par les deux auteurs dans un délai de trois mois, moyennant une attestation médicale.

2° l'année, le jour, le lieu de la naissance, le nom, les prénoms et le domicile de la mère et du père, si la filiation paternelle est établie;

3° le nom, les prénoms et le domicile du déclarant.

Comme pour tout acte de l'état civil, il contient également les prénoms, nom, et qualité de l'officier de l'état civil qui signe l'acte ; l'année, le jour et l'heure de l'établissement de l'acte ; la mention de la lecture de l'acte, la signature du ou des comparants ou à défaut, la mention de la cause du défaut de signature (articles 34, 38 et 39 du Code civil).

2. Décrivez brièvement la procédure d'enregistrement des naissances prévue dans votre État en indiquant si l'enregistrement est obligatoire⁴ et en précisant les règles particulières à suivre (par ex., délai dans lequel la naissance doit être déclarée, personne pouvant déclarer la naissance et lieu de la déclaration) :

Conformément à l'article 55 précité, la déclaration doit être faite dans les quinze jours qui suivent celui de l'accouchement. L'article 56 du Code civil prévoit différents cas de figure pour la déclaration de naissance et l'avis d'accouchement.

En cas d'accouchement dans des hôpitaux, cliniques, maternités ou autres établissements de soins, la naissance de l'enfant est déclarée par le père ou par la mère ou par les deux auteurs ou, lorsque ceux-ci s'abstiennent de faire la déclaration, par la personne qui assure la direction de l'établissement ou son délégué.

La personne qui assure la direction de l'établissement ou son délégué sont tenus de donner à l'officier de l'état civil, avis de l'accouchement, au plus tard le premier jour ouvrable qui suit celui-ci.

Dans les autres cas, la naissance de l'enfant est déclarée par le père ou par la mère ou par les deux auteurs, ou, lorsque ceux-ci s'abstiennent de faire la déclaration, par les médecins, accoucheuses ou autres personnes qui ont assisté à l'accouchement ou par la personne chez qui l'accouchement a eu lieu.

⁴ Voir art. 7 de la *Convention des Nations Unies relative aux droits de l'enfant* (« CNUDE ») du 20 novembre 1989, qui énonce que « L'enfant est enregistré aussitôt sa naissance et a dès celle-ci le droit à un nom, le droit d'acquérir une nationalité et, dans la mesure du possible, le droit de connaître ses parents et d'être élevé par eux. »

Le médecin ou, à défaut, l'accoucheuse ou, à défaut, les autres personnes qui ont assisté à l'accouchement ou chez qui l'accouchement a eu lieu sont tenus de donner à l'officier de l'état civil avis de l'accouchement, au plus tard le premier jour ouvrable qui suit celui-ci.

Lorsque la déclaration n'a pas été faite dans le délai prescrit par l'article 55, l'officier de l'état civil, dans les trois jours ouvrables qui suivent l'expiration du délai, en avise la personne qui l'a averti de l'accouchement. Celle-ci est tenue de faire la déclaration dans les trois jours qui suivent la réception de l'avis: si le troisième jour est un samedi, un dimanche ou un jour férié légal, la déclaration peut encore être faite le premier jour ouvrable qui suit.

L'officier de l'état civil s'assure de la naissance par une attestation d'un médecin ou d'une accoucheuse.

Dans tous les cas l'acte de naissance est dressé sans tarder.

Certaines communes offrent la possibilité de faire une déclaration de naissance à la maternité. L'officier de l'état civil qui souhaite permettre la déclaration de naissance dans une maternité est tenu d'entourer cette déclaration et l'établissement de l'acte de naissance des mêmes garanties que pour les déclarations de naissance faites à la maison communale. Par conséquent, en cas de déclaration de naissance à la maternité, il convient de vérifier si le ou les déclarants sont en mesure de produire les mêmes documents en appui que lorsqu'il s'agit d'une déclaration à la maison communale. Par documents en appui, on entend la carte d'identité et le bulletin complété par le médecin ou l'accoucheuse.

Comme pour les autres actes de l'état civil, l'officier de l'état civil est responsable de la tenue et de la conservation des registres. Les registres de naissance peuvent être déplacés pour autant que les mesures de précaution nécessaires soient prises au niveau de leur transport et que le procureur du Roi n'ait pas d'objection. Un acte de naissance dressé à la suite d'une déclaration à la maternité sera inscrit dans le registre des naissances réservé aux déclarations faites à la maternité tandis qu'un acte de naissance dressé à la suite d'une déclaration faite à la maison communale sera inscrit dans le registre des naissances réservé aux déclarations faites à la maison communale (circulaire du 3 novembre 2008 relative à la déclaration de naissance à la maternité, Moniteur belge du 2 décembre 2008).

Lorsqu'un enfant est décédé au moment de la constatation de sa naissance par l'officier de l'état civil, ou par le médecin ou l'accoucheuse, l'officier de l'état civil dresse un acte de déclaration d'enfant sans vie conformément à l'article 80 bis du Code civil. Cet acte est inscrit dans le registre des actes de décès.

L'article 58 du Code civil règle le cas particulier de l'enfant trouvé.

Lorsqu'un enfant est trouvé, la personne qui trouve cet enfant est tenue de le remettre avec ses vêtements et ses effets à l'officier de l'état civil et de déclarer les circonstances de temps et de lieu où il a été trouvé. L'officier de l'état civil dresse un procès-verbal détaillé comprenant l'âge apparent de l'enfant, son sexe, les noms qui lui sont donnés, l'autorité civile à laquelle il sera remis. Généralement, ce fait est porté à la connaissance de la police qui fait le rapport dont on extrait les données nécessaires pour établir le procès-verbal.

Le procès-verbal détaillé de l'article 58 transcrit sur les registres tient lieu provisoirement d'acte de naissance. Il pourra par décision de justice soit être rectifié plus tard si l'identité de l'enfant vient à être connue soit être annulé si un acte de naissance avait déjà été dressé.

L'article 362 du Code pénal prévoit que la personne qui a trouvé un enfant nouveau-né et ne le remet pas dans les trois jours à l'officier de l'état civil peut être punie d'une peine d'emprisonnement de huit jours à trois mois et d'une amende de 26 euros à 200 euros (multipliés par 6 en vertu de l'article 1er de la loi du 5 mars 1952 relative aux décimes additionnels sur les amendes pénales) ou d'une de ces peines seulement.

7

Lorsqu'un enfant naît pendant un voyage en mer, conformément aux articles 59 et 60 du Code civil, le commandant du navire se rend personnellement et sans tarder auprès du nouveau-né et reçoit la déclaration des père et mère ou de l'un d'eux ou à leur défaut de toute personne ayant assisté à l'accouchement. L'acte de naissance est inscrit à la suite du rôle d'équipage. Au premier port où il aborde, le commandant dépose deux copies littérales certifiées de sa main des actes de naissance. S'il s'agit d'un port belge, au bureau du Commissaire maritime ; s'il s'agit d'un port étranger, entre les mains du Consul. L'une des copies y reste, l'autre est envoyée au ministre des communications qui fait parvenir une copie par lui certifiée de chacun des actes, à l'officier de l'état civil du domicile de l'enfant. Une copie est inscrite de suite sur les registres.

Lorsqu'un enfant naît pendant un voyage aérien, le commandant de bord exerce la fonction d'officier de l'état civil pour les naissances survenues en cours de vol. La naissance est réputée survenue sur le territoire du Royaume (article 7 de la loi du 27 juin 1937 portant révision de la loi du 16 novembre 1919 relative à la réglementation de la navigation aérienne).

La déclaration de naissance est faite au commandant de bord par le père et/ou la mère ou, à défaut, par toute autre personne ayant assisté à l'accouchement.

Aussitôt que possible, et au plus tard lors du premier atterrissage, le commandant de bord en dresse acte par inscription sur le carnet de route en présence de deux témoins. L'acte est signé par le(s) déclarant(s), le commandant de bord et les témoins. Cet acte comprend, outre les mentions figurant à l'article 57 du Code civil, le lieu de la naissance, à savoir la longitude et la latitude de la naissance.

Lors du premier atterrissage, le commandant de bord est tenu de transmettre deux copies littérales, signées et certifiées de sa main des actes de naissance à l'officier de l'état civil le plus proche du lieu d'atterrissage. Si l'atterrissage a lieu à l'étranger, il transmettra les copies à l'agent diplomatique ou consulaire belge le plus proche.

Une des copies est expédiée au ministre chargé des communications qui la transmet à l'officier de l'état civil du domicile du père ou de la mère si le père n'est pas connu. Cette copie est de suite inscrite sur les registres (article 7 ter de la loi précitée du 27 juin 1937).

Lorsqu'un enfant naît à l'étranger, une déclaration de naissance peut être faite auprès des agents diplomatiques chefs de poste, de plein droit ou auprès des consuls généraux, consuls, vices consuls, si la fonction d'officier de l'état civil leur a été confiée par le Ministre des Affaires étrangères (article 1er de la loi du 12 juillet 1931 relative à certains actes de l'état civil et à la compétence des agents diplomatiques et consulaires en matière d'état civil).

3. Indiquez les preuves de la *maternité* juridique éventuellement requises par les autorités de votre État pour enregistrer une mère juridique putative⁵ :

Cochez toutes les réponses applicables :

- a) ☐ Registre des naissances de l'hôpital (indiquant le nom de la femme qui a accouché de l'enfant)
- b) ☐ Déclaration sous serment de la mère juridique putative affirmant qu'elle a accouché de l'enfant
- c) ☐ Déclaration signée de la mère juridique putative affirmant qu'elle a accouché de l'enfant
- d) ☐ Test d'ADN établissant un lien génétique entre la mère juridique putative et l'enfant
- e) ☒ Autres preuves : précisez

Conformément à l'article 312, § 1^{er}, du Code civil, l'enfant a pour mère la personne qui est désignée comme telle dans l'acte de naissance et l'article 57, 2^o, du

⁵ « Putatif » signifie « généralement considéré comme étant ou réputé être » et dans ce document, cet adjectif qualifie la femme ou l'homme *prétendant ou prétendu* (lorsque ce n'est pas l'individu lui-même qui se déclare comme tel) être la mère ou le père juridique de l'enfant.

8

Code civil, précise que le nom et les prénoms de la mère sont énoncés dans l'acte de naissance.

L'officier de l'état civil reçoit donc un « avis de l'accouchement » conformément à l'article 56 du Code civil au plus tard le 1er jour ouvrable qui suit celui de l'accouchement, selon le cas, de la personne qui assure la direction de l'établissement, ou son délégué, du médecin ou à défaut de l'accoucheuse, ou à défaut des autres personnes qui ont assisté à l'accouchement ou chez qui l'accouchement a eu lieu. Le Code civil ne règle pas la manière dont l'avis doit être donné.

L'arrêté royal du 14 juin 1999 (Moniteur belge du 5 octobre 1999) prescrit par ailleurs une statistique annuelle des naissances par l'Institut national des statistiques (article 1er). Cette statistique est élaborée au moyen de renseignements recueillis à l'aide du bulletin de naissance d'un enfant né vivant comprenant plusieurs volets (A, B, C, D) dont un modèle (modèle I) est annexé à l'arrêté royal précité. Le volet A est la déclaration de naissance à remplir par le médecin ou l'accoucheuse et à conserver par l'administration communale.

Les administrations communales délivrent le bulletin de naissance d'un enfant né vivant à toute personne qui se présente en vue de déclarer la naissance d'un enfant vivant survenu sur leur territoire. Le médecin ou l'accoucheuse sont tenus de remplir les volets A, B, C, D, et de glisser le volet C sous enveloppe scellée. L'administration communale remplit le volet D et conserve le volet A relatif à la déclaration. Elle transmet les volets B, C, D, au fonctionnaire responsable, en vue de la statistique annuelle.

En conséquence, l'administration communale est avisée dans les 24 heures de l'accouchement par un avis d'accouchement. Ensuite, le déclarant muni des documents d'identité (éventuellement du livret de mariage et, le cas échéant, de la copie de l'acte de reconnaissance prénatale), se présente à l'administration communale pour la déclaration de naissance, avec le modèle I (s'il s'agit d'un enfant né vivant).

Dans un petit nombre de cas, il arrive que la femme accouche à la maison sans médecin ou accoucheuse. L'avis peut être donné par les personnes présentes mais le modèle I sera alors complété a posteriori par un médecin ou une accoucheuse.

4. Indiquez les preuves de la *paternité* juridique éventuellement requises par les autorités de votre État pour enregistrer un père juridique putatif :

Cochez toutes les réponses applicables :

- a) ☐ Reconnaissance officielle⁶ du père juridique putatif
- b) ☐ Reconnaissance officielle du père juridique putatif avec preuve du consentement de la mère juridique ou de l'enfant : précisez
- c) ☐ Décision de justice établissant ou confirmant la paternité juridique
- d) ☐ Déclaration sous serment du père juridique putatif affirmant qu'il est le père génétique
- e) ☐ Déclaration signée du père juridique putatif affirmant qu'il est le père génétique
- f) ☐ Accord signé entre la mère juridique et le père juridique putatif
- g) ☐ Test d'ADN établissant un lien génétique entre le père juridique putatif et l'enfant

⁶ Dans certains États anglophones, cette procédure est appelée « *recognition of paternity* » : la version anglaise de ce document emploie le terme « *acknowledgment* » pour éviter toute confusion avec le concept de droit international privé de « *recognition* ». Cette distinction n'a pas été possible en français. Voir plus loin les questions 11 et s..

- h) ☒ Autres preuves : précisez Il y a lieu de présenter les règles du droit belge relatives à l'établissement de la filiation paternelle (présomption de paternité, contestation de paternité et reconnaissance de paternité).

La législation belge connaît la présomption de paternité du mari de la mère. L'enfant né pendant le mariage ou dans les 300 jours qui suivent la dissolution ou l'annulation du mariage a pour père le mari (article 315 du Code civil). Toutefois l'article 315 n'est pas applicable en cas de mariage contracté entre personnes de même sexe (article 143 du Code civil). L'enfant né dans les 300 jours après la dissolution ou l'annulation du mariage de sa mère et après le remariage de celle-ci, a pour père le nouveau mari. Si cette paternité est contestée, le précédent mari est tenu pour le père à moins que sa paternité ne soit également contestée ou que la paternité d'un tiers ne vienne à être établie (article 317 du Code civil); ces règles ne peuvent pas non plus trouver application en cas de mariage entre personnes de même sexe.

La présomption de paternité est écartée lorsqu'il ressort d'un jugement constatant la présomption d'absence que l'enfant est né plus de 300 jours après la disparition du mari (article 317 du Code civil).

Elle n'est pas applicable non plus à l'égard du précédent mari de la mère si l'enfant est né plus de 300 jours après la dissolution ou l'annulation du mariage et si la mère était déjà remariée au moment de la naissance (article 317, alinéa 1^{er}, du Code civil), sauf hypothèse de contestation de paternité visées ci-dessus.

Enfin, sauf déclaration conjointe des parties au moment de la déclaration de naissance, la présomption de paternité n'est plus applicable, alors que les parents sont encore mariés:

- lorsque l'enfant est né plus de 300 jours après que le juge a entériné l'accord des parties concernant l'autorisation de résider séparément dans le cadre d'une procédure de divorce pour désunion irrémédiable ou après l'ordonnance du président, siégeant en référé, autorisant les époux à résider séparément, ou après le dépôt de la requête demandant le divorce par consentement mutuel (article 316 bis, 1^o, du Code civil);
- lorsque l'enfant est né plus de 300 jours après la date d'inscription des époux à des adresses différentes, selon le registre de la population, le registre des étrangers ou le registre d'attente, pour autant qu'ils n'aient pas été réinscrits à la même adresse par la suite (article 316 bis, 2^o, du Code civil);
- lorsque l'enfant est né plus de 300 jours après un jugement du juge de paix prononcé en vertu de l'article 223 (mesures urgentes et provisoires lorsqu'un des époux manque gravement à ses devoirs ou lorsque l'entente entre eux est sérieusement perturbée) et autorisant les époux à résider séparément et moins de 180 jours après que cette mesure a pris fin, ou après la réunion de fait des époux (article 316 bis, 3^o, du Code civil).

A moins que l'enfant ait la possession d'état à l'égard du mari, la présomption de paternité peut être contestée (voir E.) par la mère, l'enfant, l'homme à l'égard duquel la filiation est établie et par la personne qui revendique la paternité de l'enfant (article 318, § 1^{er}, du Code civil).

La présomption de paternité du mari est mise à néant s'il est prouvé par toutes voies de droit que l'intéressé n'est pas le père. La contestation de la présomption de paternité du mari est en outre déclarée fondée, sauf preuve contraire:

- dans les cas visés à l'article 316 bis du Code civil (différents cas où la présomption de paternité est désactivée);
- lorsque la filiation maternelle est établie par reconnaissance ou par décision judiciaire;
- lorsque l'action est introduite avant que la filiation maternelle ne soit établie (article 318, § 3, du Code civil).

La demande en contestation de la présomption de paternité n'est pas recevable si le mari a consenti à l'insémination artificielle ou à un autre acte ayant la

10

procréation pour but, sauf si la conception de l'enfant ne peut en être la conséquence (article 318, § 4, du Code civil).

La demande en contestation introduite par la personne qui se prétend le père biologique de l'enfant n'est fondée que si sa paternité est établie par toutes voies de droit. La décision faisant droit à cette action en contestation entraîne de plein droit l'établissement de la filiation du demandeur. Le tribunal vérifie que les conditions de l'article 332 quinquies sont respectées (action en contestation de paternité). A défaut, l'action est rejetée (article 318, §5).

La loi du 1^{er} juillet 2006 modifiant diverses dispositions du Code civil relatives à l'établissement de la filiation et aux effets de celle-ci, établit un régime uniforme pour les reconnaissances, tant maternelles que paternelles (voir B.).

Seront exigés les consentements :

- de l'enfant majeur, du mineur émancipé, ou du mineur non émancipé s'il est âgé de plus de douze ans. Le consentement n'est pas requis de l'enfant interdit, en état de minorité prolongée ou dont le tribunal estime, en raison d'éléments de fait constatés par procès-verbal motivé, qu'il est privé de discernement ;
- du parent à l'égard duquel la filiation est établie, si l'enfant est mineur non émancipé ;
- de la mère si la reconnaissance est faite avant la naissance de l'enfant ;
- du représentant légal du mineur non émancipé si ce dernier n'a pas d'auteur connu ou lorsque celui de ses auteurs à l'égard duquel la filiation est établie est décédé ou dans l'impossibilité de manifester sa volonté (art. 329 bis du Code civil).

Si le candidat à la reconnaissance n'obtient pas les consentements exigés, il peut citer les personnes dont le consentement est requis devant le tribunal de première instance qui tentera de les concilier.

A défaut de conciliation, c'est la vérité biologique qui prime : la demande est rejetée s'il est prouvé que le demandeur n'est pas le père biologique de l'enfant.

En outre, si la demande concerne un enfant âgé de plus d'un an, le tribunal peut, en dépit de la réalité biologique, refuser la reconnaissance si elle est manifestement contraire à l'intérêt de l'enfant.

5. Quelles sont les conséquences juridiques dans le droit interne de votre État de l'inscription de personnes dans les registres de l'état civil⁷ en tant que parents d'un enfant ?

- a) ☐ Ces personnes sont les parents juridiques de l'enfant à toutes fins, sauf contestation du registre, et toutes les conséquences juridiques de la filiation juridique dans votre État s'ensuivront par effet de la loi (par ex. obligations alimentaires, règles de succession, règles applicables au nom de famille, etc.) :

- b) ☒ Autres conséquences : précisez

Ces personnes sont les parents juridiques sauf contestation juridique de la paternité, de la maternité.

6. Des sanctions sont-elles prévues en cas de non-respect des règles relatives à l'enregistrement des naissances dans votre État : par exemple, déclaration trompeuse aux autorités sur l'identité du ou des parent(s) juridique(s) de l'enfant ?

⁷ Il est reconnu qu'il existe différentes méthodes d'enregistrement des naissances (et donc de la filiation juridique) d'un État à l'autre et différentes règles applicables aux questions telles que le moment auquel l'extrait d'acte de naissance est délivré, les informations qu'il doit contenir et sa valeur probante. Veuillez donner les informations concernant les règles en vigueur dans votre État.

Les actes de l'état civil sont des actes authentiques, couverts par la force probante qui s'attache à tout acte authentique. Ils valent donc jusqu'à inscription de faux.

La législation relative à l'acte de naissance est prévue par le Code civil (articles 55 à 62 ter du Code civil et article 312 du Code civil). Les articles 361 à 363 du Code pénal sont relatifs aux crimes et délits tendant à empêcher ou à détruire la preuve de l'état civil de l'enfant. Enfin, l'article 361 du Code pénal punit d'un emprisonnement de huit jours à trois mois, et d'une amende de 26 euros à 200 euros (multipliés par 6 en vertu de l'article 1er de la loi du 5 mars 1952 relative aux décimes additionnels sur les amendes pénales) ou de l'une de ces peines seulement, toute personne qui tenue de déclarer la naissance d'un enfant ne l'aura pas fait et toute personne qui tenue d'informer l'officier de l'état civil n'aura pas donné l'avis conformément aux articles 55 et 56 du Code civil.

La rédaction et la communication de l'acte sont soumises à un régime de publicité propre, et sont strictement réglementées. Il en est de même du contrôle et de la vérification des registres.

Ainsi, les registres qui contiennent les actes font l'objet de vérification.

Conformément à l'article 125 de la Nouvelle loi communale, il appartient au bourgmestre ou à l'échevin délégué à cet effet, de remplir les fonctions d'officier de l'état civil et de faire observer les règles concernant les actes et la tenue des registres.

Le collège échevinal peut vérifier les registres chaque fois qu'il le souhaite (article 125 de la loi précitée) et veille à la garde des registres de l'état civil (article 132 de la loi précitée).

Le commissaire d'arrondissement est tenu de prendre inspection dans la commune des registres de l'état civil au moins une fois par an.

Le contrôle effectué par le procureur du Roi est le plus efficace (article 53 du Code civil).

Le procureur du Roi près le tribunal de première instance vérifie l'état des registres lors du dépôt qui en est fait au greffe. Il dénonce les délits et contraventions commis par les officiers de l'état civil et requiert contre eux la condamnation aux amendes. S'il n'y a pas de poursuites, les observations sont adressées au Procureur Général qui les notifie aux gouverneurs de la province et au Ministre de la Justice.

En dehors de ces contrôles, les organes de l'autorité sont habilités en vertu de leur pouvoir hiérarchique à donner aux fonctionnaires subalternes de leurs services des instructions sur la manière dont les lois et arrêtés doivent selon eux être appliqués et interprétés. L'autorité peut également donner une ligne de conduite ou des indications. Elle peut prendre des circulaires interprétatives ou indicatives.

Dans le cadre de l'organisation de l'état civil, le Ministre de la Justice adresse de telles circulaires aux procureurs généraux en les priant de bien vouloir porter le contenu de ces circulaires à la connaissance des procureurs du Roi et des officiers de l'état civil de leur ressort. Il faut préciser que, sur le territoire de sa commune, l'officier de l'état civil agit en toute liberté dans l'exercice de ses fonctions, sous sa responsabilité personnelle. L'article 164 de la Constitution prévoit en effet que « la rédaction des actes de l'état civil et la tenue des registres sont exclusivement dans les attributions des autorités communales ». L'officier de l'état civil ne relève que de la loi ou, en cas de conflit, des tribunaux.

Déclarations frauduleuses

Quand la naissance survient conformément à l'article 56 du Code civil, l'officier de l'état civil est avisé du nom de la mère qui a accouché de l'enfant et de la naissance de l'enfant dans la commune. L'indication du nom de la mère dans l'acte de naissance est obligatoire et elle suffit à établir la filiation maternelle. La déclaration de naissance doit alors être effectuée par le déclarant conformément à l'article 56 du Code civil. Les documents en appui sont l'avis de l'accouchement, le modèle I et la carte d'identité.

Lors de la déclaration, cependant, l'officier de l'état civil va identifier les parents sur base des documents d'identité et il n'y a jamais d'absolue certitude que les parents qui viennent faire la déclaration et sont identifiés sur base de leur carte d'identité ou de leur passeport sont bien les parents de l'enfant qui est né. Si les données ne correspondent pas à celles du modèle I, les différences pourraient passer inaperçues.

Le personnel médical doit faire preuve d'une prudence particulière et être attentif. L'officier de l'état civil peut dépêcher un médecin en cas de doute, par exemple si aucun professionnel médical n'était présent lors d'un accouchement. Dans certains cas, il peut être fait appel au parquet (par exemple pour prise d'empreinte digitale en cas de doute), ou l'officier de l'état civil peut demander des informations complémentaires à l'Office des étrangers.

Il y a eu des cas de fraude à la carte SIS, en milieu hospitalier, notamment dans un cas de gestation pour autrui. Cette carte strictement personnelle est attribuée en Belgique à tout assuré social pour bénéficier de l'assurance maladie invalidité. Il s'agit plus précisément d'une carte à puce du système d'information sociale qui permet de justifier des droits du titulaire de la carte à la couverture par un organisme de sécurité sociale des dépenses de santé. Cette carte nominative reprend le numéro du registre national de l'intéressé mais ne comprend pas de photo. Dans un cas d'espèce, la mère porteuse avait fourni la carte SIS de la mère qui voulait l'enfant et l'hôpital s'en était contenté sans réclamer la carte d'identité de la mère. Or, les hôpitaux sont tenus de réclamer la carte d'identité (rapport au Roi – point 2.3.1.d - de l'arrêté royal du 22 février 1998 portant des mesures d'exécution de la carte d'identité sociale – Moniteur belge du 13 mars 1998), dans le sens où ils sont implicitement tenus d'utiliser les données d'identification telles que figurant sur la carte d'un assuré social qu'ils doivent identifier. Des sanctions pénales étaient également prévues par l'arrêté royal précité, article 8 et les articles 38, 40, 41 et 49 de la loi du 26 juillet 1996 portant modernisation de la sécurité sociale et assurant la viabilité des régimes légaux des pensions.

Actuellement, la réglementation relative à la carte SIS est en phase de modification et l'on se dirige vers une suppression progressive de la carte SIS en ce qui concerne l'identification. A partir du 1er janvier 2014, l'identification du patient, assuré social, sera exclusivement réalisée par le biais de la carte d'identité électronique en lieu et place de la carte SIS. Dans la mesure où la carte d'identité contient une photo, l'identification visuelle de l'assuré social en sera facilitée. Des mesures particulières seront également prévues pour les personnes qui ne peuvent disposer d'un titre d'identité électronique et qui disposent d'une couverture sociale pour se faire soigner en Belgique.

Pour de plus amples informations à ce sujet, il y a lieu de s'adresser au Département compétent

(http://www.kszbcss.fgov.be/fr/bcss/page/content/websites/belgium/services/service_citizen/sis/sisproject/sisproject_10.html).

7. Une femme peut-elle accoucher sous couvert d'anonymat dans votre État ?

- ☐ Oui
☒ Non

Si oui, expliquez les règles applicables dans cette situation et indiquez ce qui figurera sur l'acte de naissance ou l'extrait d'acte de naissance de l'enfant⁸ :

⁸ Dans ce document, l'« acte de naissance » désigne les informations relatives à la naissance de l'enfant (y compris la filiation juridique) qui sont conservées dans les registres de l'autorité d'État compétente (habituellement un registre de l'état civil). Le terme « extrait d'acte de naissance » désigne l'*extrait* d'acte de naissance qui est habituellement délivré au(x) parent(s) juridique(s). Dans certains États, les informations portées dans l'acte de naissance sont complètes (par ex., si l'enfant a été adopté, l'acte de naissance identifie

B. Établissement de la filiation juridique

8. Qui, à la naissance d'un enfant, est la mère juridique *par effet de la loi* dans votre État (c-à-d. sans qu'une femme ait à accomplir de formalités pour établir sa maternité juridique) ?

- a) ☒ La femme qui accouche de l'enfant
- b) ☐ La mère génétique (c-à-d., la femme dont les gamètes (ovocytes) ont créé l'enfant)
- c) ☐ Il n'y a pas de mère juridique *par effet de la loi* : expliquez
- d) ☐ Autres cas : précisez

9. Qui, à la naissance d'un enfant, est le père juridique *par effet de la loi* dans votre État (c-à-d., sans qu'un homme ait à accomplir de formalités pour établir sa paternité juridique) ?

- a) ☒ Le mari de la femme qui a accouché est *présumé* être le père juridique
- b) ☐ Le partenaire masculin de la femme qui a accouché est *présumé* être le père juridique – indiquez les conditions éventuelles (par ex. le couple doit cohabiter, etc.) :
- c) ☐ Le père génétique (c-à-d. l'homme dont les gamètes (spermatozoïdes) ont créé l'enfant)
- d) ☐ Il n'y a pas de père juridique *par effet de la loi* : expliquez
- e) ☒ Autres cas : précisez Il y a lieu de se reporter au point 4.h. pour les informations relatives à la présomption de paternité.

Si des présomptions légales opèrent dans votre État, indiquez s'il est possible de les combattre et dans quelles circonstances : Il y a lieu de se reporter au point 4.h. pour les développements à ce sujet.

10. a) Est-il possible de présenter aux autorités compétentes de votre État une demande non contentieuse (c-à-d. non contestée) de décision (parfois appelée « déclaration ») établissant ou confirmant la filiation juridique d'un enfant ?

- ☒ Oui – passez à la **question 10 b).**
- ☐ Non – passez à la **question 11.**

b) À quelles autorités publiques cette demande doit-elle être adressée ?

- i. ☒ L'autorité chargée de l'enregistrement des naissances (voir **question 1** ci-dessus)
- ii. ☐ Les autorités judiciaires (les tribunaux) : précisez
- iii. ☐ D'autres autorités administratives : précisez
- iv. ☒ Autres : précisez L'article 327 du Code civil dispose que la reconnaissance peut être faite par un acte authentique, à l'exclusion du testament lorsqu'elle n'a pas été faite dans l'acte de naissance. La demande peut donc également être adressée à un notaire et la reconnaissance peut être faite par acte notarié.

c) Qui peut présenter cette demande ?

- i. ☐ Seules les personnes actuellement considérées comme la mère ou le père juridique, ou bien l'enfant
- ii. ☐ Toute personne qui prétend être la mère ou le père juridique d'un enfant

le(s) parent(s) biologique(s)), tandis que l'extrait d'acte de naissance ne contiendra qu'une partie de ces informations. Voir aussi *ibid.*

14

- iii. ☐ Toute personne à laquelle les autorités publiques reconnaissent un intérêt suffisant pour agir : expliquez sur quels critères se fondent les autorités :
- iv. ☐ Toute personne
- v. ☒ Autres situations : précisez Il y a lieu de se reporter à la question 4.h. pour les développements à ce sujet.

d) Y a-t-il un délai pour présenter cette demande ?

- ☐ Oui, précisez :
- ☐ Non
- ☒ Dans certains cas : expliquez En ce qui concerne la reconnaissance de paternité, la reconnaissance n'étant pas un acte judiciaire, elle n'est soumise à aucun délai. Il y a lieu de se reporter aux développements relatifs à la reconnaissance de paternité.

11. Dans votre État, un père juridique putatif peut-il « reconnaître volontairement »⁹ sa paternité juridique (si elle n'est pas acquise par effet de la loi – voir **question 9** ci-dessus) ?

- ☒ Oui
- ☐ Non

⁹ Voir note 6 ci-dessus.

15

Si oui, expliquez (1) s'il existe des restrictions applicables à l'individu susceptible d'effectuer cette reconnaissance (l'homme doit être le père génétique, il doit avoir un âge minimum, etc.), (2) la procédure à suivre pour effectuer cette reconnaissance et (3) si le consentement de la mère ou celui de l'enfant sont nécessaires :

Lorsque la paternité n'est pas établie en vertu des articles 315 ou 317, le père peut reconnaître l'enfant aux conditions fixées à l'article 329bis (article 319 du code civil et développements sous la question 4.h.).

Si le père est marié et reconnaît un enfant conçu par une femme autre que son épouse, la reconnaissance doit être portée à la connaissance de l'époux ou de l'épouse (article 319 bis du Code civil).

A cet effet, si l'acte de reconnaissance est reçu par un officier de l'état civil belge ou par un notaire belge, une copie de l'acte est envoyée par lettre recommandée à la poste par celui-ci. Si l'acte n'est pas reçu par un officier de l'état civil belge ou par un notaire belge, il est signifié par exploit d'huissier à la requête du père, de l'enfant ou du représentant légal de ce dernier.

Jusqu'à cette communication, la reconnaissance est inopposable à l'époux ou à l'épouse, aux enfants nés de son mariage avec l'auteur de la reconnaissance et aux enfants adoptés par les deux époux.

Le père ne peut reconnaître l'enfant lorsque la reconnaissance ferait apparaître entre lui et la mère un empêchement à mariage dont le Roi ne peut dispenser à moins que le mariage qui a fait naître cet empêchement ait été annulé ou dissous par décès ou divorce (article 321 du Code civil).

Indiquez en particulier si un individu peut reconnaître sa paternité juridique auprès de représentants des autorités de votre État dans un autre pays (habituellement au consulat ou à l'ambassade dans cet État). Expliquez la procédure et indiquez si des conditions sont prévues :

L'article 2 de la loi du 12 juillet 1931 relative à certains actes de l'état civil et à la compétence des agents diplomatiques et consulaires en matière d'état civil précise que les consuls généraux, consuls et vice-consuls chefs de poste exercent, en ce qui concernent les citoyens belges, les fonctions d'officier de l'état civil, conformément aux lois belges sur la matière:

[A Dans les pays de capitulations;]

B Dans tout autre pays, si ces fonctions leur ont été spécialement conférées par le Ministre des Affaires étrangères.

En ce qui concerne les actes de reconnaissance d'enfants, l'article 6 de la loi précitée du 12 juillet 1931 (tel que modifié par la loi du 31 mars 1987) dispose que les actes de reconnaissance d'enfants pourront être reçus par les agents diplomatiques chefs de poste, ainsi que par les agents du corps consulaire auxquels les fonctions d'officier de l'état civil sont conférées conformément à l'article 2 de la loi précitée, quels que soient la nationalité et l'âge des enfants, à la condition qu'ils soient souscrits par des citoyens belges.

12. Dans votre État, une mère juridique putative peut-elle « reconnaître volontairement » sa maternité juridique ?

☒ Oui

☐ Non

☐ Sans objet – la maternité juridique est toujours acquise par effet de la loi (voir **question 8** ci-dessus).

Si oui, expliquez (1) s'il existe des restrictions applicables à la personne susceptible d'effectuer cette reconnaissance (c-à-d., la femme doit être la mère génétique, elle

doit avoir un âge minimum, etc.), (2) la procédure à suivre pour effectuer cette reconnaissance et (3) si le consentement d'autres personnes est nécessaire :

Conformément à l'article 312 du Code civil, l'enfant a pour mère la personne qui est désignée comme telle dans l'acte de naissance. Sauf si l'enfant a la possession d'état à l'égard de la mère, la filiation maternelle peut être contestée par toutes voies de droit, dans l'année de la découverte du caractère mensonger de la filiation maternelle, par le père, l'enfant, la femme à l'égard de laquelle la filiation est établie et par la personne qui revendique la maternité de l'enfant.

Si le nom de la mère n'est pas mentionné dans l'acte de naissance ou à défaut de cet acte, elle peut reconnaître l'enfant aux conditions fixées par l'article 329 bis du Code civil (article 313, § 1er, du Code civil).

L'article 329 bis du Code civil dispose ce qui suit.

§1^{er}. La reconnaissance de l'enfant majeur ou mineur émancipé n'est recevable que moyennant son consentement préalable.

§2. Si l'enfant est mineur non émancipé, la reconnaissance n'est recevable que moyennant le consentement préalable du parent à l'égard duquel la filiation est établie, ou de la mère si la reconnaissance est faite avant la naissance de l'enfant.

Est en outre requis, le consentement préalable de l'enfant s'il a douze ans accomplis. Ce consentement n'est pas requis de l'enfant interdit, en état de minorité prolongée ou dont le tribunal estime, en raison d'éléments de fait constatés par procès-verbal motivé, qu'il est privé de discernement.

A défaut de ces consentements, le candidat à la reconnaissance cite les personnes dont le consentement est requis devant le tribunal. Les parties sont entendues en chambre du conseil. Le tribunal tente de les concilier. S'il concilie les parties, le tribunal reçoit les consentements nécessaires. A défaut de conciliation, la demande est rejetée s'il est prouvé que le demandeur n'est pas le père ou la mère biologique. Lorsque la demande concerne un enfant âgé d'un an ou plus au moment de l'introduction de la demande, le tribunal peut en outre refuser la reconnaissance si elle est manifestement contraire à l'intérêt de l'enfant.

Si une action publique est intentée contre le candidat à la reconnaissance, du chef d'un fait visé à l'article 375 du Code pénal, commis sur la personne de la mère pendant la période légale de conception, la reconnaissance ne peut avoir lieu et le délai d'un an visé à l'alinéa 4 est suspendu jusqu'à ce que la décision sur l'action publique soit coulée en force de chose jugée. Si le candidat à la reconnaissance est reconnu coupable de ce chef, la reconnaissance ne peut avoir lieu et la demande d'autorisation de reconnaissance est rejetée.

§ 3. Si l'enfant est mineur non émancipé et n'a pas d'auteur connu, ou que celui de ses auteurs à l'égard duquel la filiation est établie est décédé ou dans l'impossibilité de manifester sa volonté, l'officier de l'état civil doit notifier une copie littérale de la reconnaissance au représentant légal de l'enfant et à l'enfant lui-même, s'il a douze ans accomplis, à moins que ceux-ci n'aient préalablement consenti à la reconnaissance.

Si la reconnaissance n'a pas été reçue par un officier de l'état civil belge, elle doit, à la requête de son auteur, être signifiée aux personnes désignées à l'alinéa 1er. Dans les six mois de la signification ou de la notification, les personnes auxquelles elle a été faite peuvent, par citation, demander au tribunal du domicile de l'enfant d'annuler la reconnaissance.

Le greffier informe immédiatement de cette demande l'officier de l'état civil ou l'officier ministériel qui a établi l'acte de reconnaissance.

Les parties entendues, le tribunal statue sur l'action en nullité. Il annule la reconnaissance s'il est prouvé que la partie défenderesse n'est pas le père ou la mère biologique. En outre, il annule la reconnaissance si elle est manifestement contraire à l'intérêt de l'enfant lorsque celui-ci est âgé d'un an ou plus au moment de l'introduction de la demande.

17

L'alinéa 4 du § 2 (cfr. ci-dessus) est applicable par analogie. Jusqu'à l'expiration du délai de six mois ou jusqu'à ce que la décision de débouté soit passée en force de chose jugée, la reconnaissance est inopposable à l'enfant et à son représentant légal, lesquels pourront néanmoins s'en prévaloir.

Indiquez en particulier si une personne peut reconnaître sa maternité juridique auprès des représentants de votre État dans un autre pays (habituellement au consulat ou à l'ambassade dans cet État). Expliquez la procédure et indiquez si des conditions sont prévues :

L'article 2 de la loi du 12 juillet 1931 relative à certains actes de l'état civil et à la compétence des agents diplomatiques et consulaires en matière d'état civil précise que les consuls généraux, consuls et vice-consuls chefs de poste exercent, en ce qui concernent les citoyens belges, les fonctions d'officier de l'état civil, conformément aux lois belges sur la matière:

[A Dans les pays de capitulations;]

B Dans tout autre pays, si ces fonctions leur ont été spécialement conférées par le Ministre des Affaires étrangères.

En ce qui concerne les actes de reconnaissance d'enfants, l'article 6 de la loi précitée du 12 juillet 1931 (tel que modifié par la loi du 31 mars 1987) dispose que les actes de reconnaissance d'enfants pourront être reçus par les agents diplomatiques chefs de poste, ainsi que par les agents du corps consulaire auxquels les fonctions d'officier de l'état civil sont conférées conformément à l'article 2 de la loi précitée, quels que soient la nationalité et l'âge des enfants, à la condition qu'ils soient souscrits par des citoyens belges.

Les dispositions légales belges précitées relatives à la reconnaissance sont applicables.

13. Indiquez les conséquences juridiques dans votre État d'une « reconnaissance volontaire » de la filiation juridique :

- a) ☒ Une fois la reconnaissance authentifiée par les autorités publiques, l'auteur de la reconnaissance est considéré comme le père ou la mère juridique de l'enfant à toutes fins
- b) ☐ La reconnaissance n'est qu'une déclaration de l'auteur quant à sa parenté juridique et ne dit pas si l'État l'accepte ou non
- c) ☐ Autre situation : précisez

14. La filiation juridique peut-elle être établie par convention entre les parents putatifs ?

- ☐ Oui
- ☒ Non

Si oui, expliquez la procédure à suivre et précisez les restrictions éventuellement applicables :

15. Dans votre État, deux personnes de même sexe peuvent-elles être les parents juridiques d'un enfant ?

- ☒ Oui
- ☐ Non

Si oui, indiquez les mécanismes juridiques qui le permettent. Cochez toutes les réponses applicables et expliquez brièvement les règles et la procédure. Cette situation peut naître :

- a) ☐ Par effet de la loi :
- b) ☐ Par décision d'un tribunal ou d'une autre autorité publique :
- c) ☒ Par adoption : L'adoption est régie par les articles 343 à 368-8 du Code civil.
- d) ☐ Autres cas :

C. Établissement de la filiation juridique dans le contexte de la procréation médicalement assistée (« PMA »)^{10 11}

16. La PMA est-elle autorisée dans votre État ?

- ☐ Oui, toutes les formes de PMA sont autorisées
- ☒ Oui, mais il existe des restrictions aux services qui peuvent être proposés et aux personnes qui peuvent en bénéficier : précisez

La loi du 6 juillet 2007 relative à la procréation médicalement assistée (Moniteur belge du 17 juillet 2007) définit ce que l'on entend par procréation médicalement assistée.

Il s'agit d'un ensemble de modalités et conditions d'application des nouvelles techniques médicales d'assistance à la reproduction dans lesquelles est réalisée :

- 1° soit une insémination artificielle,
- 2° soit une des techniques de fécondation in vitro, c'est-à-dire des techniques dans lesquelles il est, à un moment du processus, donné accès à l'ovocyte et/ou à l'embryon.

L'article 3 de la loi précitée précise que (sans préjudice de l'application de l'arrêté royal du 15 février 1999 fixant les normes auxquelles les programmes de soins " médecine de la reproduction " doivent répondre pour être agréés) les activités de fécondation in vitro et de cryoconservation d'embryons, de gamètes, de gonades et fragments de gonades ne peuvent être réalisées que dans les centres de fécondation.

En ce qui concerne les restrictions, l'article 4 de la loi du 6 juillet 2007 précise que le prélèvement de gamètes est ouvert aux femmes majeures, âgées de 45 ans maximum.

La demande d'implantation d'embryons ou d'insémination de gamètes est ouverte aux femmes majeures, âgées de 45 ans maximum.

L'implantation d'embryons ou l'insémination de gamètes ne peut être effectuée chez la femme majeure, âgée de plus de 47 ans.

Par dérogation à l'alinéa 1er, le prélèvement pour cryoconservation de gamètes, d'embryons surnuméraires, de gonades ou fragments de gonades peut être effectué, sur indication médicale, chez un mineur.

Enfin, l'article 5 de la loi précitée dispose que les centres de fécondation font preuve de la plus grande transparence quant à leurs options en ce qui concerne l'accessibilité au traitement; ils ont la liberté d'invoquer la clause de conscience à l'égard des demandes qui leur sont adressées.

Les centres de fécondation doivent avertir le ou les demandeurs de leur refus de donner suite à la demande, et ce dans le mois qui suit la décision du médecin consulté.

Ce refus est formulé par écrit et indique obligatoirement :

- 1° soit les raisons médicales du refus;
- 2° soit l'invocation de la clause de conscience prévue;
- 3° dans le cas où le ou les demandeurs en ont exprimé le souhait, les coordonnées d'un autre centre de fécondation auquel ils peuvent s'adresser.

¹⁰ Dans ce document, le terme « procréation médicalement assistée » (« PMA ») est employé au sens large pour désigner toute technique de conception impliquant des moyens en tout ou partie artificiels pratiquée par une clinique ou un établissement médical / de santé ; deux des méthodes les plus courantes sont l'insémination artificielle et la fécondation *in vitro*. Des gamètes (ovocytes et spermatozoïdes) donnés peuvent être utilisés mais ce n'est pas toujours nécessaire. Dans ce document, le terme « PMA » ne désigne pas les méthodes de conception « maison » sans rapports sexuels, c-à-d. les procédures ne faisant pas appel à des tiers.

¹¹ NB : les conventions de maternité de substitution sont traitées plus loin à la **section D**.

19

- ☐ Non, toutes les formes de PMA sont totalement interdites – **passez à la Section D.**
- ☐ Autres : précisez

17. Le recours à la PMA est-il encadré dans votre État ?

- ☒ Oui, la loi encadre le recours à la PMA : expliquez brièvement

Le centre consulté doit donner une information préalable aux parties intéressées et leur fournir un accompagnement psychologique. Ils signent ensemble une convention.

Si le centre de fécondation consulté décide de donner suite à la demande de procréation médicalement assistée, il vérifie pour les cas où cela s'indique, préalablement à la signature de la convention, que les causes de la stérilité, de l'infertilité ou de l'hypofertilité de la demandeuse ou du couple demandeur ont été déterminées et traitées conformément aux données acquises de la science et aux usages de la profession.

Cette vérification effectuée, le centre de fécondation consulté doit obligatoirement :

1° fournir aux parties intéressées une information loyale sur la procréation médicalement assistée;

2° fournir aux parties intéressées un accompagnement psychologique avant et au cours du processus de procréation médicalement assistée (article 6 de la loi du 6 juillet 2007).

Préalablement à toute démarche médicale relative à la procréation médicalement assistée, le ou les auteurs du projet parental et le centre de fécondation consulté établissent une convention.

La convention mentionne les informations relatives à l'identité, l'âge et l'adresse du ou des auteurs du projet parental et les coordonnées du centre de fécondation consulté.

Lorsqu'il s'agit d'un couple, la convention est signée par les deux auteurs du projet parental.

La convention est rédigée en deux exemplaires, l'un destiné au centre de fécondation, l'autre à l'auteur ou aux auteurs du projet parental (article 7 de la loi du 6 juillet 2007).

Les instructions du ou des auteurs du projet parental peuvent être modifiées jusqu'à l'accomplissement de la dernière instruction donnée, sous réserve de l'expiration du délai de conservation des gamètes ou des embryons surnuméraires.

Ces modifications font l'objet d'un document écrit, signé par toutes les parties signataires à la convention précitée.

Lorsqu'il s'agit d'un couple, ces modifications doivent être faites de commun accord et le document écrit visé à l'alinéa précédent est signé par les deux auteurs du projet parental (article 8 de la loi du 6 juillet 2007).

- ☐ Oui, il existe des règles ou des « codes de pratiques » concernant le recours à la PMA qui émanent des organismes de réglementation médicale :
expliquez brièvement
- ☐ Non, il n'existe aucune règle – **passez à la question 19**
- ☐ Autres : précisez

18. Si le recours à la PMA est encadré dans votre État, indiquez si la loi ou les règles visent les aspects suivants (cochez toutes les réponses applicables et donnez une brève explication) :

- a) ☐ Qui peut recourir à la PMA (situation de famille ; conditions d'âge ou de santé ; conditions de nationalité / de résidence, etc.) :
- b) ☒ Qui peut proposer des prestations de PMA : Les centres agréés de fécondation.

20

- c) ☒ La réglementation des établissements, médicaux ou non, qui proposent des prestations de PMA (c-à-d., l'agrément des cliniques ou des hôpitaux) : Pour être agréés, les centres de fécondation doivent répondre aux normes des programmes de soins "médecine de la reproduction".
- d) ☒ Les prestations de PMA qui peuvent être fournies : Cfr. réponse à la question 16
- e) ☐ Si le don d'ovocytes est autorisé et si oui, sous quelles conditions :
- f) ☐ Si le don de spermatozoïdes est autorisé et si oui, sous quelles conditions :
- g) ☐ Le coût de la PMA (y compris le montant payé aux donneurs de gamètes) :
- h) ☒ L'anonymat des donneurs de gamètes : Lorsque les gamètes sont affectés à un programme de don, le centre de fécondation consulté est tenu de rendre inaccessible toute donnée permettant l'identification du donneur. Le don non anonyme résultant d'un accord entre le donneur et le ou les receveurs est autorisé.

Toute personne travaillant pour ou dans un centre de fécondation, qui prend connaissance, de quelque manière que ce soit, d'informations permettant d'identifier des donneurs de gamètes est tenue au secret professionnel et est passible de sanctions conformément à l'article 458 du Code pénal (art. 57 de la loi du 6 juillet 2007).

- i) ☐ Le droit de l'enfant de connaître ses origines génétiques ou celles de sa naissance :
- j) ☐ La filiation juridique des enfants nés par suite d'une PMA (voir aussi les **questions 19 à 22** ci-dessous)
- k) ☐ Autres aspects : précisez

19. Expliquez les conséquences de la PMA pour la *maternité* juridique acquise *par effet de la loi* :

- a) ☒ La femme qui accouche de l'enfant sera toujours considérée comme sa mère juridique, qu'une PMA soit ou non à l'origine de la naissance
- b) ☐ Autres conséquences : précisez

Indiquez si la situation ci-dessus résulte de la législation, de la réglementation, de la jurisprudence ou d'autres sources du droit : En Belgique, la maternité est fondée sur l'accouchement en vertu de principe "Mater semper certa est". L'article 312, § 1^{er}, du Code civil dispose que l'enfant a pour mère, la personne qui est désignée comme telle dans l'acte de naissance.

20. Expliquez les conséquences de la PMA pour la *paternité* juridique acquise *par effet de la loi* :

Cochez toutes les cases applicables :

- a) ☒ Le mari de la femme qui a accouché par suite d'une PMA est le père juridique de l'enfant : indiquez s'il doit avoir formellement consenti au traitement

L'enfant né pendant le mariage ou dans les 300 jours qui suivent la dissolution ou l'annulation du mariage a pour père le mari (présomption de paternité du mari de la mère inscrite à l'article 315 du Code civil). La loi du 7 juillet 2007 prévoit que lorsqu'il s'agit d'un couple, la convention est signée par les deux auteurs du projet parental. Par auteur du projet parental, elle entend "toute personne ayant pris la décision de devenir parent par le biais d'une procréation médicalement assistée, qu'elle soit effectuée ou non au départ de ses propres gamètes ou embryons. Elle n'assimile donc pas parent (personne qui a établi ou établira un lien de filiation avec l'enfant) avec "auteur de projet parental".

En ce qui concerne la filiation, ce sont les règles du Code civil qui s'appliquent.

Le Code civil ne précise pas davantage si le "mari" doit avoir formellement consenti à l'insémination artificielle. Cependant, l'article 318, § 4, du Code civil prévoit

21

que la demande en contestation de la présomption de paternité n'est pas recevable si le mari a consenti à l'insemination artificielle ou à un autre acte ayant la procréation pour but, sauf si la conception de l'enfant ne peut en être la conséquence.

- b) ☒ Le partenaire masculin de la femme qui a accouché à la suite d'une PMA est le père juridique de l'enfant : indiquez s'il doit avoir formellement consenti au traitement cfr. point a) ci-dessus.
- c) ☐ Le père génétique sera toujours le père juridique :
- d) ☒ Autres conséquences : précisez Conformément à ce qui a été précisé au point a) et supra, les règles normales de la filiation s'appliquent (présomption de paternité, reconnaissance, contestation de paternité).

Indiquez si la situation ci-dessus résulte de la législation, de la réglementation, de la jurisprudence ou d'autres sources du droit : La situation résulte des dispositions légales évoquées.

21. Indiquez si les donneurs de gamètes sont toujours considérés comme les parents juridiques d'un enfant né par suite d'une PMA :

Non. Pour la mère, la mère est la personne qui est désignée comme telle dans l'acte de naissance. Le père est le mari de la mère (sauf si la présomption de paternité tombe) ou la personne qui reconnaît l'enfant. Les dispositions légales relatives à la filiation paternelle s'appliquent.

22. Si votre État autorise les couples homosexuels à recourir à la PMA, indiquez les conséquences pour la filiation juridique d'un enfant né d'un couple homosexuel qui a recouru à la PMA pour concevoir un enfant :

Si le mariage a été contracté entre des personnes de même sexe, la présomption de paternité de l'article 315 du Code civil tombe. L'enfant né d'une femme aura pour mère la personne qui est désignée comme telle dans l'acte de naissance. Seule l'adoption est ouverte aux couples homosexuels.

23. Des informations sont-elles disponibles sur le nombre de procédures de PMA entreprises chaque année dans votre État et sur le nombre d'enfants nés par suite de ces procédures ?

- ☐ Oui : joignez les informations ou indiquez le lien vers le site sur lequel elles sont disponibles
- ☒ Non
- ☒ Autres : précisez Pas à notre connaissance

D. Conventions de maternité de substitution

Encadrement de la maternité de substitution

24. Votre État autorise-t-il les conventions de maternité de substitution ?

- a) ☐ Oui, *toutes* les conventions de maternité de substitution sont autorisées :
 - i ☐ Expressément par une loi ou un règlement : précisez
 - ii ☐ Par défaut, parce que la maternité de substitution n'est pas encadrée par le droit interne. Passez à la **question 26**.
- b) ☐ Non, la loi interdit expressément toutes les formes de maternité de substitution : précisez, en indiquant les sanctions éventuelles en cas de violation de cette interdiction :
Passez à la **question 26**.
- c) ☐ Cela dépend de la nature de la convention de maternité de substitution (par ex. : les conventions à caractère commercial sont interdites) : précisez

22

d) ☒ Autres : précisez

En Belgique, la loi du 6 juillet 2007 relative à la procréation médicalement assistée et à la destination des embryons surnuméraires et des gamètes autorise le projet parental d'un couple ou de « toute personne ayant pris la décision de devenir parent par le biais d'une procréation médicalement assistée, qu'elle soit effectuée ou non au départ de ses propres gamètes ou embryons ».

La loi belge ne vise pas les maternités de substitution, de sorte qu'il n'y a pas de prohibition expresse. Cependant, selon une nette majorité de la doctrine, un contrat de gestation pour le compte d'autrui serait contraire aux articles 6 et 1128 du Code civil. L'article 6 interdit de déroger par convention privée aux lois qui intéressent l'ordre public et les bonnes mœurs, et l'article 1128 prévoit que seules les choses qui sont dans le commerce peuvent faire l'objet de conventions, ce qui n'est pas le cas des gamètes, des embryons ou des fonctions reproductrices d'une femme.

L'illicéité des contrats de mère porteuse pourrait reposer sur plusieurs considérations : le défaut de consentement éclairé de la gestatrice et la contrariété aux principes d'ordre public de l'indisponibilité du corps humain et de l'état des personnes. En conséquence, le contrat serait entaché d'une cause de nullité absolue et corrélativement, il ne pourrait pas donner lieu à exécution forcée, ni pour ce qui touche à la remise de l'enfant au couple commanditaire, ni pour ce qui tient au paiement de la rémunération promise à la mère porteuse.

Pourtant, en l'absence de loi, la jurisprudence est nuancée. Parmi les décisions rendues par des juridictions du fond, on peut distinguer deux tendances et elles répondent à des préoccupations opposées: d'une part, veiller au respect des articles 6, 1128 et 1131 du Code civil; d'autre part, préserver l'intérêt de l'enfant conçu et né en de telles circonstances.

Donnez ici toute autre précision nécessaire : /

25. Si votre État s'est doté de lois ou de règlements autorisant certaines conventions de maternité de substitution :

a) Les parties à une convention de maternité de substitution doivent-elles faire autoriser la convention par l'État *avant* la conception ?

☐ Oui, l'autorisation préalable des autorités compétentes est nécessaire. Expliquez la procédure :

☐ Non, aucune autorisation préalable n'est nécessaire – les règlements n'encadrent que la filiation juridique après la naissance de l'enfant. Expliquez la procédure :

☐ Autres cas : précisez

b) Indiquez si les règlements ou les lois visent les aspects suivants de la convention de maternité de substitution :

Cochez toutes les réponses applicables :

i. ☐ Les personnes qui peuvent être des parents d'intention¹² dans le cadre d'une convention, notamment :

a. ☐ Conditions de nationalité, de domicile ou de résidence¹³ : précisez

b. ☐ Situation maritale ou autre situation familiale :

¹² Veuillez noter que dans un objectif de simplicité, ce document fait systématiquement référence aux parents d'intention au pluriel. Il est toutefois entendu que dans certains États et dans certaines circonstances, des personnes célibataires peuvent conclure une convention de maternité de substitution. Nous vous remercions de préciser ce qu'il en est dans vos réponses.

¹³ Voir les **Parties II** et **III** ci-dessous pour les questions portant respectivement sur les règles de droit international privé concernant la filiation juridique et sur les conventions de maternité de substitution à caractère international.

23

- c. ☐ Conditions d'âge :
 - d. ☐ Conditions de santé :
 - e. ☐ Conditions psychosociales :
 - f. ☐ Autres aspects :
- ii. ☐ Les personnes qui peuvent être mère porteuse :
- a. ☐ Conditions de nationalité, de domicile ou de résidence¹⁴ : précisez
 - b. ☐ Situation maritale ou autre situation familiale :
 - c. ☐ Conditions d'âge :
 - d. ☐ Conditions de santé :
 - e. ☐ Conditions psychosociales :
 - f. ☐ La mère porteuse doit déjà avoir ses propres enfants :
 - g. ☐ Autres aspects :
- iii. ☐ Les types de conventions de maternité de substitution autorisés, par exemple, conventions de procréation pour autrui ou de gestation pour autrui¹⁵, etc. : précisez
- iv. ☐ Le type de clinique ou d'établissement médical pouvant faciliter une convention de maternité de substitution (lorsqu'une intervention médicale est nécessaire pour le type de convention de maternité de substitution visé) et le niveau de rémunération financière qui peut être accordé pour ces services : précisez
- v. ☐ Les autres organismes ou personnes pouvant faciliter une convention de maternité de substitution (par ex. en jouant un rôle d'intermédiaire et en s'acquittant de tâches telles que l'insertion de publicités pour des mères porteuses, l'« appariement » des mères porteuses avec les parents d'intention, l'organisation de certains aspects des conventions pour les parents d'intention, etc.) et si ces organismes ou personnes peuvent être financièrement rémunérés pour leurs services : précisez
- vi. ☐ La rémunération financière de la mère porteuse :
- a. ☐ Aucune rémunération financière n'est autorisée
 - b. ☐ Seuls des frais raisonnables peuvent être payés ; dans ce cas, indiquez si les lois ou les règlements définissent ce qui constitue des « frais raisonnables »
 - c. ☐ Une rémunération supérieure aux frais raisonnables est autorisée : précisez ce qui est autorisé exactement
- vii. ☐ La possibilité de procéder à l'exécution forcée d'une convention de maternité de substitution : précisez
- viii. ☐ Les personnes qui peuvent prendre des décisions concernant la grossesse (par ex. s'il y a lieu de pratiquer un avortement dans certains cas, le traitement médical à suivre en cas de problème, etc.) : précisez
- ix. ☐ La filiation juridique de l'enfant après sa naissance (voir aussi plus loin les **questions 26 à 30**) :
- x. ☐ Autres aspects : précisez

¹⁴ Voir les **Parties II** et **III** ci-dessous pour les questions portant respectivement sur les règles de droit international privé concernant la filiation juridique et sur les conventions de maternité de substitution à caractère international.

¹⁵ Voir le **Glossaire** pour la définition des termes employés dans ce document.

24

- c) Indiquez les conséquences juridiques, tant pénales (sanctions pénales par ex.) que civiles (par ex. pour la filiation juridique de l'enfant), du non-respect des obligations légales ou réglementaires :
- d) Ajoutez ici toute autre information qui vous paraît utile concernant la nature de l'encadrement de la maternité de substitution dans votre État :

Maternité de substitution et filiation juridique

26. À la naissance d'un enfant issu d'une convention de maternité de substitution, qui est le parent juridique (ou qui sont les parents juridiques) *par effet de la loi* (c-à-d. sans que ces personnes aient d'autres formalités à accomplir) en vertu du droit interne de votre État ?

Expliquez, en précisant si cette situation résulte de la législation, de la jurisprudence ou d'autres sources du droit : En Belgique, si le droit belge s'applique, la femme qui a accouché de l'enfant est la mère de l'enfant. Le père est le mari de la mère ou la personne qui reconnaît l'enfant, dans les conditions légales (voir questions 19 et 20).

27. Dans votre État, des mécanismes juridiques permettent-ils aux parents d'intention d'établir leur parenté juridique lorsque c'est nécessaire ?

Cochez toutes les réponses applicables :

- a) ☐ Oui, avant la naissance, les parents d'intention peuvent solliciter une décision de justice déclarant qu'ils seront les parents de l'enfant né par suite d'une convention de maternité de substitution (« décision de justice anténatale »).

Indiquez les conditions légales de l'obtention de ce type de décision (y compris les conditions de nationalité, de domicile ou de résidence) et précisez si cette situation découle de la législation, de la jurisprudence ou d'autres sources du droit :

- b) ☐ Oui, après la naissance, les parents d'intention peuvent solliciter une décision de justice leur transférant la filiation juridique (appelée « *parental order* » ou « *parentage order* » dans certains États anglophones).

Indiquez les conditions légales de l'obtention de ce transfert (y compris les conditions éventuelles de nationalité, de domicile ou de résidence) et précisez si cette situation découle de la législation, de la jurisprudence ou d'autres sources du droit :

- c) ☐ Non

- d) ☒ Autres : précisez en Belgique, la maternité de substitution n'est pas réglementée et conformément à ce qui a été précisé, selon une nette majorité de la doctrine, un contrat de gestation pour le compte d'autrui serait contraire aux articles 6 et 1128 du Code civil. L'article 6 interdit de déroger par convention privée aux lois qui intéressent l'ordre public et les bonnes mœurs, et l'article 1128 prévoit que seules les choses qui sont dans le commerce juridique peuvent faire l'objet de conventions, ce qui n'est pas le cas des gamètes, des embryons ou des fonctions reproductrices d'une femme. Cependant, des situations d'enfant nés de mères porteuses ont été portées devant les tribunaux et il est alors demandé aux autorités judiciaires de reconnaître des situations intervenues à l'étranger ou de permettre l'adoption, la reconnaissance d'enfant (...).

Dans un arrêt du 16 janvier 1989 (T.G.R. 1989, p. 52), la Cour d'appel de Gand a jugé qu'au travers des règles existantes, le législateur n'entendait pas permettre la commande d'un enfant à une mère porteuse.

La Cour d'appel de Gand a aussi refusé, en date du 30 avril 2012, l'adoption d'un enfant né dans le cadre d'un contrat de gestation pour autrui à titre onéreux, par la femme du père biologique (la mère biologique étant la mère porteuse).

En revanche, plusieurs jugements ont été favorables à l'adoption d'un enfant. Dans le cas d'un enfant conçu avec les gamètes des parents adoptifs mariés ensemble, puis porté et mis au monde par la sœur d'un des époux sans aucune rémunération versée à celle-ci, le Tribunal de première instance de Turnhout a jugé, en date du 4 octobre 2000, que si la mère porteuse ne perçoit aucun gain, la convention n'est pas contraire à l'ordre public et que l'adoption par le couple commanditaire est conforme à l'intérêt de l'enfant conçu par fécondation in vitro avec les gamètes des deux adoptants, ainsi parents « sociaux-génétiques », seuls la gestation et l'accouchement ayant été assumés par une tierce personne proche d'eux (Tribunal de la jeunesse de Turnhout, 4 oct. 2001, R.W. 2001, n° 6 du 6 oct. 2001). La Cour d'appel d'Anvers s'est prononcée dans le même sens le 14 janvier 2008 (Anvers, 14 janvier 2008, R.W., 2007-2008, n°42, p. 1774 [la mère porteuse est la grand-mère biologique de l'enfant]).

Un jugement du Tribunal de la jeunesse de Bruxelles, du 4 juin 1996, a aussi homologué l'adoption plénière par des époux d'un enfant conçu par fécondation in vitro réalisée avec les gamètes du mari et de son épouse et porté par la sœur de celle-ci, tel étant l'intérêt de l'enfant (Tribunal de la jeunesse de Bruxelles, 4 juin 1996, J.L.M.B. 1996, p.1182 et Revue du Droit de la santé 1997, p.124).

Le même tribunal a rendu une décision identique le 6 mai 2009 dans un cas similaire (l'enfant, porté par une femme tierce, est génétiquement le fils de la requérante et de son époux, qui l'a reconnu). Le tribunal constate qu'aucune autre procédure légale belge, en ce compris l'action en contestation de maternité, ne permet de conférer à l'enfant la filiation maternelle qui correspond à sa filiation biologique, alors même que les progrès de la science impliquent parfois de distinguer la mère génétique de la mère porteuse. « Dans ces circonstances, la procédure d'adoption est en quelque sorte utilisée pour combler une lacune de la loi ou, à tout le moins, pour rencontrer une hypothèse qu'elle n'a pas envisagée ». Le tribunal a estimé que l'adoption était fondée sur de justes motifs et répondait à l'intérêt supérieur de l'enfant (Trib. jeunesse Bruxelles, 6 mai 2009, J.L.M.B., 2009/23, p. 1083). Le tribunal de la jeunesse de Bruxelles a abouti à la même conclusion dans un jugement du 23 août 2012 concernant l'adoption par une femme de l'enfant de son mari, conçu avec une personne tierce, soupçonnée d'être intervenue comme mère porteuse (Act. Dr. Fam., 2013/5, p. 99).

Par jugement du 7 janvier 2011, le tribunal de la jeunesse de Namur a déclaré fondée sur de justes motifs et conforme à l'intérêt supérieur de l'enfant l'adoption par un couple homosexuel marié d'un enfant né dans le cadre d'une gestation pour autrui (la mère porteuse, sœur d'une des requérantes, est la mère génétique de l'enfant – le sperme provient d'un donneur anonyme), alors même qu'il considère la pratique de la gestation pour autrui comme étant illicite tant du point de vue de son objet que de sa cause. « Il appartient au tribunal non pas de se prononcer sur la licéité ou non de la pratique de la gestation pour autrui mais bien de statuer en fonction de l'intérêt supérieur de l'enfant à être adopté (...). La question de l'adoption doit se distinguer de celle de la validité de la gestation pour autrui. » (Act. Dr. Fam., 2013/5, p. 96).

- e) ☐ Ces mécanismes ne sont pas nécessaires – le contrat de maternité de substitution est suffisant pour établir la filiation juridique des parents d'intention.

26

- f) ☐ Ces mécanismes ne sont pas nécessaires – les parents d'intention seront les parents juridiques par effet de la loi à la naissance de l'enfant : voir la réponse à la **question 26** ci-dessus.
28. Lorsqu'une convention de maternité de substitution a été conclue dans votre État, l'existence de cette convention sera-t-elle visible sur l'acte de naissance ou l'extrait d'acte de naissance de l'enfant ?
- ☐ Oui : indiquez exactement ce qui sera inscrit sur l'acte de naissance ou l'extrait d'acte de naissance
- ☒ Non : expliquez Il y a lieu de se reporter à ce qui a été répondu à la question 27.d..
29. Des informations sont-elles disponibles concernant le nombre de conventions de maternité de substitution conclues chaque année dans votre État et le nombre d'enfants nés par suite de ces conventions ?
- ☐ Oui : joignez les documents ou indiquez un lien vers un site
- ☒ Non
- ☐ Autres : précisez
30. Avez-vous connaissance de pratiques illicites dans votre État en matière de conventions de maternité de substitution ?
- ☐ Oui – indiquez les pratiques dont vous avez connaissance et si possible leur fréquence :
- ☐ Non
- ☒ Autres : précisez Il y a lieu de se reporter à ce qui a été dit à la question 27.d..

E. Contestation de la filiation juridique

31. Dans votre État, quelles autorités peuvent trancher un différend en matière de filiation juridique ?
- a) ☐ L'autorité responsable de l'enregistrement des naissances (voir **question 1** ci-dessus)
- b) ☒ Les autorités judiciaires (c-à-d. les tribunaux) : précisez
Conformément à l'article 331, § 1^{er}, du Code civil, le tribunal de première instance du domicile de l'enfant est seul compétent pour connaître des actions relatives à la filiation. L'article précité dispose au § 2 que chaque fois qu'il existe une contestation relative à la filiation, les tribunaux répressifs comme toutes les autres juridictions ne peuvent statuer qu'après que la décision du tribunal de première instance sur la question d'état est passée en force de chose jugée.
- c) ☐ D'autres autorités administratives de l'État : précisez
- d) ☐ Autres : précisez
32. Qui peut intenter une action en contestation de la filiation juridique ?
- a) ☐ Seules les personnes actuellement considérées comme la mère ou le père juridique, ou l'enfant
- b) ☐ Toute personne qui prétend être la mère ou le père juridique d'un enfant
- c) ☐ Toute personne à laquelle les autorités publiques reconnaissent un intérêt suffisant pour agir : expliquez comment les autorités tranchent la question
- d) ☐ Toute personne
- e) ☒ Autres : précisez
- A moins que l'enfant n'ait la possession d'état à l'égard de la mère, la filiation maternelle peut être contestée par le père, l'enfant, la femme à l'égard de

27

laquelle la filiation maternelle est établie, et par la personne qui revendique la maternité de l'enfant (article 312, § 2, du Code civil).

En ce qui concerne la filiation paternelle, à moins que l'enfant ait la possession d'état à l'égard du mari, la présomption de paternité peut être contestée par la mère, l'enfant, l'homme à l'égard duquel la filiation est établie et par la personne qui revendique la paternité de l'enfant (article 318, § 1^{er}, du Code civil).

L'enfant né dans les 300 jours après la dissolution ou l'annulation du mariage de sa mère et après le remariage de celle-ci, a pour père le nouveau mari. Si cette paternité est contestée, le précédent mari est tenu pour le père à moins que sa paternité ne soit également contestée ou que la paternité d'un tiers ne vienne à être établie (article 317 du Code civil).

Outre ce qui précède, la présomption de paternité du mari est mise à néant s'il est prouvé par toutes voies de droit que l'intéressé n'est pas le père.

La contestation de la présomption de paternité du mari est, en outre, déclarée fondée 1° dans les cas visés à l'article 316 bis du Code civil (voir ci-après) ; 2° lorsque la filiation maternelle est établie par reconnaissance ou par décision judiciaire; 3° lorsque l'action est introduite avant que la filiation maternelle ne soit établie (article 318, §3 du Code civil).

L'article 316 bis précité du Code civil dispose que sauf déclaration conjointe des époux au moment de la déclaration de naissance, la présomption de paternité visée à l'article 315 n'est pas applicable :

- 1° lorsque l'enfant est né plus de 300 jours après que le juge a entériné l'accord des parties concernant l'autorisation donnée aux époux de résider séparément (conformément à l'article 1256 du Code judiciaire), ou après l'ordonnance du président, siégeant en référé, autorisant les époux à résider séparément, ou après le dépôt de la requête en divorce par consentement mutuel (visée à l'article 1288 bis du même Code);
- 2° lorsque l'enfant est né plus de 300 jours après la date d'inscription des époux à des adresses différentes, selon le registre de la population, le registre des étrangers ou le registre d'attente, pour autant qu'ils n'aient pas été réinscrits à la même adresse par la suite;
- 3° lorsque l'enfant est né plus de 300 jours après un jugement du juge de paix prononcé en vertu de l'article 223 et autorisant les époux à résider séparément, et moins de 180 jours après que cette mesure a pris fin, ou après la réunion de fait des époux.

33. Existe-t-il un délai pour contester une filiation juridique (à l'issue duquel l'action en contestation de filiation juridique est prescrite) ?

☒ Oui, précisez : En ce qui concerne la contestation de la filiation paternelle, l'action de la mère doit être intentée dans l'année de la naissance. L'action du mari doit être intentée dans l'année de la découverte du fait qu'il n'est pas le père de l'enfant, celle de celui qui revendique la paternité de l'enfant doit être intentée dans l'année de la découverte qu'il est le père de l'enfant et celle de l'enfant doit être intentée au plus tôt le jour où il a atteint l'âge de douze ans et au plus tard le jour où il a atteint l'âge de vingt-deux ans ou dans l'année de la découverte du fait que le mari de sa mère n'est pas son père.

En ce qui concerne la contestation de la filiation maternelle, l'action doit être introduite par le père, l'enfant, la femme à l'égard de laquelle la filiation est établie, la personne qui revendique la maternité de l'enfant, dans l'année de la découverte du caractère mensonger de la filiation (article 312, § 2, du Code civil).

- ☐ Non
☐ Dans certaines situations : expliquez

28

34. Pour quel motif la *maternité* juridique peut-elle être contestée devant les autorités de votre État ?

- a) ☐ Au seul motif que la « mère » n'a pas, en fait, accouché de l'enfant
- b) ☐ Au seul motif que la « mère » n'est pas en fait la mère génétique de l'enfant (c-à-d. la mère dont provenaient les gamètes (ovocytes))
- c) ☒ Autres motifs : précisez La loi prévoit le "caractère mensonger de la filiation".

35. Pour quel motif la *paternité* juridique peut-elle être contestée devant les autorités de votre État ?

- a) ☐ Au seul motif que le « père » n'est pas, en fait, le père génétique de l'enfant (c-à-d., l'homme dont provenaient les gamètes (spermatozoïdes))
- b) ☒ Autres motifs : précisez La loi prévoit que le mari n'est pas le père de l'enfant, que celui qui revendique la paternité découvre qu'il est le père de l'enfant.

36. Quelles sont les conséquences juridiques de l'aboutissement d'une contestation de la filiation juridique ?

- a) ☒ La décision des autorités de l'État concernant la filiation juridique est opposable *erga omnes* (c-à-d., à toutes les personnes, à toutes fins)
- b) ☐ La décision des autorités de l'État n'est opposable qu'à des fins limitées, particulières : expliquez
- c) ☐ Cela dépend du contexte de la contestation (par ex., si le contexte est une demande d'aliments, elle ne sera opposable qu'en ce qui concerne le paiement d'aliments) : expliquez
- d) ☒ Autres : précisez Après les formalités visées à l'article 333 du Code civil (voir la question 37), la décision est opposable *erga omnes*.

37. Qu'arrive-t-il à l'acte de naissance et à l'extrait d'acte de naissance de l'enfant lorsque la contestation de la filiation juridique aboutit ?

- a) ☐ L'acte de naissance ou l'extrait d'acte de naissance est révisé et l'ancien acte ou extrait sera supprimé définitivement
- b) ☐ L'acte de naissance ou l'extrait d'acte de naissance est modifié mais l'acte ou l'extrait d'acte original est conservé
- c) ☒ Autres cas : précisez

Tout exploit de signification d'un jugement ou arrêt faisant droit à une demande relative à la filiation doit être communiqué, en copie, au Ministère public.

Après l'expiration du délai d'appel ou de pourvoi en cassation ou, le cas échéant, après le prononcé de l'arrêt rejetant le pourvoi, le ministère public transmet, sans tarder le dispositif de tout jugement ou arrêt faisant droit à une demande relative à la filiation à l'officier de l'état civil du lieu où l'acte de naissance de l'enfant a été dressé ou transcrit.

Si l'acte de naissance n'est pas inscrit en Belgique, le dispositif est transmis à l'officier de l'état civil de la résidence de l'enfant ou, à défaut, à celui du premier district de Bruxelles.

L'officier de l'état civil transcrit, dans le mois, le dispositif sur ses registres ; mention en est faite en marge des actes concernant l'état civil de l'enfant et de ses descendants (article 333 du Code civil).

F. Acquisition de la nationalité par les enfants

38. Comment un enfant peut-il acquérir la nationalité de votre État ?

Cochez toutes les réponses applicables :

- a) ☐ En naissant sur le territoire de l'État
- b) ☐ Par « filiation », lorsqu'au moins un de ses parents *juridiques* est ressortissant de l'État : expliquez quelle loi, dans ce contexte, établira qui sont les parents *juridiques* de l'enfant aux fins de la détermination de sa nationalité :
- c) ☐ Par « filiation », lorsqu'au moins un de ses parents *génétiques* est ressortissant de l'État : expliquez comment le lien génétique doit être prouvé :
- d) ☐ Lorsqu'à défaut, l'enfant serait « apatride » (c-à-d. qu'il n'aurait la nationalité d'aucun autre État)¹⁶ : précisez
- e) ☐ Autres : précisez

G. Évolutions de la législation

39. Indiquez si la loi de votre État concernant les matières couvertes dans la **Partie I** ci-dessus (c-à-d., enregistrement des naissances, établissement et contestation de la filiation juridique, PMA, maternité de substitution et nationalité des enfants) a changé au cours des cinq dernières années ou si des initiatives sont en cours (par ex. au sein du gouvernement, devant le parlement ou devant les tribunaux) en vue de modifier la loi :

Il n'y a pas eu de modifications.

40. Indiquez ici toute information qui vous semble utile concernant des décisions (publiées ou non) ou d'autres développements intervenus dans votre État quant aux questions évoquées dans la **Partie I** ci-dessus.

/

Partie II : Règles de droit international privé (DIP) et de coopération en matière d'enregistrement des naissances et d'établissement, de reconnaissance et de contestation de la filiation juridique

A. Règles de DIP et de coopération en matière d'enregistrement des naissances

41. Expliquez dans quelles circonstances les autorités de votre État se déclarent compétentes (à l'échelle internationale) pour enregistrer la naissance d'un enfant :

- a) ☐ Seulement lorsque l'enfant est né sur le territoire de l'État
- b) ☐ Lorsqu'au moins un des parents *juridiques* putatifs est ressortissant de l'État, indépendamment du lieu de naissance de l'enfant
- c) ☐ Lorsqu'au moins un des parents *génétiques* putatifs est ressortissant de l'État, indépendamment du lieu de naissance de l'enfant
- d) ☐ Lorsque l'enfant est considéré comme un ressortissant de l'État¹⁷, indépendamment de son lieu de naissance
- e) ☒ Autre cas, précisez :

Conformément à l'article 55 du Code civil, la déclaration de naissance est faite en Belgique à l'officier de l'état civil du lieu de naissance dans les quinze jours qui suivent celui de l'accouchement. Si un enfant naît en Belgique, la déclaration

¹⁶ Sur ce point, voir plus haut la note 4, citant l'art. 7 de la CNUDE.

¹⁷ Sur ce point, voir plus haut la **question 38**.

doit être faite devant l'officier de l'état civil que l'enfant ait la nationalité belge ou une nationalité étrangère.

Lorsqu'un enfant belge naît à l'étranger, une déclaration de naissance peut être faite auprès des agents diplomatiques ou chefs de poste, de plein droit ou auprès des consuls généraux, consuls, vices consuls, si la fonction d'officier de l'état civil leur a été confiée par le Ministre des Affaires étrangères (article 1^{er} de la loi du 12 juillet 1931 relative à certains actes de l'état civil et à la compétence des agents diplomatiques et consulaires en matière d'état civil qui dispose que les agents diplomatiques chefs de poste exercent de plein droit, en ce qui concerne les citoyens belges, les fonctions d'officier de l'état civil dans tous les pays conformément aux lois belges sur la matière).

L'article 48, § 1^{er}, du Code civil prévoit que tout Belge ou son représentant légal, peut demander qu'un acte de l'état civil le concernant et fait en pays étranger soit transcrit sur les registres de l'état civil de la commune de son domicile ou de son premier lieu d'établissement après son retour sur le territoire du Royaume. Mention est faite en marge des registres courants à la date du fait auquel l'acte se rapporte. En l'absence de domicile ou de résidence en Belgique, la transcription d'un acte peut se faire sur les registres de l'état civil de la commune du dernier domicile en Belgique de l'intéressé ou de l'un de ses ascendants ou de la commune de son lieu de naissance ou encore, à défaut, sur les registres de l'état civil de Bruxelles.

Le procureur du Roi peut demander qu'un acte de l'état civil relatif à un Belge dressé en pays étranger soit transcrit sur les registres de l'état civil (article 48, §2, du Code civil).

31

42. Lorsqu'elles enregistrent la naissance d'un enfant, quelle loi les autorités compétentes appliquent-elles à la question de l'identité du ou des parent(s) juridique(s) de l'enfant *par effet de la loi*¹⁸ ?

- a) ☐ La *lex fori* (c-à-d., la loi interne de votre État) est toujours appliquée par les autorités compétentes
- b) ☒ Si la situation présente des éléments d'extranéité (par ex., si le(s) parent(s) putatifs ou l'enfant sont des ressortissants étrangers ou si l'enfant est né à l'étranger, etc.), le droit étranger peut, ou doit, être appliqué à cette question. Indiquez les règles de droit applicables : En ce qui concerne le lien de filiation, l'établissement et la contestation de paternité ou de maternité d'une personne sont régis par le droit de l'État dont elle a la nationalité au moment de la naissance de l'enfant ou, si cet établissement résulte d'un acte volontaire, au moment de cet acte (il est donc renvoyé au droit du parent pour ces questions). Lorsque le droit désigné par le présent article ne prévoit pas l'exigence d'un tel consentement, l'exigence et les conditions du consentement de l'enfant, ainsi que le mode d'expression de ce consentement, sont régis par le droit de l'État sur le territoire duquel il a sa résidence habituelle au moment de ce consentement (article 62, § 1^{er}, du Code de droit international privé).

Lorsqu'un lien de filiation est établi valablement selon le droit applicable en vertu de la présente loi à l'égard de plusieurs personnes du même sexe, le droit qui régit la filiation résultant de plein droit de la loi détermine l'effet sur celle-ci d'un acte de reconnaissance. En cas de conflit entre plusieurs filiations résultant de plein droit de la loi, il est fait application, parmi les droits désignés, de celui de l'État avec lequel la situation présente les liens les plus étroits. En ce qui concerne la reconnaissance, lorsque l'enfant est reconnu valablement selon le droit applicable en vertu de la présente loi par plusieurs personnes du même sexe, le droit qui régit la première reconnaissance détermine l'effet sur celle-ci d'une reconnaissance ultérieure (article 62, § 2, du Code de droit international privé).

- c) ☐ Autre cas : précisez

43. Les autorités de votre État ont-elles rencontré des difficultés résultant de l'enregistrement de la naissance d'un enfant dans deux États (ou plus) (par ex, l'enfant est enregistré dans votre État, qui est l'État de naissance, et dans l'État de la nationalité des parents, et les registres sont en conflit) ?

- ☒ Oui : expliquez les circonstances de l'affaire et les difficultés qui se sont posées : Il peut arriver qu'un enfant soit déclaré dans des pays différents. Si l'enfant est né en Belgique, il doit être déclaré en Belgique et il sera fait application des dispositions légales applicables en fonction de la situation.
- ☐ Non

44. Des conventions bilatérales ou multilatérales¹⁹ sont-elles en vigueur entre votre État et un autre État si bien que :

- a. Lorsque la naissance d'un enfant est enregistrée et comporte des éléments d'extranéité (c-à-d. qu'au moins un des parents est ressortissant étranger), cette information est communiquée aux autorités de l'autre État concerné ?

- ☒ Oui : précisez Outre ce qui est dit en Partie II en ce qui concerne la reconnaissance des décisions judiciaires et des actes authentiques étrangers et la transcription d'actes de l'état civil étrangers en Belgique, on peut signaler

¹⁸ NB : les règles de droit applicables indiquées dans votre réponse à cette question peuvent être les mêmes que les règles énumérées plus loin en réponse à la **question 45**.

¹⁹ Par ex., les *Conventions concernant l'échange international d'informations en matière d'état civil* du 4 septembre 1958 et du 12 septembre 1997 ou la *Convention relative à la reconnaissance et à la mise à jour des livrets d'état civil* du 5 septembre 1990, toutes adoptées sous l'égide de la Commission internationale de l'état civil (< www.ciec1.org >).

32

que la Belgique a signé des conventions relatives à la délivrance gratuite et a conclu des accords pour supprimer les formalités de légalisation. En ce qui concerne les accords sur la transmission de documents de manière générale, on signalera les accords bilatéraux de transmission automatique de documents avec le Grand-Duché de Luxembourg (25 février 1949), avec l'Italie (circulaire du Ministre des Affaires étrangères du 26 avril 1954); la déclaration avec la Suisse (2 février 1882) et avec la Bulgarie (26 octobre 1934) prévoyant la transmission automatique de certains actes de l'état civil.

- ☐ Il n'y a pas de convention officielle mais cela peut arriver en pratique : expliquez
- ☐ Non

- b. Lorsque des modifications sont apportées à la filiation juridique d'un enfant *après* l'enregistrement de la naissance du fait de mesures prises dans votre État (par ex. par suite d'une reconnaissance volontaire de paternité intervenant postérieurement dans votre État ou d'une contestation de la filiation juridique, etc.), cette information est communiquée aux autorités de l'État de naissance de l'enfant (lorsque ce n'est pas votre État) ?

- ☒ Oui : précisez Il y a lieu de se reporter à ce qui a été dit à la question 44, a..
- ☐ Il n'y a pas de convention officielle mais cela peut arriver en pratique : expliquez
- ☐ Non

B. Règles de DIP concernant l'établissement de la filiation juridique

Par effet de la loi ou par convention

45. Votre État dispose-t-il de règles stipulant la loi applicable à l'établissement de la filiation juridique par effet de la loi²⁰ ?

- ☒ Oui : précisez En ce qui concerne le lien de filiation, l'établissement et la contestation de paternité ou de maternité d'une personne sont régis par le droit de l'Etat dont elle a la nationalité au moment de la naissance de l'enfant ou, si cet établissement résulte d'un acte volontaire, au moment de cet acte (il est donc renvoyé au droit du parent pour ces questions).

Lorsque le droit désigné par le présent article ne prévoit pas l'exigence d'un tel consentement, l'exigence et les conditions du consentement de l'enfant, ainsi que le mode d'expression de ce consentement, sont régis par le droit de l'Etat sur le territoire duquel il a sa résidence habituelle au moment de ce consentement (article 62, § 1er, du Code de droit international privé).

Lorsqu'un lien de filiation est établi valablement selon le droit applicable en vertu de la présente loi à l'égard de plusieurs personnes du même sexe, le droit qui régit la filiation résultant de plein droit de la loi détermine l'effet sur celle-ci d'un acte de reconnaissance. En cas de conflit entre plusieurs filiations résultant de plein droit de la loi, il est fait application, parmi les droits désignés, de celui de l'Etat avec lequel la situation présente les liens les plus étroits.

En ce qui concerne la reconnaissance, lorsque l'enfant est reconnu valablement selon le droit applicable en vertu de la présente loi par plusieurs personnes du même sexe, le droit qui régit la première reconnaissance détermine l'effet sur celle-ci d'une reconnaissance ultérieure (article 62, § 2, du Code de droit international privé).

Le droit déclaré applicable détermine notamment (article 63 du Code de droit international privé) :

- 1° qui est admis à rechercher ou à contester un lien de filiation;

²⁰ NB : les règles de droit applicables indiquées dans votre réponse à cette question peuvent être celles que vous avez indiquées plus haut à la **question 42**.

33

- 2° la charge et l'objet de la preuve du lien de filiation, ainsi que la détermination des modes de preuve;
- 3° les conditions et les effets de la possession d'état;
- 4° les délais d'intentement de l'action.

L'acte de reconnaissance est établi selon les formalités prévues, soit par le droit applicable à la filiation en vertu de l'article 62, § 1er, alinéa 1er, soit par le droit de l'Etat sur le territoire duquel il est établi (article 64 du Code de droit international privé).

Un acte de reconnaissance peut être établi en Belgique si (article 65 du Code de droit international privé):

- 1° l'auteur est belge, est domicilié ou a sa résidence habituelle en Belgique lors de l'établissement de l'acte;
- 2° l'enfant est né en Belgique; ou
- 3° l'enfant a sa résidence habituelle en Belgique lors de l'établissement de l'acte .

☐ Non : la *lex fori* (c-à-d. la loi interne de l'État) est toujours appliquée aux questions de filiation juridique

46. Votre État dispose-t-il de règles stipulant la loi applicable à l'établissement de la filiation juridique par convention ?

- ☐ Oui : précisez
- ☐ Non : la *lex fori* (c-à-d. la loi interne de l'État) est toujours appliquée aux questions de filiation juridique
- ☒ Sans objet : il n'est pas possible d'établir la filiation juridique par convention

Par reconnaissance volontaire

47. Expliquez dans quelles circonstances les autorités de votre État s'estiment compétentes (à l'échelle internationale) pour accepter une reconnaissance volontaire de parenté juridique par un parent putatif :

Cochez toutes les réponses applicables :

- a) ☐ Lorsque l'enfant réside (à titre habituel) dans votre État : précisez
- b) ☐ Lorsque l'enfant est ressortissant de votre État
- c) ☐ Lorsque la personne qui reconnaît l'enfant réside (à titre habituel) dans votre État : précisez
- d) ☐ Lorsque la personne qui reconnaît l'enfant est ressortissante de votre État
- e) ☒ Autre cas : précisez Un acte de reconnaissance peut être établi en Belgique si :

- 1° l'auteur est belge, est domicilié ou a sa résidence habituelle en Belgique lors de l'établissement de l'acte;
- 2° l'enfant est né en Belgique; ou
- 3° l'enfant a sa résidence habituelle en Belgique lors de l'établissement de l'acte (article 65 du Code de droit international privé).

Indiquez si ces critères (c-à-d., la résidence (habituelle) / la nationalité des personnes – selon les cases cochées plus haut) doivent être remplis :

- i. ☐ Au moment de la naissance de l'enfant
- ii. ☒ Au moment de la reconnaissance, ou
- iii. ☐ À un autre moment : précisez

48. Quelle loi sera appliquée pour déterminer : (a) la validité formelle de la reconnaissance et (b) la validité matérielle de la reconnaissance, c-à-d. pour déterminer si elle établit valablement la filiation juridique ?

Cochez toutes les réponses applicables :

34

- a) Pour la validité formelle de la reconnaissance :
- i. ☐ La *lex fori* (c-à-d. la loi interne de votre État)
 - ii. ☐ La loi de l'État de la nationalité de l'enfant
 - iii. ☐ La loi de l'État de la résidence (habituelle) de l'enfant : précisez
 - iv. ☐ La loi de l'État de la nationalité du parent putatif
 - v. ☐ La loi de l'État de la résidence (habituelle) du parent putatif : précisez
 - vi. ☒ Autre : précisez En ce qui concerne les conditions de forme, l'acte de reconnaissance doit réunir les conditions nécessaires à son authenticité selon le droit de l'État dans lequel il a été établi (article 27, § 1er, alinéa 2, du Code de droit international privé).
- b) Pour la validité matérielle de la reconnaissance :
- i. ☐ La *lex fori* (c-à-d. la loi interne de votre État)
 - ii. ☐ La loi de l'État de la nationalité de l'enfant
 - iii. ☐ La loi de l'État de la résidence (habituelle) de l'enfant : précisez
 - iv. ☐ La loi de l'État de la nationalité du parent putatif
 - v. ☐ La loi de l'État de la résidence (habituelle) du parent putatif : précisez
 - vi. ☒ Autre : précisez Il y a lieu de se reporter à ce qui a été dit à la question 45 sur le droit applicable à l'établissement de la filiation par reconnaissance (voir l'article 62 du Code de droit international privé).

Indiquez, pour les points a) et b), si une ou plusieurs de ces lois seront appliquées (éventuellement « en cascade ») afin de favoriser l'établissement de la filiation juridique : Il y a lieu de se reporter à ce qui a été dit sous la question 45 (voir l'article 62 du Code de droit international privé).

Indiquez, pour les points a) et b), si ces critères (c-à-d., la résidence (habituelle) / la nationalité des personnes – en fonction des cases cochées ci-dessus) doivent être remplis : (1) au moment de la naissance de l'enfant ; (2) au moment de la reconnaissance ou (3) à un autre moment (auquel cas, précisez) :

- a) (2).
- b) (2).

C. Règles de DIP concernant la reconnaissance de la filiation juridique établie à l'étranger

Extraits d'acte de naissance

49. Indiquez dans quelles circonstances un extrait d'acte de naissance établi dans un autre État peut être reconnu dans votre État *comme établissant valablement la parenté juridique des personnes qui y sont inscrites* (reconnaissance du contenu de l'acte)²¹.

Expliquez dans votre réponse :

- a) À quelles autorités il revient de décider si l'extrait d'acte de naissance étranger sera reconnu ;
- b) La procédure à engager aux fins de la reconnaissance ;
- c) Les conditions éventuelles de la reconnaissance (par ex., si l'extrait d'acte de naissance doit être authentifié par légalisation ou apostille²²) ; et
- d) Les motifs de non-reconnaissance.

L'article 31 du Code de droit international privé prévoit qu'un acte authentique étranger concernant l'état civil ne peut faire l'objet d'une mention en marge d'un acte

²¹ Étant entendu que cette question peut se poser dans le cadre d'autres procédures (concernant par exemple une succession ou des aliments).

²² Voir, à cet égard, la *Convention de La Haye du 5 octobre 1961 supprimant l'exigence de la légalisation des actes publics étrangers*, disponible sur le site de la Conférence de La Haye, à l'adresse : < www.hcch.net >, dans l'« Espace Apostille ».

de l'état civil ou être transcrit dans un registre de l'état civil ou servir de base à une inscription dans un registre de la population, un registre des étrangers ou un registre d'attente qu'après vérification des conditions visées à l'article 27, § 1^{er}, du Code de droit international privé.

Lorsque le dépositaire refuse de procéder à la mention ou à la transcription, un recours peut être introduit devant le tribunal de première instance de l'arrondissement dans lequel le registre est tenu.

La vérification est réalisée par le dépositaire de l'acte ou du registre.

Le Ministre de la Justice peut établir des directives visant à assurer une application uniforme des conditions visées.

Le dépositaire de l'acte ou du registre peut, en cas de doute sérieux lors de l'appréciation des conditions visées, transmettre l'acte ou la décision pour avis au ministère public qui procède si nécessaire à des vérifications complémentaires.

Le Roi peut créer et fixer les modalités de la tenue d'un registre des décisions et des actes qui satisfont aux conditions visées, lorsqu'ils concernent un Belge ou un étranger résidant en Belgique.

En ce qui concerne la vérification des conditions, l'article 27, § 1^{er}, du Code de droit international privé prévoit qu'un acte authentique étranger est reconnu en Belgique par toute autorité sans qu'il faille recourir à aucune procédure si sa validité est établie conformément au droit applicable en vertu de la présente loi, en tenant spécialement compte des articles 18 (fraude à la loi) et 21 (exception d'ordre public).

L'acte doit, notamment, réunir les conditions nécessaires à son authenticité selon le droit de l'Etat dans lequel il a été établi.

Lorsque l'autorité refuse de reconnaître la validité de l'acte, un recours peut être introduit devant le tribunal de première instance.

En ce qui concerne la fraude à la loi, pour la détermination du droit applicable en une matière où les personnes ne disposent pas librement de leurs droits, il n'est pas tenu compte des faits et des actes constitués dans le seul but d'échapper à l'application du droit désigné par la présente loi (article 18 du Code de droit international privé).

En ce qui concerne l'exception d'ordre public, l'application d'une disposition du droit étranger désigné par le Code de droit international privé est écartée dans la mesure où elle produirait un effet manifestement incompatible avec l'ordre public (article 21, alinéa 1^{er}, du Code de droit international privé).

Une décision judiciaire étrangère ou un acte authentique étranger doit être légalisé pour être produit en Belgique en intégralité ou en extrait, en original ou en copie.

La légalisation n'atteste que la véracité de la signature, la qualité en laquelle le signataire de l'acte a agi et, le cas échéant, l'identité du sceau ou timbre dont l'acte est revêtu.

La légalisation est faite :

1° par un agent diplomatique ou consulaire belge accrédité dans l'Etat où la décision ou l'acte a été rendu ou établi;

2° à défaut, par un agent diplomatique ou consulaire de l'Etat étranger qui représente les intérêts de la Belgique dans cet Etat;

3° à défaut, par le Ministre des Affaires étrangères.

Le Roi détermine les modalités de la légalisation (article 30 du Code de droit international privé; cfr. arrêté royal du 12 juillet 2006 relatif à la légalisation de décisions judiciaires ou actes authentiques étrangers).

Par ailleurs, comme cela a été précisé sous la question 41, tout Belge ou son représentant légal (ou le Procureur du Roi), peut demander qu'un acte de l'état civil le concernant et fait en pays étranger soit transcrit sur les registres de l'état civil.

Si l'ordre public est un motif de non-reconnaissance d'un extrait d'acte de naissance étranger, expliquez, le cas échéant en citant la jurisprudence, comment votre État interprète ce concept dans ce contexte :

Cette incompatibilité s'apprécie en tenant compte, notamment, de l'intensité du rattachement de la situation avec l'ordre juridique belge et de la gravité de l'effet que produirait l'application de ce droit étranger. Lorsqu'une disposition du droit étranger n'est pas appliquée en raison de cette incompatibilité, une autre disposition pertinente de ce droit ou, au besoin, du droit belge, est appliquée (article 21, alinéas 2 et 3 du Code de droit international privé).

Reconnaissance volontaire

50. Indiquez, le cas échéant, dans quelles circonstances une reconnaissance volontaire effectuée dans un autre État sera reconnue dans votre État *comme établissant valablement la parenté juridique de l'auteur de la reconnaissance* (reconnaissance du contenu de la reconnaissance)²³.

Expliquez dans votre réponse :

- a) À quelles autorités il revient de décider si la reconnaissance étrangère sera reconnue ;
- b) La procédure à suivre pour la reconnaissance ;
- c) Les conditions qui s'appliquent éventuellement à la reconnaissance ; et
- d) Les motifs de *non*-reconnaissance.

Il y a lieu de se référer à la question 49 et à ce qui a été dit en ce qui concerne la reconnaissance d'un acte authentique étranger.

Si l'ordre public est un motif de non-reconnaissance d'une reconnaissance de filiation étrangère, expliquez, le cas échéant en citant la jurisprudence, comment votre État interprète ce concept dans ce contexte :

L'incompatibilité avec l'ordre public s'apprécie en tenant compte, notamment, de l'intensité du rattachement de la situation avec l'ordre juridique belge et de la gravité de l'effet que produirait l'application de ce droit étranger.

Lorsqu'une disposition du droit étranger n'est pas appliquée en raison de cette incompatibilité, une autre disposition pertinente de ce droit ou, au besoin, du droit belge, est appliquée (article 21, alinéas 2 et 3 du Code de droit international privé).

Décisions d'autorités judiciaires

51. Expliquez dans quelles circonstances une décision de l'autorité judiciaire compétente d'un autre État établissant la filiation juridique d'un enfant (c-à-d., un jugement ou un arrêt) sera reconnue dans votre État *comme établissant valablement sa filiation juridique*²⁴.

Expliquez dans votre réponse :

- a) À quelles autorités il revient de décider si une décision étrangère sera reconnue ;
- b) La procédure à suivre aux fins de la reconnaissance ;
- c) Les conditions qui s'appliquent éventuellement à la reconnaissance ; et
- d) Les motifs de *non*-reconnaissance.

L'article 31 du Code de droit international privé est applicable en ce qui concerne la mention et la transcription des décisions judiciaires étrangères.

²³ Étant entendu que cette question peut parfois se poser dans le cadre d'autres procédures (par ex. en matière de succession ou d'aliments).

²⁴ *Ibid.*

37

L'article 31, § 1er, alinéa 2, du Code de droit international privé ajoute en ce qui concerne les décisions judiciaires en matière d'état et de capacité que la mention ou la transcription d'une décision judiciaire étrangère ne peut avoir lieu qu'après vérification des conditions visées aux articles 24 et 25 (voir ci-après) selon les cas et 39 (concerne les conditions de reconnaissance d'une décision de détermination de nom ou de prénom), 57 (concerne la situation de dissolution du mariage à l'étranger fondé sur la volonté du mari), 72 (concerne la situation de reconnaissance d'une adoption réalisée à l'étranger).

Les articles 22 à 29 du Code de droit international privé sont relatifs à la reconnaissance, la procédure, la force probante des décisions judiciaires étrangères en général.

La partie qui invoque la reconnaissance ou demande la déclaration de la force exécutoire d'une décision judiciaire étrangère doit produire (article 24 du Code de droit international privé) :

1° une expédition de la décision, réunissant les conditions nécessaires à son authenticité selon le droit de l'Etat dans lequel elle a été rendue;

2° s'il s'agit d'une décision par défaut, l'original ou une copie certifiée conforme du document établissant que l'acte introductif d'instance ou un acte équivalent a été signifié ou notifié à la partie défaillante selon le droit de l'Etat dans lequel la décision a été rendue;

3° tout document de nature à établir que, selon le droit de l'Etat dans lequel la décision a été rendue, celle-ci est exécutoire et a été signifiée ou notifiée.

A défaut de production des documents mentionnés, le juge peut impartir un délai pour les produire ou accepter des documents équivalents ou, s'il s'estime suffisamment éclairé, en dispenser.

Conformément à l'article 22 du Code de droit international privé, une décision judiciaire étrangère exécutoire dans l'Etat où elle a été rendue est déclarée exécutoire en Belgique, en tout ou en partie (conformément à la procédure visée à l'article 23).

Une décision judiciaire étrangère est reconnue en Belgique, en tout ou en partie, (sans qu'il faille recourir à la procédure visée à l'article 23).

Si la reconnaissance est invoquée de façon incidente devant une juridiction belge, celle-ci est compétente pour en connaître.

La décision ne peut être reconnue ou déclarée exécutoire que si elle ne contrevient pas aux conditions de l'article 25 visé ci-après.

Toute personne qui y a intérêt ainsi que, en matière d'état d'une personne, le ministère public, peut faire constater, conformément à la procédure visée à l'article 23, que la décision doit être reconnue ou déclarée exécutoire, en tout ou en partie, ou ne peut l'être.

Au sens de la présente loi :

1° le terme décision judiciaire vise toute décision rendue par une autorité exerçant un pouvoir de juridiction;

2° la reconnaissance établit pour droit ce qui a été décidé à l'étranger.

Une décision judiciaire étrangère n'est ni reconnue ni déclarée exécutoire (article 25 du Code de droit international privé) si :

1° l'effet de la reconnaissance ou de la déclaration de la force exécutoire serait manifestement incompatible avec l'ordre public; cette incompatibilité s'apprécie en tenant compte, notamment, de l'intensité du rattachement de la situation avec l'ordre juridique belge et de la gravité de l'effet ainsi produit;

2° les droits de la défense ont été violés;

3° la décision a été obtenue, en une matière où les personnes ne disposent pas librement de leurs droits, dans le seul but d'échapper à l'application du droit désigné par la présente loi;

4° sans préjudice de l'article 23 précité, elle peut encore faire l'objet d'un recours ordinaire selon le droit de l'Etat dans lequel elle a été rendue;

5° elle est inconciliable avec une décision rendue en Belgique ou avec une décision rendue antérieurement à l'étranger et susceptible d'être reconnue en Belgique;

38

6° la demande a été introduite à l'étranger après l'introduction en Belgique d'une demande, encore pendante, entre les mêmes parties et sur le même objet;

7° les juridictions belges étaient seules compétentes pour connaître de la demande;

8° la compétence de la juridiction étrangère était fondée uniquement sur la présence du défendeur ou de biens sans relation directe avec le litige dans l'Etat dont relève cette juridiction; ou

9° la reconnaissance ou la déclaration de la force exécutoire se heurte à l'un des motifs de refus (visés aux articles 39, 57, 72, 95, 115 et 121 du Code de droit international privé).

En aucun cas, la décision judiciaire étrangère ne peut faire l'objet d'une révision au fond.

Si l'ordre public est un motif de non-reconnaissance d'une décision étrangère, expliquez, le cas échéant en citant la jurisprudence, comment votre État interprète ce concept dans ce contexte :

Il y a lieu de se reporter aux développements de la question 50.

52. Indiquez les *effets* de la reconnaissance de la filiation juridique établie à l'étranger (voir **questions 49 à 51** ci-dessus) et quelles lois gouvernent ces effets :

Il y a lieu de se reporter au point d).

D. Règles de DIP concernant la contestation de la filiation juridique

53. Indiquez dans quelles circonstances les autorités compétentes de l'État (que vous avez indiquées plus haut à la **question 31**) sont compétentes (à l'échelle internationale) pour trancher un différend relatif à la filiation juridique d'un enfant :

- a) ☐ Lorsque l'enfant dont la filiation est contestée réside (à titre habituel) dans votre État : précisez
- b) ☐ Lorsque l'enfant dont la filiation est contestée est ressortissant de votre État
- c) ☐ Lorsqu'un parent putatif contestant la parenté juridique réside (à titre habituel) dans votre État : précisez
- d) ☐ Lorsqu'un parent putatif contestant la parenté juridique est ressortissant de votre État
- e) ☒ Autres cas : précisez

conformément à l'article 61 du Code de droit international privé, les juridictions belges sont compétentes pour connaître de toute demande concernant l'établissement ou la contestation de paternité ou de maternité, outre dans les cas prévus par les dispositions générales de la présente loi, si :

- 1° l'enfant a sa résidence habituelle en Belgique lors de l'introduction de la demande;
- 2° la personne dont la paternité ou la maternité est invoquée ou contestée a sa résidence habituelle en Belgique lors de l'introduction de la demande; ou
- 3° l'enfant et la personne dont la paternité ou la maternité est invoquée ou contestée sont belges lors de l'introduction de la demande.

Indiquez si ces critères (c-à-d. la résidence (habituelle) / la nationalité des personnes – selon les cases cochées plus haut) doivent être remplis :

- i. ☒ Au moment de la naissance de l'enfant
- ii. ☐ Au moment où les autorités compétentes de l'État sont saisies du différend ; ou
- iii. ☒ À un autre moment : précisez En cas d'établissement de la filiation par acte volontaire, au moment de cet acte.

39

54. Dans le contexte d'une contestation de la filiation juridique, quelle loi les autorités appliqueront-elles pour déterminer qui est le parent juridique (ou qui sont les parents juridiques) d'un enfant ?

Cochez toutes les réponses applicables :

- a) ☐ La *lex fori* (c-à-d. la loi interne de votre État)
- b) ☐ La loi de l'État de la nationalité de l'enfant
- c) ☐ La loi de l'État de la résidence (habituelle) de l'enfant : précisez
- d) ☒ La loi de l'État de la nationalité du parent putatif
- e) ☐ La loi de l'État de la résidence (habituelle) du parent putatif : précisez
- f) ☐ Autre : précisez

Indiquez si une ou plusieurs de ces lois seront appliquées (éventuellement « en cascade ») en vue de favoriser l'établissement de la filiation juridique : Conformément à ce qui a déjà été précisé supra, l'établissement et la contestation de paternité ou de maternité d'une personne sont régis par le droit de l'Etat dont elle a la nationalité au moment de la naissance de l'enfant ou, si cet établissement résulte d'un acte volontaire, au moment de cet acte.

Lorsque le droit désigné par le présent article ne prévoit pas l'exigence d'un tel consentement, l'exigence et les conditions du consentement de l'enfant, ainsi que le mode d'expression de ce consentement, sont régis par le droit de l'Etat sur le territoire duquel il a sa résidence habituelle au moment de ce consentement (article 62, § 1^{er}, du Code de droit international privé).

E. « Soins génésiques transfrontaliers »²⁵ et conséquences pour la filiation juridique

55. Si des personnes qui résident dans votre État ont accès à des services de PMA dans un autre État, existe-t-il des règles de DIP spécifiques concernant l'établissement de la filiation juridique de l'enfant né par suite de la PMA (par ex., la loi de l'État dans lequel le service de PMA a été obtenu s'appliquera à la question de la filiation juridique de l'enfant) ?

- ☐ Oui : expliquez
- ☒ Non
- ☐ Autres : précisez

56. Avez-vous connaissance de cas, en dehors des affaires de maternité de substitution à caractère international (voir plus loin la **Partie III**), dans lesquels des difficultés relatives à l'établissement ou à la reconnaissance de la filiation juridique d'un enfant se sont posées parce que des personnes résidant dans votre État ont eu accès à des services de PMA dans un autre pays ou que des personnes résidant à l'étranger ont eu accès à des services de PMA dans votre État ?

- ☒ Oui : précisez La situation qui pose problème est en général présentée aux autorités judiciaires qui règlent la situation sur base des dispositions légales belges. Il y a lieu de se référer à ce qui a été dit dans la Partie I.C..
- ☐ Non

²⁵ Dans ce document, le terme « soins génésiques transfrontaliers » désigne la situation dans laquelle des personnes qui souhaitent recourir à la PMA traversent une frontière pour le faire, quelle qu'en soit la raison (souvent liée aux règles restrictives de leur État d'origine, à des coûts plus faibles ou à de meilleurs taux de réussite à l'étranger).

F. Évolutions de la législation et difficultés pratiques

57. Indiquez si la loi de votre État concernant les aspects couverts plus haut dans la **Partie II** (c-à-d., les règles de DIP et de coopération concernant l'enregistrement de la naissance et l'établissement, la reconnaissance et la contestation de la filiation juridique) a changé au cours des cinq dernières années ou si des initiatives sont en cours (par ex., au sein du gouvernement, devant le Parlement ou devant les tribunaux) en vue de modifier la loi :

Il n'y a pas eu de modifications majeures.

58. Hormis les cas impliquant des conventions de maternité de substitution à caractère international (sur ce point, voir plus loin la **Partie III**), avez-vous connaissance d'autres cas dans lesquels des difficultés relatives à l'établissement, à la contestation ou à la reconnaissance de la filiation juridique d'un enfant se sont posées du fait du mouvement transfrontalier de l'enfant ou de ses parents putatifs ?

(Des exemples possibles sont présentés dans la Partie IV (b) du Doc. prélim. No 11 de mars 2011.)

Veuillez donner le plus de détails possible sur les circonstances et les difficultés rencontrées : A partir du moment où la situation présente des éléments d'extranéité, il est possible que des difficultés se posent. En Belgique, il est fait application du Code de droit international privé conformément à ce qui est précisé dans la Partie II.

Partie III : Difficultés propres aux conventions de maternité de substitution à caractère international²⁶ (« CMSI »)

Cette partie sollicite des informations concernant l'expérience des autorités de l'État en matière de CMSI. Elle comprend deux sections²⁷ :

- **La section A** pose plusieurs questions concernant les « **Affaires entrantes** » de CMSI, c-à-d. les affaires dans lesquelles votre État était l'État de résidence des parents d'intention et celui dans lequel on voulait faire entrer un enfant né à l'étranger d'une mère porteuse pour y résider.
- **La section B** pose des questions concernant les « **Affaires sortantes** » de CMSI, c-à-d. les affaires dans lesquelles votre État était celui dans lequel la mère porteuse a accouché et que l'enfant devait quitter pour se rendre dans l'État de résidence des parents d'intention et y vivre avec eux.

A. Affaires entrantes²⁸

☒ **Cette section est sans objet – il n'y a pas eu d'« Affaires entrantes » de CMSI dans cet État. Passez à la section B.**

Données empiriques de base

59. Avez-vous des informations concernant :

- a) Le nombre d'**Affaires entrantes** de CMSI qui ont nécessité l'assistance des autorités de votre État ces dernières années ?
 - ☐ Oui – indiquez les chiffres disponibles :
 - Avant 2009
 - 2009
 - 2010
 - 2011
 - 2012
 - 2013 (à ce jour)
 - ☐ Nous n'avons pas ces informations
- b) Le nombre d'enfants nés de mères porteuses dans un autre État par suite de CMSI auxquelles des parents d'intention résidant dans votre État étaient parties ?
 - ☐ Oui – indiquez les chiffres disponibles :
 - Avant 2009
 - 2009
 - 2010
 - 2011
 - 2012
 - 2013 (à ce jour)
 - ☐ Nous n'avons pas ces informations

²⁶ Voir le **Glossaire** pour la définition des termes employés dans ce document.

²⁷ NB : il est entendu qu'en ce qui concerne les affaires « entrantes » et les affaires « sortantes », plus de deux États peuvent être concernés ; la mère porteuse, par exemple, peut résider dans un autre État que celui dans lequel elle s'est rendue (ou dans lequel elle a été emmenée si elle est victime de traite) pour accoucher ; dans d'autres cas, un donneur de gamètes peut être résident d'un troisième État, etc. Nous vous prions d'expliquer ces éléments éventuels dans vos réponses aux questions de cette partie.

²⁸ C-à-d. les affaires dans lesquelles votre État était l'État de résidence des parents d'intention et celui dans lequel on voulait emmener l'enfant, né d'une mère porteuse à l'étranger, pour y vivre.

42

Si vous avez indiqué des chiffres ci-dessus, pensez-vous qu'ils sont représentatifs du nombre réel d'Affaires entrantes de CMSI concernant votre État²⁹ ? D'autre part, quelle est votre impression générale sur la fréquence des Affaires entrantes de CMSI et pensez-vous que ces affaires ont augmenté au cours des cinq dernières années ?

Si vous n'avez pas indiqué de chiffre ci-dessus, avez-vous des commentaires sur la fréquence des Affaires entrantes de CMSI concernant votre État et pensez-vous que celle-ci a augmenté au cours des cinq dernières années ?

60. Indiquez tous les États dans lesquels des parents d'intention résidant dans votre État ont, à votre connaissance, fait appel à une mère porteuse (c-à-d., ont conclu une CMSI) :

Procédure pour les Affaires entrantes de CMSI

61. Expliquez la procédure, y compris les formalités d'immigration et les formalités légales que doivent accomplir les parents d'intention résidant dans votre État (avant de quitter votre État, avant de retourner dans votre État ou une fois rentrés dans votre État) pour :

- a) Entrer sur le territoire de votre État avec un enfant né à l'étranger par suite d'une CMSI :
- b) Résider à titre permanent dans votre État avec l'enfant :
- c) Faire reconnaître (ou établir) leur parenté juridique en vertu de la loi de votre État (si c'est possible) :

Donnez une estimation du délai nécessaire pour chaque étape de cette procédure :

- a)
- b)
- c)

Si la réponse à cette question varie en fonction des facteurs indiqués ci-dessous, donnez une brève explication, y compris concernant l'impact d'un facteur particulier sur la procédure à suivre et les délais éventuels.

Cochez toutes les réponses applicables :

- i. ☐ Pays de naissance de l'enfant : expliquez
- ii. ☐ Documents produits par les parents d'intention pour établir leur parenté juridique (extrait d'acte de naissance, reconnaissance volontaire, décision de justice, etc.) : expliquez
- iii. ☐ Lien de parenté génétique entre l'enfant et l'un des parents d'intention ou les deux : expliquez
- iv. ☐ Nationalité des parents d'intention : expliquez
- v. ☐ Autre facteur : expliquez

62. Les autorités de votre État ont-elles coopéré sur le plan administratif ou judiciaire avec les autorités d'un autre État pour résoudre une affaire de CMSI ?

☐ Oui – précisez :

- a) Quelles autorités sont intervenues dans chaque État :
- b) La nature de la coopération :

²⁹ Puisqu'il est reconnu que de nombreux cas ne sont sans doute pas portés à l'attention des autorités de l'État.

43

- c) Si la coopération était le résultat de la législation, de lignes directrices ou de la pratique :
 d) Le résultat :
☐ Non

63. D'après votre expérience, quels sont les documents généralement présentés aux autorités de votre État à l'appui de la revendication de parenté juridique des parents d'intention parties à une CMSI ?

Cochez toutes les réponses applicables :

- a) ☐ Extrait d'acte de naissance établi dans l'État de naissance indiquant le nom des parents d'intention : indiquez l'État d'origine de ces extraits d'acte de naissance et tout autre détail nécessaire
 b) ☐ Extrait d'acte de naissance modifié établi dans l'État de naissance, indiquant le nom des parents d'intention : indiquez l'État d'origine de ces extraits d'acte de naissance modifiés et tout autre détail nécessaire
 c) ☐ Décision de justice anténatale rendue dans l'État de naissance : indiquez l'État d'origine de ces décisions et tout autre détail nécessaire
 d) ☐ Décision de justice postnatale rendue dans l'État de naissance (c-à-d., transfert de filiation) : indiquez l'État d'origine de ces décisions et tout autre détail nécessaire
 e) ☐ Jugement d'adoption rendu dans l'État de naissance : indiquez l'État d'origine de ces jugements et tout autre détail nécessaire, en précisant si un recours à la Convention de 1993³⁰ a été tenté par l'un ou l'autre de ces États³¹ :
 f) ☐ Autre document : précisez

Indiquez si possible (au moyen de la lettre correspondante) les documents les plus souvent présentés à vos autorités dans ces affaires :

64. En général, quelle est l'issue de ces affaires dans votre État pour l'enfant :

Cochez toutes les réponses applicables et donnez le plus de détails possible :

- a) ☐ L'enfant peut se rendre dans votre État et y résider avec les parents d'intention et ceux-ci sont reconnus comme les parents juridiques de l'enfant. Expliquez comment ce résultat est obtenu :
 b) ☐ L'enfant peut se rendre dans votre État et y résider avec les parents d'intention *mais* l'un des deux au moins n'est pas reconnu comme le parent juridique de l'enfant : expliquez
 c) ☐ L'enfant ne peut pas se rendre dans votre État et doit rester dans son État de naissance : expliquez pourquoi et ce qu'il est advenu de l'enfant dans ces circonstances
 d) ☐ Autre issue : précisez

Indiquez si possible laquelle des quatre issues énumérées ci-dessus est la plus fréquente dans votre État :

Difficultés rencontrées

65. En règle générale, quelles sont les autorités de votre État qui interviennent pour aider les personnes qui rencontrent des difficultés dans le cadre d'Affaires entrantes de CMSI ?

Cochez toutes les réponses applicables et précisez le rôle des différentes autorités :

- a) ☐ Les ambassades / consulats dans l'État de naissance de l'enfant

³⁰ Titre complet : *Convention de La Haye du 29 mai 1993 sur la protection des enfants et la coopération en matière d'adoption internationale* (ci-après la « Convention de 1993 »). Pour plus d'informations, voir le site < www.hcch.net >, « Espace Adoption internationale ».

³¹ Voir les Conclusions et Recommandations de la réunion de la Commission spéciale sur le fonctionnement pratique de la Convention de 1993 (17-25 juin 2010), qualifiant l'utilisation de la Convention de 1993 d'« inappropriée » dans les cas de maternité de substitution à caractère international, para. 25 et 26.

44

- b) ☐ Les autorités d'immigration
- c) ☐ Les autorités judiciaires (c-à-d., les tribunaux) : précisez lesquelles
- d) ☐ Le Ministère de la Justice (ou équivalent)
- e) ☐ Le Ministère des Affaires étrangères (ou équivalent)
- f) ☐ Le Ministère de la Santé (ou équivalent)
- g) ☐ Le Ministère des Affaires sociales (ou équivalent)
- h) ☐ Autres autorités : précisez

66. Exposez les problèmes juridiques rencontrés par votre État dans le cadre d'Affaires entrantes de CMSI.

Cochez toutes les cases applicables et donnez une explication, en mentionnant le(s) pays concerné(s) par la CMSI. Lorsque vous citez une jurisprudence, donnez le texte complet de la décision, accompagné d'une traduction anglaise ou française si possible.

Problèmes concernant :

- a) ☐ La possibilité pour l'enfant de quitter son État de naissance :
- b) ☐ La possibilité pour l'enfant d'entrer sur le territoire de votre État :
- c) ☐ La possibilité pour l'enfant de résider dans votre État :
- d) ☐ La nationalité de l'enfant :
- e) ☐ La filiation juridique de l'enfant :
- f) ☐ Le comportement de certaines parties jugé criminel en vertu des normes juridiques internationales ou des règles internes des pays concernés (traite, vente d'enfants, exploitation des femmes, etc.) :
- g) ☐ Le traitement de la mère porteuse dans un État quel qu'il soit (par ex. si son consentement a été libre et éclairé, concernant les paiements financiers qui lui ont été faits, les soins médicaux qui lui ont été dispensés, etc.) : précisez
- h) ☐ La rupture de la CMSI, par exemple parce qu'une des parties revient sur ses engagements en raison d'un handicap de l'enfant ou de son état de santé, du souhait de la mère porteuse de garder l'enfant, de la séparation des parents d'intention ou d'une erreur de gamètes commise par la clinique, ou pour un autre motif, etc. : expliquez
- i) ☐ Autres : précisez

Indiquez ici toute autre information qui vous semble utile en ce qui concerne les problèmes ci-dessus :

67. À l'aide des catégories ci-dessous, donnez toute information dont vous disposez sur les frais que des parents d'intention résidant dans votre État ont payés pour une CMSI. Si, d'après votre expérience, les frais sont très variables en fonction du pays où la mère porteuse résidait ou a accouché, précisez pays par pays.

Cochez toutes les réponses applicables et donnez les chiffres dont vous disposez en indiquant le bénéficiaire des sommes payées et les services correspondants :

- a) ☐ Frais médicaux :
- b) ☐ Frais juridiques :
- c) ☐ Honoraires et autres frais payés à un intermédiaire : par exemple, une agence de mères porteuses :
- d) ☐ Dépenses et autres frais payés à la mère porteuse :
- e) ☐ Autres : précisez

Sujets de préoccupation

68. Les aspects suivants suscitent-ils des préoccupations pour les autorités de votre État dans ces affaires ?

45

Pour chaque réponse, précisez si possible vos préoccupations particulières dans le champ prévu à cet effet :

- a) ☐ Incertitude quant au statut juridique des enfants nés par suite d'une CMSI, en particulier eu égard à leur filiation juridique :
- b) ☐ Nationalité des enfants nés par suite d'une CMSI :
- c) ☐ Droit des enfants nés par suite d'une CMSI de connaître leurs origines (origines génétiques et celles de leur naissance) :
- d) ☐ Consentement libre et éclairé de la mère porteuse à la convention de maternité de substitution :
- e) ☐ Impact psychologique d'une CMSI sur la mère porteuse :
- f) ☐ Soins médicaux et autres soins dispensés à la mère porteuse :
- g) ☐ Aspects financiers des CMSI :
- h) ☐ Compétence ou conduite des intermédiaires concernés (avocats, agences, etc.) :
- i) ☐ Informations (éventuellement trompeuses) données aux parents d'intention ou aux mères porteuses :
- j) ☐ Qualifications des parents d'intention et aptitudes à s'occuper de l'enfant (par ex. du point de vue de l'âge, du casier judiciaire, du profil psychosocial, etc.) :
- k) ☐ Aspects contractuels : par exemple problèmes concernant l'applicabilité de la convention de maternité de substitution ou la capacité d'une partie à conclure la convention :
- l) ☐ Autres préoccupations :

Indiquez (à l'aide des lettres correspondantes ci-dessus) les préoccupations les plus graves parmi celles que vous avez signalées :

Évolutions juridiques

69. Votre État a-t-il légiféré ou institué des règlements ou des directives visant expressément les parents d'intention qui résident dans votre État et concluent des CMSI ?

- ☐ Oui : expliquez
- ☐ Non

Si votre État envisage de légiférer ou d'instituer des règlements ou directives, donnez des informations complémentaires :

70. Indiquez ici toute autre information qui vous paraît utile concernant l'expérience de votre État des Affaires entrantes de CMSI :

B. Affaires sortantes³²

☒ Cette section est sans objet – il n'y a pas eu d'« Affaires sortantes » de CMSI dans cet État. Passez à la Partie IV.

Données empiriques de base

71. Avez-vous des informations concernant :

- a) Le nombre d'**Affaires sortantes** de CMSI qui ont nécessité l'assistance des autorités de votre État ces dernières années ?
- ☐ Oui – indiquez les chiffres disponibles : Avant 2009

³² C-à-d., les cas dans lesquels votre État est celui dans lequel la mère porteuse accouche et que l'enfant doit quitter pour se rendre dans le lieu de résidence de ses parents d'intention.

46

2009
2010
2011
2012
2013 (à ce jour)

☐ Nous n'avons pas ces informations.

b) Le nombre d'enfants nés de mères porteuses dans votre État par suite de CMSI conclues avec des parents d'intention résidant dans un autre État ?

Avant 2009
2009
2010
2011
2012
2013 (à ce jour)

☐ Nous n'avons pas ces informations.

Si vous avez indiqué des chiffres ci-dessus, pensez-vous qu'ils sont représentatifs du nombre réel d'Affaires sortantes de CMSI concernant votre État³³ ? D'autre part, quelle est votre impression générale sur la fréquence des Affaires sortantes de CMSI et pensez-vous que ces affaires ont augmenté au cours des cinq dernières années :

Si vous n'avez pas indiqué de chiffre ci-dessus, avez-vous des commentaires sur la fréquence des Affaires sortantes de CMSI concernant votre État et pensez-vous que celle-ci a augmenté au cours des cinq dernières années ?

72. Indiquez tous les États dans lesquels résidaient des parents d'intention ayant fait appel à une mère porteuse au moyen d'une CMSI dans votre État :

Procédure pour les Affaires sortantes de CMSI

73. En général, quelles sont les autorités de votre État qui interviennent pour aider les personnes qui concluent une CMSI avec une mère porteuse dans votre État ?

Cochez toutes les réponses applicables en décrivant le rôle des autorités :

- a) ☐ Les autorités d'immigration : précisez
- b) ☐ Les autorités judiciaires (c-à-d., les tribunaux) : précisez lesquelles
- c) ☐ Le Ministère de la Justice (ou équivalent)
- d) ☐ Le Ministère des Affaires étrangères (ou équivalent)
- e) ☐ Le Ministère de la Santé (ou équivalent)
- f) ☐ Le Ministère des Affaires sociales (ou équivalent)
- g) ☐ Autres autorités : précisez

74. Les parents d'intention résidant à l'étranger ont-ils besoin d'un visa ou d'autres documents d'immigration ou doivent-ils remplir d'autres conditions pour *entrer* sur le territoire de votre État pour les rendez-vous et les procédures médicales nécessaires à la conclusion d'une CMSI dans votre État ?

Cochez toutes les réponses applicables :

- ☐ Oui, ils doivent remplir les conditions suivantes – précisez :
- ☐ Oui, ils doivent obtenir un visa ou d'autres documents d'immigration – précisez le type de document requis, les conditions d'obtention et la procédure :

³³ Puisqu'il est reconnu que de nombreux cas ne sont dans doute pas portés à l'attention des autorités de l'État.

47

- ☐ Non
☐ Cela dépend de l'État de résidence ou de la nationalité des parents d'intention : précisez

75. La loi de l'État de résidence habituelle des parents d'intention est-elle prise en compte pour déterminer s'ils sont autorisés à conclure une CMSI dans votre État (par ex. lorsque cette loi interdit les conventions de maternité de substitution)³⁴ ?

- ☐ Oui – expliquez comment cette loi est prise en compte :
☐ Non
☐ Cela dépend de l'État de résidence ou de la nationalité des parents d'intention : expliquez

76. Comment les parents d'intention résidant à l'étranger qui sont parties à une CMSI obtiennent-ils la parenté juridique d'un enfant né par suite d'une convention de maternité de substitution dans votre État ?

Votre réponse à cette question dépendra probablement des réponses que vous avez données plus haut aux questions 26 à 27.

Cochez toutes les réponses applicables :

- a) ☐ Ils seront les parents juridiques de l'enfant par effet de la loi et leurs noms seront donc inscrits immédiatement sur l'extrait d'acte de naissance de l'enfant : expliquez
b) ☐ Ils peuvent obtenir un extrait d'acte de naissance modifié : expliquez
c) ☐ Ils peuvent obtenir une décision de justice anténatale confirmant leur parenté juridique : expliquez les conditions d'obtention de cette décision
d) ☐ Ils peuvent obtenir une décision de justice postnatale (c-à-d., un transfert de filiation) : expliquez les conditions d'obtention de cette décision
e) ☐ Ils peuvent adopter l'enfant : expliquez, en précisant si l'application de la Convention de 1993 a été tentée à cet égard³⁵ :
f) ☐ Autre moyen : précisez

Expliquez la procédure applicable pour les options cochées ci-dessus et le cas échéant, les conditions particulières qui s'appliquent aux parents d'intention résidant à l'étranger :

Indiquez en outre si le consentement de la mère porteuse, et éventuellement celui de son mari ou de son partenaire, est nécessaire pour ces procédures et les conséquences si ce consentement n'est pas disponible au moment opportun :

77. Décrivez la procédure, y compris les formalités d'immigration et les formalités légales, que doivent accomplir les parents d'intention résidant à l'étranger pour quitter votre État avec un enfant né par suite d'une convention de maternité de substitution :

Indiquez le délai nécessaire pour accomplir ces formalités :

³⁴ Par ex. voir clause 34(19) de l'*Indian Assisted Reproductive Technologies (Regulation) Bill 2010*, non encore voté, expliqué dans le Doc. préI. No 10 de mars 2012 (note 1) au para. 45. De plus, les conditions d'obtention d'un visa en Inde imposent désormais une condition d'effet similaire aux ressortissants étrangers qui se rendent en Inde pour conclure une convention de maternité de substitution : les parents d'intention doivent avoir un courrier de l'ambassade de leur État de résidence indiquant que l'État reconnaît la maternité de substitution et que l'enfant sera autorisé à entrer sur le territoire de cet État. Voir aussi le projet de loi ukrainien No 0989 (anciennement No 8282) sur les restrictions relatives au recours à la procréation médicalement assistée (rejeté par le Parlement ukrainien le 21 mars 2013). Ce projet envisageait également des restrictions aux conventions de maternité de substitution pour les ressortissants des États dont la loi interdit la maternité de substitution.

³⁵ Voir plus haut la note 31 concernant la réunion de la Commission spéciale de 2010 sur le fonctionnement pratique de la Convention de 1993 qui concluait que l'utilisation de la Convention de 1993 dans le cadre de conventions de maternité de substitution à caractère international était « inappropriée ».

48

Si la réponse à cette question dépend des facteurs indiqués ci-dessous, donnez une brève explication, en expliquant l'impact d'un facteur précis sur la procédure à suivre et sur les délais.

Cochez toutes les réponses applicables :

- a) ☐ Pays dans lequel vivent les parents d'intention : expliquez
- b) ☐ Documents produits par les parents d'intention pour établir leur parenté juridique (extrait d'acte de naissance, reconnaissance volontaire, décision de justice, etc.) : expliquez
- c) ☐ Lien de parenté génétique entre l'enfant et l'un des parents d'intention ou les deux : expliquez
- d) ☐ Nationalité des parents d'intention : expliquez
- e) ☐ Autre facteur : expliquez

78. Les autorités de votre État ont-elles coopéré au plan administratif ou judiciaire avec les autorités d'un autre État pour résoudre une affaire de CMSI ?

- ☐ Oui – précisez :
 - a) Les autorités qui sont intervenues dans chaque État :
 - b) La nature de la coopération :
 - c) Si la coopération était le résultat de la législation, de lignes directrices ou de la pratique :
 - d) Le résultat :

☐ Non

79. En général, quelle est l'issue de ces affaires dans votre État pour l'enfant ?

Cochez toutes les réponses applicables :

- a) ☐ L'enfant peut quitter le territoire de votre État, se rendre dans l'État de résidence des parents d'intention, y résider avec eux et ceux-ci sont reconnus comme ses parents juridiques.

Expliquez comment ce résultat est obtenu :

- b) ☐ L'enfant peut quitter votre État, se rendre dans l'État de résidence des parents d'intention, y résider avec eux *mais* au moins un des parents d'intention n'est pas reconnu comme le parent juridique de l'enfant : expliquez
- c) ☐ L'enfant peut quitter votre État mais il ne peut pas se rendre dans l'État de résidence des parents d'intention et doit rester dans votre État : expliquez ce qu'il est advenu de l'enfant dans ces situations
- d) ☐ L'enfant ne peut pas quitter votre État : expliquez pourquoi et ce qu'il est advenu de l'enfant dans ces situations
- e) ☐ Autres : précisez

Indiquez si possible laquelle des cinq issues ci-dessus est la plus fréquente dans votre État :

Difficultés rencontrées

80. Expliquez les problèmes juridiques rencontrés par votre État dans le cadre d'Affaires sortantes de CMSI.

Cochez toutes les cases applicables et donnez une explication en précisant le(s) pays concerné(s). Lorsque vous citez une jurisprudence, donnez le texte complet de la décision, accompagné si possible d'une traduction française ou anglaise.

Problèmes concernant :

- a) ☐ La possibilité pour l'enfant de quitter votre État :

49

- b) ☐ La possibilité pour l'enfant d'entrer sur le territoire de l'État de résidence de ses parents d'intention :
- c) ☐ La possibilité pour l'enfant de résider dans l'État de résidence de ses parents d'intention :
- d) ☐ La nationalité de l'enfant :
- e) ☐ La filiation juridique de l'enfant :
- f) ☐ Le comportement de certaines parties jugé criminel en vertu des normes juridiques internationales ou des règles internes des pays concernés (traite, vente d'enfants, exploitation des femmes, etc.) :
- g) ☐ Le traitement de la mère porteuse dans un État quel qu'il soit (par ex. si son consentement a été libre et éclairé, concernant les paiements financiers qui lui ont été faits, les soins médicaux dispensés, etc.) : précisez
- h) ☐ La rupture de la CMSI, par exemple parce qu'une des parties revient sur ses engagements en raison du handicap de l'enfant ou de son état de santé, du souhait de la mère porteuse de garder l'enfant, de la séparation des parents d'intention ou d'une erreur de gamètes commise par la clinique ou pour un autre motif, etc. : expliquez
- i) ☐ Autres : précisez

Indiquez ici toute autre information qui vous semble utile en ce qui concerne les problèmes ci-dessus :

81. À l'aide des catégories ci-dessous, donnez toute information dont vous disposez concernant les frais que des parents d'intention résidant à l'étranger ont payés pour une CMSI dans votre État. Si, d'après votre expérience, les frais sont très variables en fonction du pays dont les parents d'intention étaient résidents, précisez pays par pays.

Cochez toutes les réponses applicables et donnez les chiffres dont vous disposez en indiquant le bénéficiaire des sommes payées et les services correspondants :

- a) ☐ Frais médicaux :
- b) ☐ Frais juridiques :
- c) ☐ Honoraires et autres frais payés à un intermédiaire, par exemple une agence de mères porteuses :
- d) ☐ Dépenses et autres frais payés à la mère porteuse :
- e) ☐ Autres : précisez

Préoccupations

82. Les aspects suivants suscitent-ils des préoccupations pour les autorités de votre État dans ces affaires ?

Pour chaque réponse, précisez si possible vos préoccupations particulières dans le champ prévu à cet effet :

- a) ☐ Incertitude quant au statut juridique des enfants nés par suite d'une CMSI, en particulier eu égard à leur filiation juridique :
- b) ☐ Nationalité des enfants nés par suite d'une CMSI :
- c) ☐ Droit des enfants nés par suite d'une CMSI de connaître leurs origines (origines génétiques et celles de leur naissance) :
- d) ☐ Consentement libre et éclairé de la mère porteuse à la convention de maternité de substitution :
- e) ☐ Impact psychologique d'une CMSI sur la mère porteuse :
- f) ☐ Soins médicaux et autres soins dispensés à la mère porteuse :
- g) ☐ Aspects financiers des CMSI :
- h) ☐ Compétence ou conduite des intermédiaires (avocats, agences, etc.) :
- i) ☐ Informations (éventuellement trompeuses) données aux parents d'intention ou aux mères porteuses :

50

- j) ☐ Qualifications des parents d'intention et aptitudes à s'occuper de l'enfant (par ex. du point de vue de l'âge, du casier judiciaire, du profil psychosocial, etc.) :
- k) ☐ Aspects contractuels, par exemple problèmes concernant l'applicabilité de la convention de maternité de substitution ou la capacité d'une partie à conclure la convention :
- l) ☐ Autre aspect :

Indiquez (à l'aide des lettres correspondantes ci-dessus) les préoccupations les plus graves parmi celles que vous avez signalées :

Évolutions juridiques

83. Votre État a-t-il légiféré ou institué des règlements ou des directives visant expressément les parents d'intention ou les mères porteuses concluant des CMSI dans votre État ?

- ☐ Oui : expliquez
- ☐ Non

Si votre État envisage de légiférer ou d'instituer des règlements ou directives, donnez des informations complémentaires :

84. Indiquez ici toute autre information qui vous paraît utile concernant l'expérience de votre État des Affaires sortantes de CMSI :

Partie IV : Instruments bilatéraux ou multilatéraux existants dans le domaine

85. Indiquez les instruments bilatéraux, régionaux ou multilatéraux qui lient ou pourraient lier à l'avenir votre État concernant :

- a) Les questions relatives à l'établissement, à la reconnaissance ou à la contestation de la filiation juridique des enfants ;

La Belgique a ratifié la Convention (n° 5) de la Commission Internationale de l'Etat civil portant extension de la compétence des autorités qualifiées pour recevoir les reconnaissances d'enfants naturels, signée à Rome le 14 septembre 1961. Cette Convention est entrée en vigueur en Belgique le 16 septembre 1967.

En outre, la Belgique a ratifié la Convention (n° 1) de la Commission Internationale de l'Etat civil relative à la délivrance de certains actes de l'état civil destinés à l'étranger, signée à Paris le 27 septembre 1956. Cette Convention est entrée en vigueur en Belgique le 8 mars 1975. Elle prévoit que les extraits des actes de l'état civil constatant la naissance, le mariage ou le décès pourront, lorsque leur utilisation dans le pays où ils sont réclamés nécessite une traduction, être établis conformément aux énonciations contenues dans la Convention et aux formules annexées à la Convention. Ces énonciations et formules mentionnent la filiation pour l'extrait de l'acte de naissance. La Belgique a également ratifié la Convention (n° 16) de la Commission Internationale de l'Etat civil relative à la délivrance d'extraits plurilingues d'actes de l'état civil, signée à Vienne le 8 septembre 1976. Cette Convention est entrée en vigueur en Belgique le 2 septembre 1997. Elle prévoit que les extraits des actes de l'état civil constatant la naissance, le mariage ou le décès sont, lorsqu'une partie intéressée le demande ou lorsque leur utilisation nécessite une traduction, établis conformément aux formules annexées à la Convention. Dans ces formules, la filiation apparaît pour l'extrait de l'acte de naissance.

51

La Belgique a également ratifié la Convention (n° 3) de la Commission Internationale de l'Etat civil concernant l'échange international d'informations en matière d'état civil, signée à Istanbul le 4 septembre 1958 - cette Convention est entrée en vigueur en Belgique le 8 mars 1975 - et le Protocole additionnel (n° 23) à la Convention précitée signé à Patras le 6 septembre 1989 - cette Convention est entrée en vigueur en Belgique le 1^{er} septembre 1997.

En ce qui concerne l'adoption, la Belgique a ratifié la Convention de La Haye du 29 mai 1993 sur la protection des enfants et la coopération en matière d'adoption internationale. Cette Convention est entrée en vigueur en Belgique le 1^{er} septembre 2005.

b) Les questions spécifiquement liées aux conventions de maternité de substitution ;

A ce jour, il n'y a pas d'instrument.

Donnez ici toutes les précisions qui vous semblent utiles :

Partie V : Avis sur d'éventuels travaux

86. À votre avis, si des travaux devaient être menés sur le plan international dans ce domaine, à quels **besoins** devraient-ils répondre ?

Décrivez ici ces besoins : La réponse aux questions développées dans la partie V ne font pas l'objet d'un consensus au niveau politique belge.

87. À votre avis, quelle **approche** faudrait-il adopter concernant l'encadrement des questions mentionnées dans ce Questionnaire.

Dans cette réponse, vous voudrez peut-être considérer et commenter les réflexions exposées à la Section VIII du Document préliminaire No 11 de mars 2011 et à la Section IV du Document préliminaire No 10 de mars 2012.

*Vous voudrez peut-être aussi vous exprimer sur la **nature** d'un futur encadrement : c-à-d., s'il faut envisager un instrument contraignant ou si des approches comme une loi-type, des principes ou directives non contraignants, etc. répondraient aux besoins que vous avez cernés plus haut à la **question 0**.*

88. Si la Conférence de La Haye devait élaborer un instrument mondial sur les questions de droit international privé relatives au statut des enfants (en particulier la reconnaissance transfrontière de la filiation juridique), quels aspects généraux serait-il *souhaitable* d'incorporer à cet instrument ?

Cochez toutes les réponses applicables (et veuillez noter que ces caractéristiques ne s'excluent pas mutuellement et peuvent se recouper partiellement) :

Statut juridique de l'enfant

- a) ☐ Harmonisation des règles de droit international privé relatives à l'établissement, à la reconnaissance et à la contestation de la filiation juridique : précisez
- b) ☐ Reconnaissance *par effet de la loi* dans tous les États parties de la filiation juridique des enfants établie dans un État partie conformément aux règles de l'instrument : précisez

Garanties

- c) ☐ Instauration de garanties (règles minimum) pour que les procédures d'établissement, de reconnaissance et de contestation de la filiation juridique respectent les droits fondamentaux et le bien-être de toutes les parties concernées, en particulier des enfants : précisez

Coopération

- d) ☐ La mise en place d'un système de coordination, de communication et de coopération entre les États en ce qui concerne l'établissement, la reconnaissance et la contestation de la filiation juridique. Ce système pourrait prévoir une répartition claire des responsabilités entre les États et la création de circuits de communication entre les autorités concernées.

Précisez. Indiquez notamment s'il vous semble nécessaire d'instituer des « autorités centrales » dans ce système :

Autre aspects

- e) ☐ Autre : précisez

89. Si la Conférence de La Haye devait élaborer un instrument mondial consacré aux conventions de maternité de substitution à caractère international³⁶, quels aspects généraux, parmi ceux qui sont indiqués ci-dessous, serait-il *souhaitable* d'incorporer à cet instrument ?

Cochez toutes les réponses applicables (et veuillez noter que ces éléments ne s'excluent pas mutuellement et peuvent se recouper partiellement) :

Statut juridique de l'enfant

- a) ☐ Harmonisation des règles de droit international privé relatives à l'établissement, à la reconnaissance et à la contestation de la filiation juridique, limitée à la filiation juridique résultant d'une convention de maternité de substitution : précisez
- b) ☐ Reconnaissance *par effet de la loi* dans tous les autres États parties de la filiation juridique des enfants établie dans un État partie à la suite d'une convention de maternité de substitution conformément aux règles de l'instrument : précisez
- c) ☐ Dispositions concernant la nationalité des enfants : précisez

Garanties

- d) ☐ Instauration de garanties (règles minimum) garantissant que ces conventions respectent les droits fondamentaux et le bien-être de toutes les parties concernées, c-à-d., l'enfant à naître, la mère porteuse et les parents d'intention : précisez, notamment en ce qui concerne les éléments pour lesquels des règles minimum vous semblent nécessaires (par ex., le consentement libre et éclairé de la mère porteuse, le droit de l'enfant de connaître ses origines, etc.)
- e) ☐ Garanties (règles minimum) visant spécifiquement les intermédiaires intervenant dans ces conventions (par ex., agences de mères porteuses, avocats, etc.). Ces règles peuvent être associées à un système d'agrément et de surveillance pour garantir la conformité : précisez

³⁶ Voir plus haut la **Partie III** du Questionnaire.

53

- f) ☐ Garanties (règles minimum) visant expressément les établissements médicaux accomplissant les procédures liées aux conventions de maternité de substitution à caractère international : précisez

Coopération

- g) ☐ Instauration d'un système de coordination, de communication et de coopération entre les États concernant ces conventions. Ce système pourrait opérer une répartition claire des responsabilités entre les États prévoyant par exemple : (a) qu'il reviendrait aux autorités compétentes de l'État de résidence habituelle des parents d'intention de décider si ceux-ci sont qualifiés pour conclure une convention et que tout enfant né par suite de cette convention sera autorisé à entrer sur le territoire de leur État et à y résider³⁷ ; et (b) qu'il reviendrait aux autorités compétentes de l'État de résidence habituelle de la mère porteuse de décider que celle-ci est qualifiée et apte à conclure cette convention et que l'enfant sera autorisé à quitter cet État après sa naissance. Le système de coopération pourrait aussi prévoir des procédures précises à suivre par les parties à ces conventions.

Précisez. Indiquez notamment s'il vous semble nécessaire d'instituer des « autorités centrales » dans ce système :

Autres

- h) ☐ Dispositions concernant les aspects financiers des conventions de maternité de substitution à caractère international : précisez
- i) ☐ Autres : précisez

³⁷ Suivant la tendance observée dans certains États où des conventions de maternité de substitution sont régulièrement conclues, consistant à tenir compte de la situation juridique dans l'État de résidence habituelle des parents d'intention avant d'autoriser la convention de maternité de substitution : voir plus haut note 34.

54

90. Quelle priorité accorderiez-vous aux travaux préparatoires à un futur instrument sur les questions de droit international privé relatives au statut des enfants (en particulier, la reconnaissance transfrontière de la filiation juridique) en général ?

- a) ☐ Priorité élevée / urgent
- b) ☐ Priorité moyenne – souhaitable mais non urgent
- c) ☐ Priorité faible – sans doute souhaitable mais d'autres projets sont prioritaires
- d) ☐ Non prioritaire – ce domaine ne devrait pas donner lieu à d'autres travaux
- e) ☐ Autre : précisez

91. Quelle priorité accorderiez-vous aux travaux préparatoires à un futur instrument expressément consacré aux difficultés résultant des conventions de maternité de substitution à caractère international ?

- a) ☐ Priorité élevée / urgent
- b) ☐ Priorité moyenne – souhaitable mais non urgent
- c) ☐ Priorité faible – sans doute souhaitable mais d'autres projets sont prioritaires
- d) ☐ Non prioritaire – ce domaine ne devrait pas donner lieu à d'autres travaux
- e) ☐ Autre : précisez

92. Indiquez ci-après tout autre commentaire sur un possible encadrement des aspects abordés dans ce Questionnaire :

Le Bureau Permanent vous remercie du temps que vous avez consacré à ce Questionnaire ; ces informations lui seront extrêmement utiles pour ses travaux.